

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXVIII

FLORIANÓPOLIS, 6 DE SETEMBRO DE 2019

NÚMERO 7.504

MESA

Julio Garcia
PRESIDENTE

Mauro de Nadal
1º VICE-PRESIDENTE

Rodrigo Minotto
2º VICE-PRESIDENTE

Laércio Schuster
1º SECRETÁRIO

Pe. Pedro Baldissera
2º SECRETÁRIO

Altair Silva
3º SECRETÁRIO

Nilso Berlanda
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder: Maurício Eskudlark
Vice-Líder: Coronel Mocellin

PARTIDOS POLÍTICOS

(Lideranças)

MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Líder: Luiz Fernando Vampiro

BLOCO SOCIAL LIBERAL

Líder: Coronel Mocellin
Lideranças dos Partidos que compõem o Bloco:

PL PSL

Maurício Eskudlark Ricardo Alba

BLOCO SOCIAL DEMOCRÁTICO

Líder: Milton Hobus
Lideranças dos Partidos que compõem o Bloco:

PSD PDT

Kennedy Nunes Paulinha

PSDB PSC

Vicente Caropreso Jair Miotto

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Fabiano da Luz

BLOCO PARLAMENTAR

Líder: Nazareno Martins
Vice-Líder: José Milton Scheffer
Lideranças dos Partidos que compõem o Bloco:

PP PSB

João Amin Nazareno Martins

PRB PV

Sergio Motta Ivan Naatz

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon - Presidente
Milton Hobus - Vice-Presidente
Paulinha
Fabiano da Luz
Luiz Fernando Vampiro
Ivan Naatz
João Amin
Coronel Mocellin

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Maurício Eskudlark - Presidente
Kennedy Nunes
Ismael dos Santos
Luciane Carminatti
Jerry Comper
Ivan Naatz
Nazareno Martins
Ricardo Alba

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

João Amin - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Marlene Fengler
Luciane Carminatti
Jerry Comper
Romildo Titon
Ricardo Alba

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Felipe Estevão - Presidente
Paulinha - Vice-Presidente
Dr. Vicente Caropreso
Neodi Saretta
Volnei Weber
Luiz Fernando Vampiro
Nazareno Martins

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Paulinha - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Fabiano da Luz
Moacir Sopelsa
Volnei Weber
João Amin
Nazareno Martins
Sargento Lima
Marcius Machado

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Dr. Vicente Caropreso - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Marlene Fengler
Luciane Carminatti
Valdir Cobalchini
Fernando Krelling
Jessé Lopes

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Fernando Krelling - Presidente
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Jair Miotto
Ada De Luca
Ivan Naatz
Felipe Estevão

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Marcos Vieira - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Milton Hobus
Fernando Krelling
Jerry Comper
Bruno Souza
José Milton Scheffer
Sargento Lima
Marcius Machado

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

José Milton Scheffer - Presidente
Moacir Sopelsa - Vice-Presidente
Marlene Fengler
Marcos Vieira
Neodi Saretta
Volnei Weber
Coronel Mocellin

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Jair Miotto - Presidente
Luiz Fernando Vampiro - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Luciane Carminatti
Ada De Luca
Bruno Souza
Felipe Estevão

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Ivan Naatz - Presidente
Fabiano da Luz - Vice-Presidente
Dr. Vicente Caropreso
Jair Miotto

Luiz Fernando Vampiro

Romildo Titon

Marcius Machado

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Ada De Luca - Presidente
Fabiano da Luz - Vice-Presidente
Marlene Fengler
Milton Hobus
Moacir Sopelsa
Bruno Souza
Jessé Lopes

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DO IDOSO

Ricardo Alba - Presidente
Fabiano da Luz - Vice-Presidente
Marlene Fengler
Dr. Vicente Caropreso
Luiz Fernando Vampiro
Romildo Titon
Sergio Motta

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Milton Hobus - Presidente
Coronel Mocellin - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Fabiano da Luz
Jerry Comper
Volnei Weber
Nazareno Martins

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Maurício Eskudlark - Presidente
Paulinha - Vice-Presidente
Milton Hobus
Fabiano da Luz
Valdir Cobalchini
Ada De Luca
Bruno Souza

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Luciane Carminatti - Presidente
Valdir Cobalchini - Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Paulinha
Fernando Krelling
Nazareno Martins
Ana Campagnolo

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Marcus Machado - Presidente
Kennedy Nunes - Vice-Presidente
Jair Miotto
Neodi Saretta
Moacir Sopelsa
Romildo Titon
Bruno Souza

COMISSÃO DE SAÚDE

Neodi Saretta - Presidente
Dr. Vicente Caropreso - Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Valdir Cobalchini
Ada De Luca
José Milton Scheffer
Jessé Lopes

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Sergio Motta - Presidente
Valdir Cobalchini - Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Jair Miotto
Paulinha
Romildo Titon
Ana Campagnolo

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente
Fernando Krelling - Vice-Presidente
Jair Miotto
Luciane Carminatti
Ada De Luca
Sergio Motta
Sargento Lima

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS

Jerry Comper - Presidente
Paulinha - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Neodi Saretta
Moacir Sopelsa
João Amin
Ana Campagnolo

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela editoração, diagramação e por tornar público os atos da Assembleia Legislativa.</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias.</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão.</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXVIII NESTA EDIÇÃO: 32 PÁGINAS</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Publicações Diversas CPI..... 2 Extratos..... 32</p>
---	---	---

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

CPI

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA
COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES
ATA DA 18ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
CONSTITUÍDA PELO ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 0030-DL, DE 21 DE
FEVEREIRO DE 2019, PARA INVESTIGAR ILICITUDES PRATICADAS
NAS OBRAS DA PONTE HERCÍLIO LUZ EM PROCEDIMENTOS
LICITATÓRIOS OCORRIDOS DESDE A SUA INTERDIÇÃO ATÉ A
ATUALIDADE, REALIZADA NO DIA 14 DE AGOSTO DE 2019, ÀS 10H,
NA SALA DE REUNIÕES DAS COMISSÕES DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) -
Senhores Deputados, muito bom-dia. Quero também dar o meu bom-dia a todas as senhoras e a todos os senhores telespectadores da TVAL, bem como às senhoras e aos senhores ouvintes da Rádio Digital Alesc e às senhoras e aos senhores que se fazem presentes no dia de hoje.

Havendo quórum regimental, vamos dar início à reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada por Ato da Presidência de nº 030, de fevereiro de 2019.

Senhores Deputados, vossas excelências receberam em seus respectivos gabinetes cópia da ata da 17ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída pelo Ato da Presidência nº 0030-DL, de 21 de fevereiro de 2019.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Comunico a vossas excelências que recebi ofício do eminente Deputado Jerry Comper comunicando ausência no dia de hoje tendo em vista que ele acompanha sua excelência o senhor Governador do Estado à região do Alto Vale. Justificada a ausência.

No item um da pauta, no que diz respeito ao expediente, recebo o Ofício nº 0754/2019, do excelentíssimo senhor Secretário de

Infraestrutura e Mobilidade, Carlos Hassler, encaminhando documentos a esta Comissão. Dou por recebido e solicito à assessoria que faça o devido apensamento ao processo.

Da mesma forma, recebo ofício do senhor Relator desta Comissão, o Deputado Bruno Souza, agradecendo a participação do auditor fiscal de controle interno do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, o senhor Roberto Silveira Fleischmann, solicitando que sua senhoria retorne àquele Tribunal, a quem agradecemos pela participação no âmbito interno desta Comissão pelos trabalhos realizados.

Também recebo o Ofício nº 004, da Construtora Espaço Aberto, encaminhando relação de documentos. Também solicito à assessoria que faça o apensamento ao processo da Comissão, mas, antes, que seja expedida cópia aos senhores Deputados membros desta Comissão para conhecimento de forma integral dos documentos recebidos.

Senhores Deputados, vamos convidar para sentar à mesa o senhor Paulo Ney Almeida, sócio da Construtora Espaço Aberto/Consórcio Florianópolis Monumentos. Solicito a vossa senhoria que se dirija a esta bancada aqui a minha direita, por favor. Vossa senhoria poderá se fazer acompanhar de advogado.

(O senhor Paulo Ney Almeida senta-se no local indicado pelo Presidente e, a seu lado, os advogados Carlos Alberto de Araújo Gomes e Mathaus Agacci.)

Bom dia, senhor Paulo Ney Almeida. O senhor recebeu o Ofício nº 126/2019, assinado por este Presidente, convocando vossa senhoria, na qualidade de testemunha, para prestar informações quanto ao assunto acima citado, ou seja, constante no documento.

Senhor Paulo, o senhor sabe por que está aqui hoje, por que foi convocado?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Sei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - O senhor promete dizer a verdade, somente a verdade?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Digo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - O senhor também tem o direito de ficar em silêncio, se assim desejar não responder qualquer pergunta.

Eu gostaria que o senhor dissesse o seu nome completo, a sua profissão, a data de nascimento e o seu endereço completo, por gentileza, para que a Taquigrafia da Casa possa fazer o devido registro.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Paulo Ney Almeida, eu sou arquiteto, empresário, ãh... eu nasci em 22/02/57, eu moro à rua João Carvalho, 40.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - O senhor se faz acompanhar de advogados?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Sim, doutor Gomes e Mathaus.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Eu gostaria que os senhores advogados se qualificassem perante esta Comissão, por gentileza. [Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite]

O SR. CARLOS ALBERTO DE ARAÚJO GOMES - Carlos Alberto de Araújo Gomes, OAB-SC 13.565.

O SR. MATHAUS AGACCI - Mathaus Agacci, OAB 51.132.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - A procuração dos advogados, a original, já está anexada ao presente processo.

Também alerto os senhores advogados que não podem se manifestar durante o depoimento, mas podem pedir a paralisação da reunião para instruir o seu cliente.

Pois bem? Entendido? (Os senhores advogados aquiescem.)

O.k.

Encontra-se também à mesa a cópia da identidade do senhor Paulo Ney Almeida.

Vou passar a palavra ao Relator da CPI, o eminente Deputado Bruno Souza. Vossa excelência está com a palavra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Bom dia, senhor Paulo.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Bom dia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Muito obrigado por atender ao nosso convite.

Por considerar que o senhor já concedeu diversas entrevistas sobre a execução do contrato de reabilitação da Ponte Hercílio Luz, como aquela que o senhor afirma que "jamais deixou de entregar uma obra", como sócio-administrador da empresa líder do Consórcio Florianópolis Monumento, a qual teve o contrato PJ 264/2008 rescindido de forma unilateral pelo Estado, gostaríamos que o senhor falasse sobre a execução do contrato, os problemas e as dificuldades encontradas pela construtora, a relação com o Estado e os agentes públicos do Deinfra, os motivos da rescisão contratual, enfim, o senhor pode ficar bem à vontade aqui e tem o tempo que desejar para falar um pouco dessa experiência, desses fatos que eu levantei aqui.

(O advogado Carlos Alberto de Araújo Gomes fala ao ouvido da testemunha.)

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Bem, primeiro lugar, bom dia, né? E eu queria agradecer...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - O senhor me permite, o senhor pode se aproximar um pouco da mesa...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Posso. Tá, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - ...para ficar mais confortável.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Bom dia. Eu agradeço esse convite, eu esperava ansiosamente por isso. Eu tenho muitas coisas a relatar sobre essa obra e quero colocar a minha visão e o que eu acho de tudo isso.

Essa... nós participamos de uma licitação internacional, o qual nós fomos habilitados dentro de um processo internacional onde participavam outros consórcios, e nós fomos vencedores. O nosso consórcio, como é uma obra... é uma obra.. o Consórcio Florianópolis Monumento - depois eu tenho aqui os dois livros de habilitação e as pessoas que fizeram parte -, como é uma... é uma obra difícil e uma obra que há muito tempo tinha muito anseio da população catarinense que ela voltasse a ser usada pela população, em 2008 foi feito esse... essa... esse... é... é... é... essa concorrência, no caso, o qual nós entramos e fomos vencedores.

Montamos uma equipe muito forte com empresas, que se eu puder até faço questão de mencionar, que isso o edital permitia, nós procuramos uma empresa americana, que é a CSA Group, porque nós, sozinhos, não tínhamos qualificação pra fazer essa obra, não estava a nosso alcance todas as coisas que nós teríamos que fazer, e montamos um grupo forte, coeso e com capacidade de fazer essa obra sem a menor... sem qualquer percalço (folheia documentos).

As... a... o grupo, o nosso consórcio foi formado pela Construtora Espaço Aberto, a qual eu represento; CSA Group, que é uma empresa americana, é... é... ela é dos Estado Unidos, sede em Nova Iorque; a Prointec, que é uma empresa espanhola, que é a... que ela... ela trabalhou em mais de vinte países, atua ainda em mais de vinte países no mundo; a Iguatemi, que é uma empresa daqui,

conhecida por causa dos projetos, todo mundo sabe quem é; a Ammann&Whitney, que é uma empresa americana, dos Estados Unidos, que tem especialização só em pontes desse tipo; e a Vinci e Freyssinet. Por quê? A Vinci é uma das grandes empresas do mundo, diziam que era a segunda, e a Freyssinet porque ela só trabalha com obras com cabos e... e... e... e... como essa ponte ela teria que ser suportada por cabos, nós contratamos a Freyssinet, que só fazia isso no mundo inteiro. [Transcrição: Grazielle da Silva]

Também a CSA Group, aí... e pra nos qualificar e também pra ter toda a certeza, trouxe o Mohamed, o... o... (o advogado Carlos Alberto de Araújo Gomes fala ao ouvido da testemunha), o Mahmoud, que é o engenheiro, que ele é presidente mundial das pontes pênsis. Então ele tem, ele tem essa capacidade, por quê? Porque uma ponte... eu vou tentar, assim, dentro da minha visão, né, que a gente ficou muito tempo estudando isso, o que eu entendi um pouquinho da ponte aprendendo isso. Essa ponte, ela foi... ela... ela... ela teve alguns problemas e as barras de olhal elas cederam, uma delas, e outra começou a ruir. Foi quando pararam e ninguém ma... e trancaram todo o trânsito da ponte porque ela podia ruir, podia cair, e causaria transtornos à população, porque todo mundo sabe que, se isso viesse a ocorrer, fizeram estudos e poderia até subir onda de 5, 6 metros.

Então, o, o, o, tinham que ser tomados todos os cuidados pra essa obra ser reconstruída. Foi em 2008 que esse contrato começou, e nós começamos a trabalhar nesse projeto. Nós recebemos um projeto do governo do Estado e... e fizemos... essa proposta continha também toda a, a, a parte técnica, que você tinha que mostrar a tua capacidade pra poder atender essa obra, e assim foi feito. E nós mostramos que tínhamos condições e começamos a fazer a obra.

Aí, a primeira coisa que tinha que ser feito na obra... e foi... e junto com a gente nós tínhamos duas fiscalizações na obra, uma delas era o... é o Estado com seus engenheiros, que iam tocando conforme necessidade, mas tinha um engenheiro central que era o chefe da engenharia na obra. E aí também contratamos uma consultoria, que era Prosul/Concremat. Qualquer coisa que era feita, o engenheiro tinha que ver, os engenheiros do Estado, passar pra essa consultoria, pra essa fiscalizadora, digamos assim, que ela levaria ao Estado e o Estado veria se isso há necessidade.

Começaram as obras, eles mandaram pra gente, fizeram um estudo, viram que o projeto não estava perfeito e descobriram, e... aí colocaram até gente, que o problema da ponte, o problema das rótulas não era o que eles tavam pensando, que era trocar os cabos: vão lá, troquem os cabos. O que são os cabos? Aqui todo mundo sabe? Mas vamos lá, eu aprendi, depois então vou falar. Nada mais são do que correias de bicicleta, eu entendo, parecido, onde uma movimentam-se. A ponte nossa é uma ponte pênsil, então é uma pinguela onde ela tem que mexer. Então, quando foi feito essa ponte, eles colocaram... eles fizeram dois pilares nas extremidades, porque era mais... não era tão profundo, e colocaram rótulas. O que são rótulas? Rótulas são bolas de ferro onde o peso da ponte é colocado em cima, e são duas rótulas cada base de pilar, e essa rótula movimenta, então faz com que a ponte mexa, faz com que a ponte mexa, ela vai pra cá, ela, ela tem esse movimento bem elástico, quando dá vento, muitas vezes, antigamente, proibiam que os carros passassem de tanto que ela mexia. E esse movimento era necessário pra, pra essa pon... pros cabos não flexionarem, porque se a ponte mexer toda prum lado e daqui não for, o cabo rompe.

Então aí descobriram que os cabos estavam rompendo não pela deterioração que existia muito no tabuleiro, mas, sim, pelo movimento que quando esticava, quebrava. Isso... as rótulas estavam comprometidas, fissuradas. O que são rótulas? Fica na base dos pilares, isso não estava no projeto. Apresentaram pra gente isso. Além delas estarem fissuradas, que tem estudos e projetos que mostram, e aqui tem desenhos se quiserem ver, está no processo, tinha outra coisa: com o tempo isso plasticou, o que é isso? Essas rótulas elas enferrujaram, elas colaram no, no, no, nos pilares e elas não movimentavam mais. Então, quando a... a... a ponte tinha que mexer e não mexia, estourava as barras de olhal.

Trouxeram esse problema pra gente, nós já tínhamos contratado muita gente, já tínhamos... porque quando se ganha um projeto desse, e era um projeto rápido e delicado e muito caro, nós contratamos a, as empresas - que depois eu passo a relação -, que são especializadas, onde nós não tínhamos capacidade de entrar e de fazer, e ninguém tem. Eu até... eu até vi alguma coisa, que eu li alguma coisa dizendo que: olha, vocês contrataram muita gente. Eu vou dizer uma coisa pra vocês, a gente é acostumado a fazer muitas obras, nós temos trinta e poucos anos fazendo obra aqui no Estado, quarenta,

todo tipo de obra, obras pesadas, prédios, o que vocês acharem, entregues, como o Relator falou, e tem certos serviços que você não consegue fazer. Quando se faz um prédio, você tem que comprar elevador, você não tem uma fábrica de elevador, você é obrigado a contratar o que o elevador vai colocar. Então, tem serviço que tem que ser terceirizados, ainda mais uma ponte dessa, onde tem muitos serviços técnicos.

Eu vou dar um exemplo pra vocês. Nós... e vocês... a, a, a economia estava muito aquecida, vocês lembram disso, nós contratamos algumas empresas pra tocar esse projeto. Quando nós contratamos, com a alteração, ã, nós não tínhamos mais como parar, porque o nosso custo em paralisa... na paralisação custaria muito caro pra gente. Então nós... nós fizemos e continuamos a obra.

Junto a isso o... ape.. os engenheiros apresentavam o que tinha que ser alterado na, na, na ponte, ã, nós procuramos uma saída que fosse consensual, ã, junto com todos, né, com todos os técnicos nacionais, internacionais e do Estado, e... e consultoria e engenharia do Estado, e chegamos à conclusão que aqui no Brasil tinha uma empresa com capacidade de fazer esse projeto, ajudaria, junto com a nossa supervisão. Essa empresa se chama RMG, que por sinal continua lá até hoje, é a mesma empresa que tá lá. A única coisa que mudou nessa obra foi a nossa empresa, o resto continua igual.

Bem, mas não faz mal, vamo lá, vamo continuar.
[Transcrição: Henrique Vargas Ribeiro]

Nós... nós tocamos essa obra, fizemos esse serviço e conseguimos assim andar. As obras foram feitas, nós precisamos alterar o projeto, fizeram alguns aditivos de alteração de prazo e de... e de... sem reflexo financeiro, e alguns... alguns... algumas trocas de material, por exemplo, se não ia mais usar o cabo. Pra nós não foi muito bom essa troca, mas nós tínhamos que fazer, porque a Freyssinet, como eu falei pra vocês, que é a Vinci Freyssinet, ela é especialista em cabos e ela já tinha feito um projeto onde é muito simples mudar, fazer isso: apoiaria os cabos no... no... nas barras, nas pontas, levantaria, levantaria, isso solitaria e trocaria as barras. Mas não dava, porque se você fizesse isso, você teria que botar o peso da ponte em cima desses pilar, dessas rótula, não aguentaria.

Em função disso, nós tivemos que... essa ARMG e mais a nossa equipe toda, que é essa equipe que vocês conhecem, que depois eu posso entregar a vocês todos, chegaram à conclusão que essa... é... que teria que se fazer um suporte. Nós tínhamos duas saídas aí na época, e apresentamos ao governo na época. Uma saída era você, ã... desmancha... desmontar a ponte e montar de novo, era até mais prático. Mas o Governador disse: nunca, eu não vou mexer num monumento, tirar um monumento onde a população tá acostumada a ver, tá lá, pra depois montar. Não, isso tá fora de cogitação. Então, a gente... Então vamo fazer uma ponte embaixo da ponte, que é a ponte provisória pra sus... pra... pra descer, pra largar todo esse peso e, com isso, a gente vai... vai... suporta o peso e troca as barras de olhal - como está sendo feito hoje, não tem nada diferente.

Bem, nós chegamos até uma etapa e, no primeiro governo, a, a gente tocou com certa tranquilidade, depois eu mostro pra vocês, e depois começou a faltar dinheiro, e faltou dinheiro. E nós quando estávamos tocando a obra... Por que que vocês tocaram um aditivo sem tá totalmente pronto? Não, perai, eu tinha... eu tinha pareceres de todo mundo, eu tinha... o engenheiro fiscal mandou tocar, os engenheiros... o... a... a consultoria mandou tocar, todas as gerências do... do... do Estado mandaram tocar, todos os diretores do Estado mandaram tocar, isso tem pareceres aqui pra fazer, e mais, a Procuradoria-Geral do Estado Fe... a... avistou duas vezes o processo, devolveu dizendo que tá... que precisava arrumar algumas coisas, que era... era... por acaso era... era o Serpa, podia ser qualquer um, o hé, o Procurador na época, depois voltou pro, pro, pro, pro órgão, foi arrumado e ele disse que não tinha mais nada, que podia terminar. Nós achamos que, então, tá pronto, agora vem, vamo receber, porque nós estamos fazendo a obra que tá em todos os jornais - depois vocês podem, vocês vão me pedir muita coisa, eu vou dizer.

É... é... as estacas, elas... elas... elas foram bem diferentes da... daquelas que foram orçadas, tanto é que nós recebemos duzentos mil, que é o que tinha só no edital, e custava um milhão, dito pelo próprio Estado em, em jornais e coisa que tão aí, e nós começamos a sentir dificuldade esperando que pagassem a gente. Isso nunca foi pago até hoje. E... e não sendo pago, faltando dinheiro pro governo do Estado, nós ficamos em certa... em bastante dificuldade. Tivemos que dilapidar patrimônios da empresa, que são diversos, trocamos prédios inteiros pra pagar... Pra se ter uma ideia, a Fundesp... só tinham três

empresas no Brasil que fazem essa, essa, essas estacas dentro da água, é uma plataforma marítima que se monta, é uma miniPetrobras bem pequenininha pra você montar pra fazer essa estaca - é o difícil dessa obra pra você montar isso, e são coisas muito... até muito pesadas, onde você tem que... depois concretar, levar ferro e dentro dessas balsas você tem que levar cinco, seis caminhões carregados de concreto pra concretar lá dentro. E os mergulhadores, porque você tem que armar tudo isso até lá embaixo, que nós que fizemos isso, e nessa armação toda que se faz, se faz até 30 metros de profundidade, que nós achamos - aí tem outra coisa que tem que saber - a gente tinha que... a gente tinha que... que calçar. [Transcrição: Camila Letícia de Moraes]

Bem, quando nós colocamos todas as estacas, que na... na lateral chegaram aos 30 metros, porque aquilo é um vale... O que acontece? Todo mundo aqui já foi num costão, deve ter ido, em costão você tem a queda do, do, do, do... Você vê, quando você vai pescar, você vê aquelas pedras, é aquilo. As duas laterais da ponte, por isso os pilares tão na ponta, eles são, eles são menores, chega perto de 30 metros, conforme vai afundando vai a 30 metros de lençol de água, tô falando em água. Nós tínhamos que chegar até a parte firme, depois da parte firme nós tínhamos que fazer mais uma perfuração de 9,5 metros pra firmar na rocha, descer a camisa metálica, encher de concreto e aço, e fazer. Fizemos todos esses pilares. Acontece que pela falta de dinheiro já, sempre houve esse problema na ponte, isso aí tá constatado, tentaram Lei Rouanet, fizeram várias coisas, não veio o dinheiro, o dinheiro chegou bem depois, a gente continuava em dificuldade. Aí nós tivemos que fazer. Aí caiu uma estaca. Por que caiu uma estaca? Foi muito: ah, desapareceu uma estaca no... no... no ponto do... do... no... no costão. Quando nós cravamos essa estaca, que com 29 metros e alguma coisa, a gente botou numa rocha, que você lá embaixo você sabe qual, essa rocha tamanho maior que essa sala aqui, ela fraturou, e ela, com a... começou a flambar esse pilar, muito pesado, 30 metros, cheio de concreto, virou. O que acontecia? Ligeiramente nós tivemos que fazer uma armação provisória em todos os... os... os pilares, que eram quatro cada um, que também não recebemos, que a gente fez, porque não estava ainda no nosso, no nosso, no nosso *métier* pra deixar... pra um pilar jogar o peso no outro. Isso foi feito e resolvido. Depois, com o tempo, nós tivemos que tirar e fazer isso... fazer isso corretamente.

Chego no fundo - só para terminar, porque tô... tô me alongando muito aqui, mas é que eu vivi muito essa obra, eu, pessoalmente, tava sempre lá, dia e noite, domingo eu ia passear e olhar isso, gostava daqui...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Hum, hum.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Minha mãe - isso é detalhe -, mas o meu pai e a minha mãe vieram a lua de mel aqui nessa ponte, tem fotos.

Então, no meio, como é... é... é um canal, esse... esse... esse canal aqui, esse meio do mar, por isso que quando foi feita a ponte usaram os pilares nas pontas, a gente chegou a 30 metros, só que tinha rocha deteriorada e um solo fragmentado em mais de 30 metros, isso tá tudo colocado, então as estacas desceram 30, mais 30, sessenta e mais 9. Isso tudo nós nunca recebemos, né, com... com... com todos aqueles guindastes, com as plataformas, que eu queria um dia que vocês até acompanhassem e vissem o que foi isso. Eu não quero dizer que está sendo fácil fazer a ponte, é importante, o difícil nós fizemos, eu não vou nunca negar isso e eu quero que os engenheiros digam que não. Você trabalha... nós trabalhamos embaixo, o resto ia ser em cima, é mais fácil, tá? Tem menos risco. E... e nós tínhamos que deixar a ponte segura.

Deixamos a ponte quase segura, faltando oito meses para terminar o nosso contrato, nós já com... com os recursos escassos, veio o dinheiro do BNDES, que a Lei Rouanet não deu certo, até algumas emissoras fizeram campanha, mas não... só não... não deu. Aí, pra nossa surpresa, me disseram, eu não sei, e não veio, dizendo que todo o dinheiro só podia ser pago de serviços novos, não de serviços já anteriores. Poxa, né, o novo eu não vou receber?! Eu não tenho mais como fazer essa ponte.

Aí foi que deu todo o problema, nós tinha ainda oito meses pra terminar, o governo, querendo pressa, rescindiu o contrato com a gente, nos tirou da obra, nós tínhamos ainda alguns meses pra terminar, pra deixar a ponte segura. Por que que eu falo tanto em ponte segura, pra vocês entenderem? Se você calçou a ponte, pode ficar dez anos, vinte, quanto tempo você quiser, tanto é que depois nós (*ininteligível*) seis anos lá e tá lá, certo? Agora, até você deixar a ponte

segura, nós temos vários documentos e laudos de pessoas, assim, do mundo inteiro, colocando: isso aí é muito... é perigoso.

Aí tiraram e fizeram um novo contrato, que eu... eu... não tô aqui pra acusar ninguém, muito menos, pelo contrário, eu preciso falar do meu contrato, eu ganhei essa obra por R\$ 154 milhões... R\$ 56 milhões, nós fizemos aditivo nesses dois anos e meio, três anos, porque mudaram todos os projetos, alteraram toda a... alteração, de oito milhões só, aditivo financeiro, o nosso contrato ficou em cento e... (O senhor advogado Carlos Alberto de Araújo Gomes manifesta-se fora do microfone. *Ininteligível.*) sessenta e nove - eu preciso de um óculos, vocês desculpem, mas quando eu comecei, eu não precisava. Cento e sessenta e...

(O senhor advogado Carlos Alberto de Araújo Gomes manifesta-se fora do microfone. *Ininteligível.*)

...e nove milhões é o total de... de obra. Nós fizemos 30.5 da obra, recebemos exatamente as medições, conforme planilha e documento (*ininteligível*), sem um aumento de nada, saímos da obra e hoje o contrato que não me interessa, do mesmo 169 que faltava pra terminar, ele já custava em 2018, 387 milhões, e o nosso faltava 169. Aí vocês depois vão ver o que aconteceu que eu não sei. Eu tô disposto a responder qualquer pergunta. [Transcrição: Felipe Pereira Bueno]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Nós vamos falar sobre cada um desses pontos...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Vamos? Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - ...que o senhor mencionou aqui, a história é bem extensa.

Mas eu queria começar perguntando para o senhor se houve alguma irregularidade na licitação ou na execução do contrato de reabilitação da Ponte Hercílio Luz?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Eu não conheço nenhuma irregularidade da (*ininteligível*). Nós participamos de uma obra e ganhamos. E... e... e essa... e essa obra nós fizemos, tanto é que tá lá, feita. Eu desconheço irregularidade enquanto eu toquei. Agora, eu acho que... que irregularidade foi nos tirar da obra. Eu não entendo por que nos tiraram da obra, e eu queria saber. É a minha pergunta: por que que eu saí? Essa é que eu quero saber. Eu saí por quê?

Eu vou dizer pra vocês mais uma coisa - desculpa aí, Deputado, tem que falar. A... nós... nós..., nós... ã, então foi feita uma rescisão unilateral onde diziam que a empresa ela... ela tava com a obra atrasada. Nós tínhamos oito meses, seis meses ainda, seis meses pra chegar até... até... pra terminar o contrato, e nós ainda íamos muito, né, se nós tivéssemos recebido, que não recebemos - ficamos trzentos dias sem receber. Isso aqui tá... tudo o que eu estou dizendo pra vocês vão documentos e vocês vão constatar.

Bem, a... essa... essa... essa... esse tempo que nós... nós... nós... você pediu das irregularidades, nós fizemos essa obra toda, eu... nós fomos, nós rescindimos... rescindiram o nosso contrato. Eu tenho documentos aqui, mais de um, o Estado pedindo pra mim tocar a obra devagar porque eles não tinham recurso. Eu tenho, presidente do órgão, dois, em duas épocas diferentes: vocês vão devagar; você só pode tocar isso que o Estado não tem recurso. Isso tá aqui (*aponta para vários documentos que tem em mãos*), é documento oficial, você tira naquela transparência do Estado, né - isso aqui eu peguei de lá, qualquer um pode pegar, tá? Bem, então o atraso não era nosso.

E, segundo, Deputado, desculpe, eu já vou... E a outra coisa, ã, nós também temos e... podia ser técnico, né, nós não tínhamos capacidade técnica pra fazer. Muito pelo contrário, porque nós recebemos também do Estado vários... aqui, documentos, que nós estávamos perfeito na obra. Porque você sabe que isso me dá um grande acervo, daria pra nossa empresa, deu. Então, você quando vai participar de uma obra, você vai pegando os acervos pra poder participar de outras obras com dificuldade parecida. E eu tenho documento dizendo que a obra tá perfeita até onde eu fiz. E mais, foi largado o peso, foi largada a transferência de carga e até recebemos alguns cumprimentos de umas pessoas que tá lá, funcionou, então o nosso serviço tá perfeito.

E terceira coisa. Então nós fomos tirado da obra porque nós não tínhamos... ã... ã... tá dito lá, nós não tínhamos... nós atrasamos a obra, tá, que vocês vão ver depois, que nós não tínhamos capacidade, (*ininteligível*) não foi, nunca disseram, e seguro, nós fizemos o seguro até o fim. E mais, temos documento aqui que nós pedimos o seguro quando a obra atrasou por culpa não nossa, nós fizemos todo o seguro, nós pedimos pro governo pagar essa quantidade a mais de seguro. Seguro é feito por um tempo. Se a culpa for minha, eu tenho que pagar, se não for, eu não tenho que pagar. Então, é isso o que eu teria a dizer para o senhor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor, então, confirma que não houve nenhuma irregularidade na execução do contrato ou na licitação?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Então, já que o senhor afirma isso, que não houve nenhuma irregularidade no Contrato PJ 264/2008...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Tá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - ...então o senhor concorda em renunciar ao sigilo bancário, fiscal e de dados da sua pessoa física e das pessoas jurídicas das quais o senhor era sócio na época do Contrato PJ 264?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Claro, doutor, inclusive eu faço questão. (O advogado Carlos Alberto de Araújo Gomes balança a cabeça positivamente.)

E mais, só pra terminar, essa obra aqui depois já foi pro, pro, pro Tribunal de Justiça e foi, por unanimidade, dado nós como vencedores. Tá aqui (*mostra documento*).

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Tá.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Tá?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - (*Utiliza imagens projetadas para ilustrar os seus questionamentos.*)

Senhor Paulo...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - ...no período que antecedeu à Concorrência nº 44/2007...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - ...que é a concorrência do edital que o senhor sagrou-se vencedor -, a Construtora Espaço Aberto aumentou seu capital social de R\$ 18 milhões para R\$ 116 milhões, usando reservas de reavaliação (R\$ 91,2 milhões), adiantamentos para aumento de capital (R\$ 4,3 milhões) e lucros acumulados de R\$ 2 milhões.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O aumento de capital teve alguma relação - está ali a alteração no contrato social do senhor (*aponta para a imagem projetada*) - com as futuras exigências da Ponte Hercílio Luz? [Transcrição: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé]

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Não, por dois motivos, não. E eu vou dizer por que que foi aumentado. Eu até... isso me faz muito bem.

Nós... nós... nós... a ponte precisava cento... R\$ 15 milhões pra participar. Por quê? Porque é 10%. Então nós não precisava aumentar capital pra ponte, como não fizemos. Nós fizemos bem antes, porque nós participamos da licitação da 101 consorciado com uma empresa forte e outra e nós só... nós fomos... chegamos a ser vencedores, tá, do trecho Palhoça/Florianópolis. Depois fom... foi... em discussão nos tiraram, né, do pedágio... esse pedágio que a... que a HS ganhou nós participamos da... do pedágio, da concessão dessa estrada, e pra isso precisava um capital muito forte. Eu peguei meus bens, meu capital particular, e coloquei na empresa pra aumentar o capital. Por quê? Porque aí entrava banco, BNDES, e eles olhavam a saúde financeira da empresa, e nós precisávamos. E foi feito pra esse motivo, foi bem antes, não teve nada a ver com a ponte.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Qual foi a data desse edital anterior?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Olha, só... eu não tô aqui, porque eu não esperava, mas... a gente... vocês pode ver, é só ver quando foi lançado o edital de con... de, de, de, de concessão...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Qual foi o ano?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - ...da 101. Dois mil e...

(O advogado Carlos Alberto de Araújo Gomes fala no ouvido da testemunha.)

A pedança de... a cobrança...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Qual foi o ano?

(O advogado Carlos Alberto de Araújo Gomes fala no ouvido da testemunha.)

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Eu acho que foi em 2004...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Deixa eu só lhe pedir, o advogado não pode interferir.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Eu acho que foi 2004.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Perfeito? Ou não?

(O advogado Carlos Alberto de Araújo Gomes manifesta-se fora do microfone: "Estou apenas lembrando ele.")

Não, mas o advogado não pode interferir, por gentileza.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Não, mas não precisa... Desculpa, não precisa mesmo, fica tranquilo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Por gentileza.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Foi em 2004?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Eu estou... Escuta, o que eu não sei, o que eu não sei, o que eu não tenho certeza, eu posso consultar e olhar. Se o senhor souber, pode me dizer. Agora, foi feito antes.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - É porque esse...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - ã...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Esse aumento de capital, conforme está na tela (*aponta para a imagem projetada*), foi feito no dia 30 de agosto de 2007, não foi feito bem antes do edital.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Não, não, não, eu, eu discordo de você. Cento e dezesseis (*ininteligível*) foi bem antes.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Como?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Eu posso te mandar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Não, tudo bem, mas... Eu digo, se o senhor... é que o senhor está falando...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Aí, aí foi alguma alteração...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - É que o senhor está falando, justificando, que foi por conta...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Foi.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - ...do pedágio, o senhor falou que isso foi em 2004. A sua alteração de capital foi no ano de 2007, ou seja, depois do pedágio, depois dessa licitação que o senhor falou... Alguma...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Não, não, não. Eu di... Eu... Não, não, eu...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - É que não há como discordar de um documento público que está ali, né?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Não, não... mas o senhor pega o outro documento... Desculpa eu colocar...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Uhum.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Tem um outro documento onde mostra que nós chegamos a 2012... R\$ 112 milhões, alguma coisa assim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Uhum.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Tá?

Então, isso aqui foi só um ajustezinho, mas não teve nada a ver com va... com ponte, muito pelo contrário, a ponte precisava 15 milhões.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Mas aí é um ajuste de 18 milhões para 116 milhões.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Não, não, mas não foi...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Não é um ajustezinho.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Mas não foi nesse... Não, o ajustezinho foi de 112 para 116. Eu posso isso... Como o senhor pediu minhas contas, eu posso também dar o.. o... os alterações do capital da empresa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Sim, as alterações contratuais nós temos.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Mas, então... porque o senhor... o senhor não pega uma antes dessa, por favor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Sim, antes dessa o senhor tinha em capital, na empresa... o senhor aumentou o seu capital de... o senhor tinha R\$ 18 milhões antes da...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Deputado Bruno, Deputado Bruno, me permite? Eu gostaria que...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Sim.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Eu discordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Eu gostaria que o sistema de comunicação da Casa também captasse as imagens (*refere-se às projeções*) para tornar público e ficar registrado no sistema.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Perfeito.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - O... o...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Não precisa permanecer com ela o tempo inteiro na tela.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Mas deixa eu... eu vou voltar... eu...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Mas, momentaneamente, faça a captação da imagem para a população poder tomar conhecimento.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Sim. Só pra... o senhor tá colocando uma coisa que, primeiro, eu não precisava aumentar, certo? Porque... vocês aqui tão... sabem e... que... que a empresa podia... podia somar capital. Eu tinha empresas de fora junto. E mais, eu tinha... se o senhor disse 18 milhões, sobrava pra tocar essa ponte, que era 159 milhões ou 160, eu não precisava aumentar. Então eu tô lhe contando por que que eu aumentei e posso buscar esse documento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O.k.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Eu até fui... fui pego de surpresa, porque a ponte nunca foi um problema. Só pro senhor ter uma ideia... hoje não, a gente tá... Mas o capital que nós temos, nós podemos participar de obra de 1,2 bilhão, é um pouquinho maior que a obra da ponte. Então...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor poderia informar se o seu faturamento à época dependia mais da área pública ou da área privada?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Olha...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E qual o percentual aproximado de cada setor?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - É. Eu... eu... nós começamos a... a... a... a empresa, se tem (*ininteligível*) com... com só obras privadas. Nós temos mais de cinquenta prédios feitos, é... aqui, na Grande Florianópolis, e fora. Eu tenho uma construção... E nós, depois, entramos em obras públicas. Foi um erro que eu... que eu cometi...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Senhor Paulo...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - ã... ã...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - ...o senhor, à época, dependia mais da área pública ou da área privada? A pergunta é simples.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - A pergunta é a seguinte: eu tava com 65 pública e 30 privada, 30 e 70.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - 65% pública...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Público, é.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - À época?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - É.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor poderia precisar a partir de quando a sua empresa passou a prestar serviços de engenharia em estruturas metálicas, pontes pênseis e afins?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Não... a, a, aí tá. A minha empresa, como eu lhe falei no começo, ela não ti... ela... em estrutura metálica ela prestou muitas, tá? Eu tenho grandes vãos aqui, eu vou lhe citar alguns: eu fiz um ginásio de Balneário Camboriú, que é estrutura metálica; eu, eu, eu fiz a parte do CIC, estrutura metálica. Então tem várias estruturas metálicas. [*Transcrição: Rafael de Souza Milke*]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Pontes pênseis?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Não, calma. Pontes pênseis, não. Eu e pouca gente, quase ninguém tinha. Por isso esse consórcio que eu estou com aqui montado. Se eu tivesse, eu teria ido sozinho, como eu não tinha, eu procurei parceiros que tivessem.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Certo. O senhor já fez algum serviço em pontes em geral, anteriormente?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Já.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Poderia citar, por favor?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Eu fiz pequenos, tá? Eu fiz uma ponte lá em Itajaí e... não era nossa especialidade fazer serviço em pontes, tá? E... e... e... nesse tipo de ponte ninguém tinha essa especialidade. Tanto é... eu não sei...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Em 20/01/2004 a Construtora Espaço Aberto firmou a 36ª alteração contratual...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Tá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - ...incluindo o item "obras de engenharia mecânica em geral", no seu

contrato social. Na 37ª alteração contratual consolidada, de 29/12/2004, não consta o item “obras de engenharia mecânica”. Já na 38ª alteração contratual, o item “obras de engenharia mecânica” foi inserido em 08/03/2007, portanto, alguns meses antes da licitação de dezembro de 2007 da Ponte Hercílio Luz.

O senhor considera coincidência incluir esse serviço no objeto da sua empresa poucos meses antes da licitação da ponte?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Não, muito pelo contrário, eu considero que eu fiz de propósito. A gente, quando vai participar, a gente coloca. São essas burocracias que o nosso Presidente quer tirar, tá entendendo? Essas coisinhas que o atual Presidente tá tentando desburocratizar. Eu fiz porque eu queria participar, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Então o senhor, no dia 08/03, o senhor já estava ciente do edital e da (*ininteligível*) que seria.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Não, não, não, não, não...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Mas o senhor acabou de dizer que queria participar...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Não, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Fez porque queria participar.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Ó, se eu fiz... o senhor tá muito correto... se eu fiz isso, coloquei, esse edital foi muito comentado. Eu vou lhe colocar uma coisa pro senhor saber, só pra... interessante é a história disso aqui.

Em primeiro lugar, a nossa... Eu posso ou o senhor quer pedir?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Fala.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Então vou falar. Esse edital, eu participei desde o tempo que veio o projeto dado pelo DNIT pra cá. Quando sabes que vai ser uma obra desse porte, todo mundo quer. E tem uma coisa, Deputado, que eu vou colocar pro senhor, que é importante até a gente colocar, mas... A gente foi muito compe... Assim, nós sempre pensamos que a nossa engenharia poderia participar de grandes obras. Essa obra, nós tivemos uma grande briga com o outro consórcio, que era a Odebrecht. Poderia ter a Odebrecht ganho, né? Podia, mas não ganhou, ganhamos nós. Ela tinha condições...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Então, o senhor...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - ...condições de fazer toda a ponte.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Então o senhor estava em março, o senhor estava ciente já da necessidade de...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Nós...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Dessa... dessa... dessa...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Desculpa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - ...dessa alteração contratual, incluindo obra de engenharia mecânica em geral? Em março o senhor estava ciente...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Não, não, não, não... Calma.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - ...dessa exigência que seria exigida em dezembro. Era isso?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Não. Ali diz pontes, doutor?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Fala o... O senhor incluiu obras de engenharia mecânica em geral no seu contrato.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Então.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor tirou...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - ã...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor tirou e... o senhor colocou, tirou e depois incluiu em março, e o senhor me alega que colocou isso porque seria... porque de propósito, porque seria necessário no edital em dezembro.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Não só... não só pra isso. Eu também... O senhor deve, se o senhor pegar as obras que eu estava participando, eu não sei, o senhor estudou isso, eu estudei só a ponte, tá, eu... mas eu posso ver, porque tudo que eu fiz aqui na minha empresa em quarenta anos foi perfeito, direito, tá? Mas eu vou terminar pro senhor, tá? Eu... eu... eu participei de algumas obras que precisava estrutura metálica. Por exemplo, hospital de Joinville tinha que ter; por exemplo...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Senhor Paulo...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Então eu não sei, eu tenho que ver na contabilidade, eu não sei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Eu estou lhe dizendo o seu contrato social. O senhor ti... o senhor colocou, tirou e depois colocou de novo. O que está registrado em ata é a sua resposta que o senhor estava ciente...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Não, eu sabia. Vou te ser franco...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - ...que colocou de propósito isso...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Não, não, não, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - ...meses antes da (*ininteligível*).

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Eu vou... Tá, pode ser.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Vamos seguir.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Como o senhor quiser.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - As alterações estão ali (*aponta para a imagem projetada*), caso o senhor queira consultar.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Não, a gente... eu vou pegar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor possuía alguma habilitação ou curso na área de estruturas metálicas à época do contrato?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Bem, aí o senhor tá colocando assim... o senhor... o senhor coloca a empresa, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Não, eu estou falando do senhor.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Eu?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Isso.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Habilitação em quê? Em estrutura metálica? Sim, eu sou arquiteto e tenho alguns cursos em estrutura metálica. Eu fiz.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor pode citar quais cursos o senhor fez em estruturas metálicas?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Não, estrutura metálica, especificamente, não. Eu fiz bastante... fiz obras. Agora, dentro de uma empresa você tem que ter os engenheiros habilitados pra fazer o quê?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Senhor Paulo, eu estou perguntando sobre o senhor.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Eu não, eu não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor tem alguma especialização na... em... (*ininteligível*)?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Não, em estrutura metálica, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Não?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Algum funcionário seu tinha essa habilitação em estruturas metálicas?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Tinha.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor pode citar o nome?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Nós tínhamos o Reinaldo Damasceno, que tinha... que tinha... Quando eu falo em habilitação, eu falo em obras feitas e acervos, tá? Eu não sei porque, tá?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Senhor Paulo, a pergunta é simples: o senhor...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Então eu vou (*ininteligível*).

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Algum funcionário seu tinha habilitação em estrutura metálica? [*Transcrição: Ana Clara Mota / Revisão: taquígrafa Ana Rita Moriconi de Souza*]

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Tanto tinha, que ga... fez obras e ganhou.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Qual funcionário?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - O Damasceno, engenheiro. Roberto Damasceno.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Roberto...

(*O senhor advogado manifesta-se fora do microfone: "Reinaldo."*)

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Reinaldo Damasceno.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Reinaldo Damasceno?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - É, é.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E ele estava à época trabalhando com o senhor?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Sim... não... não, é um dos responsáveis também aqui no consórcio.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O.k.

O senhor... Mesmo não tendo habilitação na área, o senhor se sentiu confortável em emitir a Anotação de Responsabilidade Técnica da obra de recuperação da Ponte Hercílio Luz em 03/02/2009?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Desculpa (*bateu no microfone*). Claro que sim, porque a minha empresa tinha, e eu faço parte... E eu... eu...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Deixa só eu terminar, doutor, senão fica assim...

Quando... quando... se eu coloquei a responsabilidade e se o Crea e o CAU permitia, é porque eu podia. Eu não fiz nada que não pudesse fazer.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Senhor Paulo, o senhor acabou de nos dizer que o senhor não tinha especialização alguma em pontes.... em...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Não, cursos de especialização.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E o senhor, pelo que consta, é arquiteto. Mesmo assim o senhor se sentiu confortável em emitir a Anotação de Responsabilidade Técnica da obra de recuperação da Ponte Hercílio Luz?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Ao lado da seta, senhor Paulo (*aponta para a imagem projetada*), consta a descrição da atividade de execução e remoção de quase 600 mil quilos de estrutura metálica. Mais abaixo, 2.890 metros quadrados de projeto em estrutura metálica. A partir desse momento o senhor se considerou habilitado para ser o responsável técnico em obras de estrutura metálica dessa magnitude?

A partir de que momento o senhor se considerou habilitado para lidar com 600 mil quilos de estruturas metálicas e com 2.890 metros quadrados de projeto em estrutura metálica?

(*O senhor advogado Carlos Alberto de Araújo Gomes manifesta-se fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Quando eu tive...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Presidente...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Quando eu tive um pessoal comigo com habilitação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Para assinar... mas... perdão. Mas quem assinou a Responsabilidade Técnica foi o senhor, não foram esses que estavam com o senhor.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Eu fui um deles.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Então, está aqui. O senhor assinou a Responsabilidade Técnica justamente por esses itens que eu acabei de citar ao senhor.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Bem, projetos eu tenho capacidade pra fazer.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E trata-se aqui de execução, não projeto.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Execução também.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor acabou de dizer que tem...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Então vamo lá... Eu... eu... o senhor tá pedindo uma coisa que eu...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Eu vou interromper um pouquinho. Eu vou pedir aos senhores advogados que se afastem pelo menos 1,5 metro do cliente, por gentileza. (*Os advogados se afastam.*)

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Sim. Não, não tem problema. Tá.

Olha só, se eu fiz, se eu assinei...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Um metro e meio do cliente, por gentileza.

(*Os advogados se afastam mais um pouco.*)

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Se eu assinei...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Senhor Paulo, por gentileza...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Tá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - ...só um pouquinho que já volto...

Por gentileza, solicito aos advogados que não interfiram. O cliente pode pedir para que seja interrompida a reunião e conversar

com vossas senhorias, não há qualquer problema. Agora, o que não se admite é a interferência, sem a autorização, dos senhores advogados. Por gentileza.

O senhor pode continuar com a palavra, senhor Paulo.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Não, o que que eu tava falando...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor assinou uma ART, que é Anotação de Responsabilidade Técnica, de execução e remoção de 600 mil quilos de estruturas metálicas e, além disso, de 2.890 metros quadrados de projetos em estruturas metálicas - em execução, não é nem projeto. O senhor se sente habilitado para isso?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Sim, projeto de execução, perfeito. É que remoção é tirar..

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Projeto... e execução, o senhor também sente?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Sim, claro. Bastante.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Certo.

Senhor Paulo, isso não configura exercício ilegal da profissão, já que o senhor é arquiteto e não possui habilitação técnica para executar esse tipo de obras (pontes de qualquer tipo)?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Não, porque se... se... se eu tive a ART e o órgão da classe deu, eu posso. Aí você... aí tem que mexer lá, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Conforme o artigo 7º da Resolução do Confea 218/1973, serviços em pontes e em grandes estruturas são exclusivos de engenheiros.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - De quando?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - De 1973.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Ah!

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor quer que eu leia o artigo 7º ou o senhor conhece e...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Não, não precisa. Não conheço, mas não precisa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Não precisa?

Senhor Paulo, os serviços de estrutura metálica são na ponte.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Sua ART mostra que serão removidas e substituídas quase 600 toneladas em estrutura de metal. Mostra também que se refere a projeto em estrutura metálica com 2.890 metros quadrados. Isso equivale à área do vão central - só poderia ser o vão central e que seria serviço exclusivo de engenheiros. Mesmo assim o senhor se sentiu habilitado, mesmo não sendo habilitado segundo o Confea? Não podendo exercer essa responsabilidade.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Olha, eu... eu... se eu assinei a ART e se passou, eu estava. Aí tem que ver no Confea.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Artigo 7º "Compete ao engenheiro civil ou ao engenheiro de fortificação e construção:

I - o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes a edificações, estradas, pistas de rolamentos e aeroportos; sistema de transportes, de abastecimento de água e de saneamento; portos, rios, canais, barragens e diques; drenagem e irrigação; pontes e grandes estruturas; seus serviços afins e correlatos." Pertencentes a engenheiro civil ou a engenheiro de fortificação e construção.

O senhor chegou a utilizar essa sua Anotação de Responsabilidade Técnica para se qualificar em outras licitações?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Eu não sei, mas devo ter,, devo ter usado. Se o Crea deu, eu usei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor deve ter usado a sua própria...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Se o Crea deu, eu usei. Se o órgão oficial deu, eu usei. [*Transcrição: taquígrafa Maria Aparecida Orsij*]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Senhor Paulo Ney, eu vou citar vários documentos agora...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - ...ao senhor e, ao final, farei algumas perguntas relacionadas a esses documentos, o.k?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Tá. Pois não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Carteira de Trabalho e currículo do engenheiro civil Reinaldo Damasceno da

Silva; currículo do engenheiro Khaled Mahmoud; autodeclaração da CSA Group e currículo do engenheiro Fernando Fagundo; currículo do engenheiro civil Enrique Hernandez Montez; currículo do engenheiro sanitário Antônio Winter Tonet; autodeclaração da CSA Group e currículo do engenheiro Wing Au; autodeclaração da CSA Group e currículo do engenheiro civil Juan Melgarejo; currículo do técnico em edificações Crescêncio Matos dos Santos; currículo do técnico em Agrimensura Alexandre da Silva; autodeclaração da empresa Ammann&Whitney; currículo do engenheiro Peter Sluska; currículo do engenheiro Imam Hossain; currículo do engenheiro Christopher Gagnon; currículo do engenheiro civil Radu Dragan; carta de oferta de emprego da CSA Group para o engenheiro Khaled Mahmoud; e autodeclaração da empresa Freyssinet International & Cie.

(O advogado Carlos Alberto de Araújo Gomes tenta chamar a atenção do Presidente. A Deputada Marlene Fengler chama a atenção do Presidente para olhar para o advogado. O senhor Presidente levanta e vai ao encontro do advogado, que conversam fora do microfone.)

Senhor Paulo Ney, esses foram todos os documentos relativos à qualificação técnica que a Construtora Espaço Aberto, a CSA Group e as empresas parceiras Ammann&Whitney e Freyssinet International apresentaram na licitação. Ou seja, não foram apresentados atestados, certidões, cópias de contratos, declarações de contratantes ou qualquer outro documento que contemplasse as exigências do edital.

Toda a qualificação técnica do Consórcio Florianópolis Monumento baseou-se somente em autodeclarações e currículos profissionais emitidos pelas próprias empresas integrantes do consórcio e parceiras - currículos e autodeclarações emitidos pelas parceiras e pelo consórcio. Por que o consórcio não apresentou os documentos de qualificação técnica, conforme foi exigido em edital? Por que esses documentos não existiam?

(O senhor advogado Carlos Alberto de Araújo Gomes manifesta-se fora do microfone pedindo uma questão de ordem.)

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Não...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Deputado Bruno, o advogado Carlos Alberto de Araújo Gomes solicita um tempo para orientar o seu cliente. E vou autorizar por até três minutos. *(Pausa.)*

(O senhor advogado Carlos Alberto de Araújo Gomes conversa com o senhor Paulo Ney Almeida.)

Cumprindo com o requerimento, dou por reabertos os trabalhos.

O Deputado Bruno fez uma pergunta ao senhor Paulo Ney Almeida, que está com a palavra para a resposta.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Bem, o senhor colocou... ã... que... eu participei de uma licitação e fui vitorioso. Tecnicamente eu apresentei e fomos vencedores. Tá legalizado, cumpriu o que nós tínhamos que fazer. Eu... eu tenho aqui *(aponta para documentos a sua frente)* a nossa proposta, com todas as coisas que nós apresentamos e, pra mim, isso aqui resolveu, tanto resolveu que nós fomos habilitados. Eu não sei tecnicamente se faltou a ou b, porque tu sabes que eu sou empresário, tenho algumas obras e não ficava olhando. Eu apresentei e... Tenho aqui, até depois eu posso deixar pra você dar uma... olhar o que tá feito aqui, deve ter tido esse... esse... esse documento.

Então eu fui habilitado, participei e ganhei. *[Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite]*

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Se o órgão aceitou os seus documentos, diferente do que o edital previa, significa que o órgão não fez a sua parte?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Não sei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Ali nós temos aparecendo na tela *(aponta para a imagem projetada)* as autodeclarações que foram apresentadas no lugar das certidões e dos atestados que eram necessários e exigidos pelo edital, caso o senhor queira consultar.

O senhor conheceu o engenheiro Khaled?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Demais!

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O engenheiro Khaled falava português?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Mas o engenheiro Khaled assinou vários documentos juntados ao processo licitatório, os quais foram redigidos apenas em português. Ele sabia o que estava assinando?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Sabia. Ele tinha um tradutor junto.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Como aqui por exemplo, né? *(Aponta para a imagem projetada.)*

Durante a oitiva do senhor Roberto Alexandre Zattar, foi constatado que em relação ao vínculo empregatício do senhor Khaled não havia nada, além de uma mera proposta de emprego da CSA nos documentos de habilitação - está na tela *(aponta para a imagem projetada)*.

Existe uma declaração, em português, do senhor Khaled, de que ele mantinha à época vínculo com a CSA Group. Todavia, essa declaração vem revestida de várias irregularidades. Primeiro, foi juntada ao processo em fase recursal, ou seja, é inválida para fins de habilitação - não adianta apresentar um documento depois que a habilitação aconteceu, isso foi apresentado lá na frente, na fase recursal -, uma vez que a Lei 8.666/93 veda juntar documentos novos, que não *(sic)* deveriam constar anteriormente nas fases de habilitação ou de proposta. Ou seja, não estava na fase de habilitação, a Lei 8.666 deixa claro: não pode apresentar depois da habilitação. Consta apenas a versão em português e o senhor Khaled, como o senhor mesmo atestou, não fala a nossa língua. Foi assinada posterior à entrega da proposta, reconhecida como vínculo retroativo.

Senhor Paulo, por que esses documentos não foram juntados na fase correta, durante a habilitação?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Eu entendo que estavam todos lá, como estão aqui.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - É que isso não é uma questão de opinião, na verdade.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Mas é que...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Isso está nos autos, ali na habilitação. Aí não... aí não está.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Bem...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Esse documento foi juntado posteriormente.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Eu... eu fui habilitado, tá? Apresentamos todos os documentos e estamos dentro de uma licitação que cumprimos, fizemos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor tinha ou não tinha os documentos à época?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Todos os documentos que eu tenho, estão aqui.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E não consta essa declaração? Foi apresentada posteriormente *(ininteligível)*...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Eu... eu... eu... eu desconheço esse fato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Está... está aqui.

[O senhor advogado Mathaus Agacci manifesta-se fora do microfone: "Pela ordem, excelência. Me desculpe, peço por favor, se possível, é... o... meu cliente já respondeu as perguntas. Aí ficar insistindo nas perguntas não coaduna com o procedimento de uma inquirição... é... no sistema (inaudível).]

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Está deferido o pedido. Deputado Bruno, está deferido o pedido.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor Juan Melgarejo Haddad, representante da CSA Group Florida (Inc.), apresentou declaração nos termos do Anexo 22 do edital, como está aqui *(aponta para a imagem projetada)*, que se vencedor da licitação manteria na obra, como engenheiro preposto e na direção técnica dos trabalhos, pelos menos um engenheiro civil mencionado na documentação de habilitação, o qual não estará vinculado a qualquer outra obra na data de início dos serviços. O senhor saberia informar quem era esse profissional?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Como é que é o nome dele?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Justamente, é o que nós queremos saber. Vou repetir a pergunta para o senhor...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Se é... eu... sei, sim. Teve o Reinaldo, é outro Reinaldo, que veio trazer pra ele, e teve um americano que ficou aqui desde o começo, que ele trouxe. E também o Luiz, que a... a... junto com a Prointec, o Luiz que era engenheiro mecânico e presidente da Prointec Brasil, ficou todo o tempo aqui. Os documentos estão aí.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O engenheiro preposto não seria o senhor Khaled Mahmoud então?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - São duas coisas. O Khaled também era, o Khaled passava aqui dez dias por mês. Nós temos tudo

aqui comprovado, como ele veio, fez, inclusive com declarações, com documentos, sempre aqui. Ele era o consultor de tudo isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Qual é o nome do americano, o senhor sabe?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Qual americano?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O engenheiro americano que o senhor acabou de dizer que ficou na obra.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Olha, eu teria que olhar, tá? Porque foi tanta gente que passaram lá, foi muita gente, sabe. Eles não trouxeram só um. Era uma equipe. Eles alugaram uma casa em Jurerê, né, e trouxemos várias pessoas. Então... e aí tinha o escritório na ponte, então eles iam todo dia, se deslocavam até lá, até a ponte. Então tem vários. Agora podemos pegar isso, né, fácil.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor conseguiria encontrar o nome desse engenheiro?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Claro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor poderia, por acaso, entregar os documentos que comprovam a participação desses engenheiros em tempo integral, durante toda a obra?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - É, eu posso entregar durante o tempo que eles ficaram na obra, posso entregar, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor poderia nos entregar?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Claro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor alegou que eles ficaram durante toda a obra cumprindo a exigência, então o senhor teria essa documentação para comprovar isso?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Hum, hum, temos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Poderia nos entregar, então?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Claro. *[Transcrição: Grazielle da Silva]*

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E o senhor poderia comprovar que o Khaled também estava esses dez dias, como o senhor falou, por mês?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Podemos, inclusive até por pagamentos feitos pelo banco, que era em dólar, e as passagens. Tranquilamente podemos comprovar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Com ARTs e vistos dele, tudo?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Tudo o que ele tem, tá, inclusive com declarações, com conversas, com tudo. O que vocês quiserem.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E ele permaneceu até quando na obra?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - O Khaled permaneceu na obra até a gente sair.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Até o final?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Até a gente sair. Um pouquinho antes da gente sair, porque daí já tava...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E durante esse período...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Eu não paguei mais...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E durante esse período todo ele esteve na obra, visitando?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Sempre aqui. Inclusive hospedado no hotel aqui. Isso aí tem tudo aí.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Durante a execução da obra, passou a constar nos documentos o nome de outro profissional, o senhor Hayashi. O senhor poderia nos indicar no quadro do pessoal técnico apresentado na sua proposta, qual profissional o senhor Hayashi substituiu?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Não, não substituí, nós aumentamos. Ai nós tivemos diversos... Porque o projeto foi crescendo e nós fomos colocando mais gente, então nós tínhamos diversos e muitos engenheiros. Aí eu posso dar uma relação completa de todo mundo que trabalhou lá. E... e... e tem até engenheiro que morreu, tá? Então...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O edital previa que a empresa ou o consórcio participante deveria ter em seu quadro permanente equipe capacitada com experiência nesse tipo de obra, conforme está aqui no edital - se o senhor quiser consultar, a parte do edital que fala sobre isso está atrás do senhor *(aponta para a*

imagem projetada). A partir de junho de 2009 os relatórios da empresa supervisora apontam que a tal equipe, a empresa supervisora da obra aponta que tal equipe não estava mais na obra (especificamente o engenheiro Khaled, apontado na licitação como engenheiro preposto; o engenheiro Enrique Hernandez, apontado como especialista em estruturas metálicas; e o engenheiro Fernando Fagundo, apontado como especialista em fundação). Isso foi apontado pela empresa supervisora. Por que o consórcio retirou esse pessoal da obra?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Não, ninguém saiu da obra. O Khaled, eu disse, ficou até o fim, tá? E conforme os serviços iam trocando, as pessoas iam mudando. Você sabe que cada um tem especi... Nós temos varias especi... Contratamos o Catão, o Catão é especialista hoje nacional em... em... em estru... em concreto, é a maior sumidade nacional. Então, conforme fosse a necessidade, nós trazíamos as pessoas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Então o senhor contesta a empresa supervisora?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Claro.

(O advogado Carlos Alberto de Araújo Gomes faz sinal afirmativo com a cabeça.)

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Presidente, o advogado está respondendo pelo... pelo...

(O senhor advogado Carlos Alberto de Araújo Gomes manifesta-se fora do microfone: "Me perdoe, senhor, foi apenas expressão facial.")

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Não tô ouvindo nada.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Eu ouvi. Eu nem olhei para o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Deputado Bruno, senhor Paulo, eu vou alertar os senhores advogados: por gentileza, o depoente aqui é o senhor Paulo Ney Almeida. Vossas senhorias têm a prerrogativa de solicitar a suspensão da reunião para instruir o seu cliente. Fora isso, por gentileza, não gostaria que houvesse qualquer outro tipo de interferência, por gentileza. Muito obrigado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor então contesta a empresa supervisora?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Claro, nós não tivemos nunca... Nós... nós... nós... A supervisora ela estava nos fiscalizando, tá, e muitas vezes nós também achamos que ela não tinha todo o pessoal necessário. Foi uma questão *(ininteligível)*.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor alguma vez manifestou oficialmente esse desacordo com esse ponto da supervisora?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Em diver... Eu acho que... nós temos que procurar, mas tem os diários de obras, vocês devem ter visto, e lá tem tudo o que aconteceu na obra, do começo ao fim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor se manifestou em relação a isso?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Quan... O senhor fala o senhor. A empresa...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - A empresa manifestou contestando essa informação à supervisora?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Tá, aí sim. Eu tenho que tirar a pessoalidade do negócio, tá?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - A empresa se manifestou em relação?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Sim, sim, sim. Claro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Poderia nos fornecer essa documentação?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Sim, nós vamos procurar. O que tiver, nós vamos fornecer pra vocês, tá? O que a gente encontrar, nós vamos fornecer.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Entre junho e novembro de 2009 os relatórios apontam o senhor como engenheiro preposto, mas o senhor não é engenheiro. A obra ficou todo esse lapso temporal sem engenheiro preposto responsável? A empresa supervisora errou novamente? *[Transcrição: Henrique Vargas Ribeiro]* Está aqui. *(Aponta para a imagem projetada.)*

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Não, não... eu...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor está... Esse é o relatório de junho de 2009, o senhor aparece como engenheiro preposto. O que aconteceu?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Eu não sei lhe informar, eu tenho que olhar. Porque nós sempre tivemos diversos engenheiros na obra, sempre, muitos. Nunca ficou sem... vários engenheiros na obra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Justo. Então o senhor assu... porque o engenheiro... O senhor assumiu, então, o lugar de algum engenheiro? O senhor assumiu a posição do Khaled, foi isso?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Nunca. O Khaled sempre teve aí.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Mas, então... eu não consigo entender.

(Os advogados se manifestam fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Você quer que eu diga o que eu não sei, eu digo, tá?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Senhores, não...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Não, é porque ele tá falando coisa que eu já falei...

(O advogado Mathaus Agacci gesticula solicitando autorização para falar.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Eu vou solicitar aos advogados...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Não... eu estou...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Não, é que você tá pegando coisa que eu não sei, e aí fica um negócio desagradável. Só isso que eu queria dizer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Por gentileza, seu Paulo. Eu vou solicitar aos advogados: se tiver uma questão de ordem, vossa senhoria requer a questão de ordem para que seja autorizada a sua fala.

(O advogado Mathaus Agacci manifesta-se fora do microfone e o depoente Paulo Ney Almeida responde: "Eu falo aqui. Não precisa, Mathaus.")

Do contrário, eu não vou aceitar mais a interferência direta.

(O advogado Mathaus Agacci manifesta-se fora do microfone: "Presidente, tá autorizado?")

Quer fazer uma questão de ordem?

(O advogado Mathaus Agacci manifesta-se fora do microfone: "Fazer uma questão de ordem.")

(O advogado Mathaus Agacci inicia manifestando-se fora do microfone: "Excelência, apesar de aqui ser uma Comissão Parlamentar de Inquérito, ela deve...")

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - Fale ao microfone.

O SR. MATHAUS AGACCI - ...deve seguir o procedimento adotado pelo Código de Processo Penal, ou seja, a inquirição, se já respondeu, se a pessoa que está sendo interrogada já respondeu a pergunta, não pode o interrogante ficar questionando novamente, sob pena, inclusive, de nulificação do interrogatório, o.k.? Porque, novamente, ele está sendo interrogado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Senhor Presidente, não considero que foi isso que aconteceu...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Deputado Bruno, eu vou...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Mas eu entendi a...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - A questão de ordem é pertinente.

Para que possamos dar a melhor dinâmica, eu vou solicitar ao senhor Paulo que toda vez que ele verificar que já respondeu, que ele diga: já respondi.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Perfeito.

O SR. MATHAUS AGACCI - O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Perfeito? Já respondi.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Senhor Paulo, o senhor conhecia o engenheiro Eduardo Hamond Regua, que era o diretor de Obras e Transportes do Deinfra na época da licitação que resultou na contratação do Consórcio Florianópolis Monumento?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Conheci no órgão.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor conheceu no órgão?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - No órgão.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Qual era a natureza da sua relação com ele?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - É... de... de... trabalho. Ele fazia... era o diretor e eu era da empresa. Isso aqui não tá dando, tá? *(Refere-se ao microfone.)*

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O consórcio contratou a empresa Hamondrega Engenharia Ltda., cujo um dos sócios é o senhor Eduardo Hamond Regua, para prestar consultoria na obra e executar serviços relativos à Ponte Hercílio Luz, ao valor de R\$ 30 mil mensais.

O senhor considerou adequado contratar uma empresa que era de um diretor do Deinfra para trabalhar na Ponte Hercílio Luz, sendo que foi esse diretor que assinou o edital da licitação e participou da avaliação das propostas técnicas e de preço?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Sim. E vou dizer mais, eu... eu contratei diversos funcionários do Estado, inclusive um... Jair Felipe, que foi... ganhou medalha como melhor funcionário, ele saiu, eu contratei. Eu sempre procurei pegar os melhores... tanto é que o Coronel Araújo Gomes é nosso advogado há quase trinta... há vinte anos, eu considero uma grande pessoa. Ele hoje advoga, ele foi Coronel e Chefe de Estado Maior. Eu tive três Coronéis na empresa, porque eu acho pessoas eficientes, e eu, quando tem pessoas no mercado que são capazes, eu contrato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Então, é normal acontecer...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - É supernormal eu pegar pessoas competentes e capacitadas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - É normal pegar funcionários de órgãos do Deinfra para licitação?...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Quando eles não estiverem mais lá, de qualquer órgão. Quando não prestarem mais serviço... Assim como hoje o Juiz Sérgio Moro tá trabalhando no governo federal.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - *(O Relator conversa com o seu assessor Victor Rorato.)*

O problema é que na época o senhor Eduardo Regua ainda estava no Deinfra, ele era diretor na época que assinou.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Não. Quando ele entrou na nossa empresa ele não era mais nada. E digo mais, se tiverem pessoas competentes *(ininteligível)* fazer, eu vou pegar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor Eduardo favoreceu o consórcio de alguma maneira na licitação?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Nunca, pelo contrário. A gente... nós contratamos pessoas que nós achamos que são pessoas capazes e que são pessoas que... que... que acham alguns defeitos e problemas nossos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor Eduardo, quando foi contratado pela empresa e pelo consórcio, ainda era diretor do Deinfra. Não existiam outras empresas que poderiam prestar esses serviços?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Eu não sei. Nós contratamos ele porque ele saiu e porque ele entendia bastante disso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - A declaração do...

Quais foram os serviços prestados pela empresa do senhor Eduardo?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Eu diria que consultoria, né, porque nós... quando o projeto... ele conhecia o projeto, então nós precisávamos de pessoas competentes pra fazer. *[Transcrição: Camila Letícia de Moraes]*

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Eu diria que consultoria né, porque nós... quando o projeto... ele conhecia o projeto então nós precisávamos de pessoas competentes pra fazer.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor teria o resultado dessa consultoria para entregar para a Comissão?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - O resultado foi o no serviço bem feito e até hoje tá aí, atestado e qualificado, e usado. Esse é o grande resultado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Comprovação de efetivo *(ininteligível)*?...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Isso é a nossa comprovação, essa é a minha...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Essa é a comprovação?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Essa é a comprovação. Melhor que isso, não precisa, e com preço feito no edital. Nós não triplicamos o valor da obra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - A autodeclaração do Anexo 22 firma o compromisso da apresentação da documentação necessária para a empresa CSA Group Florida Inc. funcionar no Brasil até cinco dias úteis antes da data marcada para a assinatura do contrato. Esse dispositivo foi cumprido?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Se foi passado, deve ter sido. E não tenho isso... não sei. Acho que foi, porque nós fomos habilitados.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - A CSA Group Florida ainda se comprometeu a apresentar no prazo de trinta dias, após a autorização de funcionamento provisório no Brasil, o registro na Junta Comercial e a prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica. Esses documentos foram apresentados?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - O senhor tá fazendo pergunta que eu não sei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O diretor de Obras e Transportes do Deinfra atestou que o senhor Juan Haddad visitou a obra no dia 1º/02/09, como está ali na tela (*aponta para a imagem projetada*). Um dos últimos itens, o senhor Juan Haddad declarou que executaria os serviços de acordo com o cronograma apresentado na proposta de preço. O senhor Juan Haddad sabia o que ele estava assinando?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Claro, tá aqui.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Ele dominava a língua portuguesa?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Sim, perfeito... faz... ele falava espanhol, castelhano.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O Contrato PJ 264/2008 foi assinado em 27/11/08 e o registro do consórcio na Junta Comercial aconteceu somente em 08/04/09, ou seja, 132 dias após a assinatura do instrumento, descumprindo o artigo 33, parágrafo 2º, da Lei 8.666, de 1993, que assim versa: "o licitante vencedor fica obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no inciso I deste artigo".

O senhor poderia explicar por que não foi cumprido esse dispositivo, bem como a letra *h* do item 6.3.1.4 do edital?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Caso o senhor queira consultar, tudo o que eu falei está ali (*aponta para a imagem projetada*).

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Não. Depois a gente vê.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Ele já respondeu, Deputado Bruno.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Sim. Só para mostrar, caso ele queira consultar.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Outra vez podia colocar mais fácil, senão eu tenho que ficar... (*Refere-se ao fato de as imagens estarem sendo projetadas na parede às suas costas.*)

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - (*Pergunta retirada da ata conforme determinação do senhor Presidente da CPI, Deputado Marcos Vieira.*)

(*Os senhores advogados manifestam-se fora do microfone pedindo a palavra, por uma questão de ordem.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Deputado Bruno... O Deputado Bruno fez a pergunta e os advogados querem uma questão de ordem. Está requerida e deferida.

O SR. MATHAUS AGACCI - Excelência, novamente, em um depoimento, seja ele em fase administrativa, seja ele em fase judicial, não pode o interrogante conjecturar, não pode o interrogante trazer artigo de leis e afirmar se foi ou não cometido algum crime, até porque o interrogado não tem conhecimento técnico para responder a pergunta.

Ou seja, novamente é uma pergunta passiva de nulidade e que não coaduna com os princípios esculpidos na Magna Carta. E apesar de aqui ser uma fase administrativa, tem que seguir o que disposto na Constituição Federal, tem que seguir o procedimento do artigo 176 do Código de Processo Penal.

Esta é a questão de ordem e é assim que peço, excelência.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Está deferida a questão de ordem e está retirada dos anais a pergunta feita pelo Deputado Bruno.

Próxima pergunta Deputado Bruno.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O Instrumento Particular de Acordo de Constituição de Consórcio, que faz parte da proposta de habilitação do Consórcio Florianópolis Monumento, foi firmado com a empresa CSA Group Florida Inc. e a Construtora Espaço Aberto Ltda. - o acordo de constituição do consórcio -, como podemos ver na apresentação, folhas 908 do Edital nº

44/2007, que está aqui (*aponta para a imagem projetada*). O senhor poderia explicar como aconteceu a negociação para a formalização do consórcio? [*Transcrição: Henrique Vargas Ribeiro*]

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Conversei e formamos o consórcio. só. Procurei as empresas capazes e fiz.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Qual a diferença entre as empresa CSA Group Florida Inc., CSA Central Inc. e CSA Holdings Inc.?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Eu não tenho conhecimento. Eu sei que a CSA fez uma empresa pra vir pra cá. Eu não tenho conhecimento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor poderia dar mais detalhe sobre?...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Não. não sei. Aí entra num... que eu não conheço.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Pois é, contudo o Consórcio Florianópolis Monumento foi firmado com a empresa CSA Group Florida - como está aqui (*aponta para a imagem projetada*) - do Brasil Gerenciamento Ltda., que é diferente da empresa estrangeira que foi habilitada no edital e firmou o acordo de constituição do consórcio.

O senhor poderia explicar por que o consórcio não foi firmado com as empresas CSA Central Inc, CSA Holding Inc ou CSA Florida Inc, que participaram efetivamente do edital?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Não. (*Pausa.*) Desculpa, o Relator, é que está entrando umas perguntas boas, mas eu não conheço isso, então eu não sei. Certo? A gente participou, advogados ajudaram, participaram, fizeram edital, sei que tá perfeito e a minha... a minha concepção é montar o consórcio e participar. Então... E detalhes eu não sei. Eu sou arquiteto, não sou advogado. Certo?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Porque como o senhor falou que conhecia tanto a obra...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Eu conheço a obra tecnicamente...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Eu imaginei que...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Desculpa, Relator, tecnicamente eu conheço muito a obra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Hum, hum.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Muito mesmo. E termi... e teria terminado com preço menos da metade do que tão fazendo, tá? Isso eu posso provar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O.k. Ainda sobre o Instrumento Particular de Acordo de Constituição do Consórcio, apresentado no Edital nº 44/2007, que está ali (*aponta para a imagem projetada*), verifica-se que a participação da CSA Group Florida Inc. era de 50,1%, enquanto a Construtora Espaço Aberto Ltda. detinha 49,9% da participação, como demonstrado também na próxima tela.

Entretanto, quando da formalização do Consórcio Florianópolis Monumento, a participação foi alterada para 85% da Construtora Espaço Aberto e 15% da CSA Group (Ltda.). O senhor passou de coadjuvante para sócio majoritário do consórcio, haja vista que, desde a adjudicação do objeto da licitação até a formalização do consórcio na Junta Comercial, o senhor detinha cota minoritária do consórcio, situação que foi modificada quando do seu registro oficial. O Deinfra aceitou com naturalidade essa alteração?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Eu era o líder.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor era o líder?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - A nossa empresa. Eu vou dar um exemplo... (*ininteligível*).

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E o Deinfra então aceitou tranquilamente essa alteração?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Se eu continuei no contrato recebendo, aceitou. São perguntas que... tem que fazer para eles, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Senhor Paulo, eu vou chamar a empresa CSA Group Florida do Brasil Gerenciamento Ltda. apenas de CSA Ltda. - para não ter que ficar repetindo todo o nome extenso da empresa que foi constituída no Brasil -, para diferenciar das empresas estrangeiras que realmente participaram do edital. A empresa CSA Ltda. foi constituída em março de 2009 pelo senhor Ricardo Caiuby Ariani Filho, advogado de São Paulo, constituído procurador da CSA Central Inc. e da CSA Holdings Inc. Percebe-se claramente que as empresas estrangeiras dispunham

de CNPJ. Por que elas não participaram diretamente do contrato social de constituição do consórcio?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Não sei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O acordo de constituição do consórcio previa a participação da empresa CSA Group Florida Inc. O acordo, que faz parte dos documentos de habilitação, foi descumprido?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Não. Tanto é que foi habilitado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O Deinfrac contratou uma empresa achando que era, na verdade, outra?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Não. E o serviço foi bem feito.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Eu destaco que, conforme mostra ali (*aponta para a imagem projetada*), nem os procuradores acertaram o nome do senhor Juan Arturo Melgarejo, uma vez que falta o sobrenome Haddad.

O senhor teria como comprovar que essa nova empresa, a CSA Ltda., detinha o acervo técnico da CSA Group Florida Inc., a empresa que efetivamente participou do edital? [*Transcrição: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé*]

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Eu não sei, deve ter tido. Acho que sim, porque o... o... o Juan, que representava, estava sempre aí e ele que assinava tudo. Eu não sei como funciona a base deles lá. O Juan, inclusive, era vice-presidente da empresa, mundial.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Então o senhor acredita que eles tinham esses...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Perfeito.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Senhor Paulo, o capital social da empresa CSA Ltda. foi estipulado em R\$ 12 mil, totalmente subscrito e a ser integralizado em moeda corrente. Esse capital social, que sequer foi integralizado quando do registro da empresa, condiz com as exigências do Edital 044/2007?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Sim, nós tínhamos capital total.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Eu me refiro à CSA Ltda.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Também, porque podia somar capital.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - A CSA Ltda. ainda teve um ano para integralizar esse capital de R\$ 12 mil. O seu sócio no consórcio não tinha esses R\$ 12 mil para integralizar?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Hum, tem que pedir para ele, né? Acho que tinha.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O edital previa que os patrimônios líquidos das empresas consorciadas deveriam ser somados, chegando, no mínimo, a um valor aproximado de R\$ 22 milhões, sendo que esse era um dos requisitos de habilitação do consórcio.

A Construtora Espaço Aberto arquivou poucos balanços patrimoniais na Junta Comercial, mas foi possível verificar que restou o patrimônio líquido de R\$ 13,92 milhões em 2003, quando houve a cisão da Castor Construtora e Incorporadora Ltda., como pode ser verificado na tela (*aponta para a imagem projetada*). Após aquele aumento de capital citado no início da oitiva, a sua empresa passou a atender a exigência do edital sozinha. A sua empresa, de fato, tinha esse patrimônio todo ou foi alguma manobra contábil?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Tem.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Para comprovar a qualificação econômica do consórcio durante o certame, foi apresentado o balanço combinado da CSA Holdings Inc. e subsidiárias. Verifica-se na projeção que a CSA Holdings tinha um patrimônio de mais de US\$ 17 milhões em 2006. O Consórcio Florianópolis Monumento, por sua vez, foi firmado com a recém-criada CSA Ltda., com capital social não integralizado de R\$ 12 mil. Nós estamos aqui falando da mesma empresa?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Claro, eles abriram uma filial no Brasil. E documentado, tudo documentado, tudo certo. E pode, e como eles abrem no mundo inteiro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E por que não foi firmado o consórcio com a CSA Holdings ou com uma filial regularmente constituída da empresa?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Isso eu não posso te responder, porque teria que olhar, não sei. Eu acho que tá tudo certo e legal. Não sei. Que você tá entrando numa parte muito jurídica, muito técnica, que não é minha parte. Eu vim pra responder coisa técnica, isso eu sei fazer. Agora, se você ficar pedindo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Senhor Paulo...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - ...(*ininteligível*) eu não conheço...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Senhor Paulo, as perguntas do Deputado Bruno...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - ...tem coisa que eu não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - ...são pertinentes ao...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Sim, sim, e estou respondendo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - ..ao caso.

Deputado Bruno, pode continuar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Quando da constituição da empresa CSA Ltda., foram nomeados a senhora Karla Regina Krauel como administradora e o senhor Fernando Hayashi, arquiteto, como responsável técnico pela sociedade. O Fernando Hayashi não foi citado entre os profissionais da empresa CSA Inc. na documentação apresentada no edital. Ele tinha alguma habilitação equivalente, porque ele não foi apresentado na hora do edital?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Olha, eu sei que o Fernando era... era... era engenheiro, que trabalhava na ponte. Sei isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Arquiteto, na verdade.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Arquiteto, desculpa.

Porque nós no começo da obra, Deputado, nós tínhamos três... Era, era, era, era dividido em duas partes: o vão central e os viadutos, são dois. E nós começamos com muitos projetos. Então nós precisávamos qualidade em arquitetura para trabalhar isso, e o Fernando foi contratado p... p... por eles pra fazer essa parte, ajudar nessa parte.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Certo, é que ele não foi citado aqui na documentação apresentada no edital.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - É, não sei. [*Transcrição: Rafael de Souza Milke / Revisão: Clovis Pires da Silva*]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - A título de ilustração, a próxima tela apresenta a relação entre os atores que constituíram o Consórcio Florianópolis Monumento em 2009 - está na tela (*aponta para a imagem projetada*). Na parte de cima, a Construtora Espaço Aberto Ltda., que tem como sócios o senhor e a sua irmã Denise.

De baixo para cima, as empresas CSA Central Inc. e CSA Holdings Inc., sendo que o senhor Juan Melgarejo Haddad, que representou as empresas no certame licitatório, constituiu os advogados de São Paulo como procuradores - o senhor Juan constituiu o Ricardo e constituiu o José Luis Camargo. O senhor Ricardo abriu a empresa CSA Ltda., nomeando a senhora Karla Regina Krauel como administradora e o senhor Fernando Hayashi, que é arquiteto, como responsável técnico pela sociedade.

Senhor Paulo, considerando as exigências para comprovar a habilitação técnica do edital e os ditames da Lei de Licitações, a constituição de uma empresa Ltda., com capital social de apenas R\$ 12 mil, operada apenas por advogados munidos de procuração, não se trata de uma manobra jurídica para manter a aparência de regularidade na constituição do consórcio?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O item 7.4 do contrato social do consórcio, firmado em 06/04/2009, estabelecia que os recursos financeiros seriam depositados pelo Deinfrac em conta executiva específica e movimentados mediante assinatura de um representante de cada empresa, de forma conjunta. Isso de fato ocorreu?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Eu teria que ver, não sei. É que foi... foi nomeado aqui depois Luiz Tortorello, queria que se... que é... foi... foi o... da Prointec, que tem procuração da CSA pra trabalhar, porque eles têm outras obras fora e eles tavam juntos. É isso que eu sei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Como eu falei, o edital previa que essa conta... que fosse depositado em conta executiva específica movimentada mediante assinatura de um representante de cada empresa, de forma conjunta. Entretanto, inicialmente o contrato foi firmado com o CNPJ da Construtora Espaço Aberto. Apenas em 19/06/2009 que a situação foi regularizada. Como foi feito nesse período?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Como? Eu não entendi a pergunta.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Para fazer a movimentação da conta executiva específica era necessária a movime...

Um momento... (O Deputado Bruno Souza troca informações com a sua assessoria.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Pode repetir a pergunta, Deputado?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Sim, sim, é que nós saímos da tela. (Refere-se à tela do computador.)

Como eu havia dito, o edital previa uma conta executiva específica e essa conta só poderia ser movimentada mediante a assinatura de um representante de cada empresa, de forma conjunta. O problema é que o consórcio, o suposto consórcio, foi assinado pelo CNJP da Espaço Aberto apenas. Essa situação só foi regularizada em 19/06/2009 - não havia o CNJP de um consórcio quando da assinatura do contrato.

Portanto, como que essa exigência da movimentação de forma conjunta foi cumprida até o dia 19/06/2009?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Eu não sei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Como foi abordado, até 19/06/2009 constava o CNPJ da Construtora Espaço Aberto no contrato PJ 264/2008. O segundo termo aditivo regularizou essa situação. Até maio de 2009, foram emitidas notas fiscais da Construtora Espaço Aberto para receber os recursos do consórcio, como pode ser observado nessa tela (aponta para a imagem projetada) - não era nota fiscal do consórcio, era nota fiscal da Construtora Espaço Aberto.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - No lado esquerdo, a Nota Fiscal nº 2.073 da Construtora Espaço Aberto, de 19/06/2009, mesma data da assinatura do segundo aditivo. No lado direito, constam as informações da ordem bancária.

Tomamos o cuidado de fazer uma colagem do documento original, para ser o mais fidedigno com os fatos. A Ordem Bancária nº 62.137/2009 informa que a Construtora Espaço Aberto recebeu em sua conta corrente os recursos do consórcio, o valor total menos a retenção do ISS de 3% sobre o total da nota. O Deinfra compactuava com essa prática?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Eu não sei. Se ele pagou, tá certo. Alguma base legal tinha.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Os recursos depositados na conta corrente da sua construtora não faziam parte do consórcio? [Transcrição: Ana Clara Mota]

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Essa... Esse dinheiro era pra Ponte Hercílio Luz. Inclusive eu lhe falei que a gente colocou muito dinheiro. Se quiser, dá pra constatar quanto nós perdemos nessa obra e quanto nós temos pra receber. Inclusive temos uma ação, hoje, na Justiça, pra buscar esses recursos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Senhor Paulo, com todo o respeito eu estou tentando entender o que aconteceu...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Mas eu também, eu também...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - ...que um item do edital, ao que parece, não foram cumpridas as regras de movimentação, conforme o edital. Eu gostaria que o senhor nos desse mais detalhes para podermos entender como foi feito isso, até para nós entendermos a verdade dos fatos e não apenas supormos o que aconteceu.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor teria mais detalhes para nos fornecer sobre isso?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Não. Fazíamos o serviço, tinha uma medição, a medição executada, conferida, paga, recebida.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Sim.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - É isso que me importava: receber o serviço que eu fiz.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Mas o senhor recebia na conta da construtora, então?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Eu não sei. Ou na conta específica que era do consórcio. Eu não sei. Tem que ver, porque isso era feito pra Ponte Hercílio Luz.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Haveria algum problema receber na conta da construtora?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Não sei, doutor, não sei, nesse tempo... tem que ver com os contadores, não sou eu que faço isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Em 25 de março de 2014 a empresa CSA Ltda. foi vendida para a Construtora

Espaço Aberto, que adquiriu dez mil quotas, e o senhor, que ficou com duas mil quotas. O senhor comunicou ao Deinfra sobre essa alteração contratual?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Claro, comunicamos. Nós era... E outra coisa, nós somos um líder, né, e como tá faltando muito dinheiro aqui, o americano não quis mais, e nós continuamos a obra. Tem toda a...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor tem comprovação dessa comunicação ao Deinfra?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - O Deinfra sabe, porque tem documentos lá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor fez essa comunicação formal?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Eu tenho que olhar, deve ter sido feito. Tá?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Ao comprar as cotas da empresa CSA Ltda., o senhor e a Construtora Espaço Aberto acabaram com o fundamento basilar da comunhão de empresas em consórcio, haja vista que o consórcio, de fato, não existia mais.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Ainda assim - já que o senhor comprou a empresa que era a outra parte - o senhor deu prosseguimento ao Contrato PJ 264/2008?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Sim, dei e existia, porque o Khaled, que é a empresa Bridge, que tá, ta... estava, fizemos contato com ele, tocando isso, e todas as empresas estavam com a gente. Então continuou normal. A CSA, só, retirou-se, e nós ficamos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Mas o consórcio era feito entre a CSA Ltda. e a empresa Espaço Aberto. A constituição no consórcio era entre as duas empresas; as outras são empresas parceiras. A constituição do instrumento de consórcio, o contrato de consórcio, foi instruído entre o senhor e a empresa CSA Ltda.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Certo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Por isso a minha pergunta: o senhor, mesmo assim, mesmo descumprindo um conceito, mesmo não existindo mais consórcio, o senhor continuou com o edital?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Sim. E vou lhe dar um exemplo que, talvez, aqui, venha a calhar: nós fizemos o... o... o Tribunal de Contas aqui, o prédio, aqui perto de vocês, nós que construímos. E a empresa que... que... que estava com... estava com... com a gente consorciada, ela teve... foi à falência. Fomos chamados pelo Tribunal, como nós éramos o líder, pediram pra nós...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Foi o caso nesse consórcio?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Não sei, sei que ele saiu, por algum motivo não quis mais, porque não recebia, problema é dela. E no Tribunal a gente foi chamado para dizer a vocês: ou vai ser rescindido ou vocês vão tocar? Vocês podem tocar? São... sendo insistente tocar, e nós tocamos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Nas licitações que o senhor participou, é comum...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Não é comum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - ...duas empresas constituírem um consórcio e depois uma empresa comprar a pequena parte da outra?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Não, não é comum, mas acontece, porque se... dependendo as circunstâncias, certo?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Mesmo ciente, então, que o senhor estava descumprindo o contrato, que é conhecedor do contrato, o contrato exigia um consórcio, o senhor deixou que o Estado de Santa Catarina desse início à rescisão de forma unilateral. Por que o senhor não solicitou a rescisão contratual, já que não atendia mais às condições de habilitação da licitação?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Não, eu atendia, eu tava tocando a obra, a obra tá bem feita.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Não era uma exigência o consórcio?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Eu não sei. Nós estávamos tocando a obra direito. Nós... continuou o consórcio, porque nós compramos a outra empresa, o consórcio continua com toda a capacidade técnica. Então não vejo... essa sua colocação. Eu discordo.

(O advogado Carlos Alberto de Araújo Gomes se apoia na mesa, próximo ao depoente Paulo Ney Almeida.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Solicito ao advogado que continue na mesma posição que solicitei, por gentileza. Obrigada.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor continuou a obra sem a empresa que, supostamente, dava as condições técnicas para executar a obra. A capacidade não era da CSA? O senhor, no começo deste depoimento, falou que não tinha capacidade técnica. Mas o senhor e a Espaço Aberto compraram a CSA. Onde estava, então, a capacidade técnica que supostamente... que era da CSA, se o senhor comprou essas empresas? [Transcrição: *taquígrafa Maria Aparecida Orsi*]

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Então eu vou colocar... eu posso ler uma coisa pro senhor?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - O senhor pode ler, sim, com certeza.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Então vamo lá.

O nosso consórcio foi... o consórcio... o edital previa... o edital previa que você podia pegar empresas parceiras pra trocar, desde que elas assumissem compromisso, como a Freyssinet, que é uma empresa importante que ficou com a gente, que o Pedro ficou com a gente sempre, aqui, o brasileiro. Ela disse: *(Passa a ler.)*

"Em dezembro de 2007, a Freyssinet e Vinci junto à construtora catarinense Espaço Aberto e CSA Group, Inc. dos Estados Unidos iniciou trabalho para a constituição de um consórcio no qual, a responsabilidade do nosso grupo é restaurar integralmente uma das mais belas obras de arte do mundo a Ponte Hercílio Luz. Assim, nasceu então, o Consórcio Florianópolis Monumento."

A Freyssinet está dizendo, aqui está assinado.

(Continua lendo.)

"A Freyssinet e Vinci deslocaram seus melhores especialistas para Santa Catarina para constituir uma proposta viável, inovadora e que devolvesse com segurança aos catarinenses e ao Brasil um dos seus maiores patrimônios.

Temos orgulho em participar com exclusividade do Consórcio Florianópolis Monumento e fazer parte desta história". *(Cópia fiel.)*

Eu tenho mais. Eu tenho a... a... Whitney, que é uma empresa forte, ela... ela... ela dizendo aqui... *(folheia documentos)* Deixa eu ver onde que eu coloquei isso. *(Pausa.)* Aqui tá traduzido, porque todos os documentos tiveram que ser traduzidos, né?

A Ammann & Whitney Consultoria, ela é situada nos Estados Unidos também, né?... Ela... através dos seus engenheiros, né, aí tem engenheiro de registro, tem o nome deles aqui todos.

(Passa a ler.)

"2. Consórcio Florianópolis Monumento, constituído pelas empresas Construtora Espaço Aberto Ltda, situada à Rua Trompowsky (...) Florianópolis, Santa Catarina (...) e CSA Group (...), situada (...)."

Aí diz: "Considerando que:

A empresa e o grupo mencionados acima desejam estabelecer uma sociedade a fim de realizar a recuperação da Ponte Hercílio Luz (2ª Etapa). As empresas decidiram celebrar o presente Acordo de Exclusividade, de acordo ao disposto no Edital nº 044/07 da Licitação Pública Internacional para a contratação de empresas ou grupos especializados para a restauração e recuperação da Ponte Hercílio Luz (2ª Etapa), em seu parágrafo 6.1.3.2.1, de acordo com a cláusula" acima fixada:

"(...)

A Ammann & Whitney Consulting (...) assume a responsabilidade de manter o acordo de exclusividade com o Consórcio Florianópolis Monumento, durante a preparação da proposta e (...) toda a confecção da obra. *(Cópia fiel.)*

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Senhor Paulo...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Tá? Então...

Só, só pra... pra colocar, Deputado, eu entendo a sua preocupação, mas nós tínhamos várias empresas com bastante capacidade que estavam participando e o edital previa isso, e elas ficaram com a gente fazendo. Então quando eu quero dizer que ninguém sabia a esse ponto, porque eu diria pro senhor que... outras empresas também que participavam juntavam empresas pra participar... nós fizemos a obra e... eu... Claro, vou responder todas as suas perguntas, mas a obra foi feita, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Senhor Paulo, o edital é muito claro. Ele conta o acervo técnico das empresas consorciadas. A única parte no edital que permitia uma empresa parceira era a transferência de carga. Todas as empresas que o senhor citou não participaram do consórcio, não assinaram o termo do

consórcio, diferentemente do que exigia o edital. Pelo contrário, quem assinou foi uma empresa com capital de R\$ 12 mil formada por um arquiteto e por um advogado.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Então não...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Por isso a minha preocupação na capacidade técnica, porque, logo na sequência o senhor, além de essa empresa que firmou o consórcio ser diferente das empresas que o senhor citou, o senhor ainda comprou essas empresas, essa empresa, o senhor e a Espaço Aberto compraram essa empresa. [Transcrição: *Janis Joplin Zerwes Leite*]

Então a minha preocupação quanto à capacidade técnica dessas empresas e se esse item do edital foi cumprido, me parece muito pertinente. Por isso eu lhe pergunto... o edital era claro, permitia-se empresas parceiras apenas para a transferência de carga e, mesmo assim, para a constituição do consórcio era necessária a comprovação de um acervo em execução, o qual, até o momento, nós não conseguimos comprovar que a empresa CSA Ltda., que foi constituída no Brasil, a brasileira, essa de R\$ 12 mil, tinha.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Tinha.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Então, por isso eu lhe fiz a pergunta, se o senhor continuou a obra sem que a empresa tivesse as condições técnicas para executar a obra. Eu quero entender onde estava essa capacidade técnica...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - A capacidade...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - ...para o consórcio, para a execução do consórcio.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - ã... No... Eu vou colocar.

No consórcio que o senhor tá... a capacidade técnica que nós estamos alegando, estamos afirmando que temos, foi que o serviço está lá e bem feito.

Dá licença, Deputado, eu quero falar.

Ele está bem feito, perfeito e atestou... a transferência de carga foi feita e está lá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Nós vamos falar sobre isso mais à frente, não se preocupa.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Não, eu quero falar. Então eu diria que o nosso consórcio está capaz e foi feito e aprovado. Só. Eu não tenho mais o que dizer.

(Retirado da ata conforme determinação do senhor Presidente da CPI, Deputado Marcos Vieira.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Há um requerimento de pedido de questão de ordem do advogado...

O SR. CARLOS ALBERTO DE ARAÚJO GOMES - Mais uma vez essa pergunta já foi respondida.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Eu não fiz pergunta, Presidente...

O SR. CARLOS ALBERTO DE ARAÚJO GOMES - Está sendo insistido em pergunta que já foi respondida pelo interrogado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - É... Deputado...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Presidente, eu não fiz pergunta alguma, eu contextualizei para o senhor Paulo, que ele mesmo me questionou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Deputado Bruno, por gentileza, peço à taquígrafia que desconsidere o comentário final, porque realmente já foi feito o comentário.

A próxima pergunta, Deputado Bruno.

E eu volto a dizer que se o depoente entender que já respondeu, diga: "Já respondi." O Deputado Bruno passa para a seguinte, para que não haja o questionamento de questão de ordem.

Vossa excelência está com a palavra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - A cláusula sexta do Contrato PJ 264/2008 previa a aplicação de multa de mora de 10% do valor da fatura, relativa aos serviços executados em atraso, quando os serviços não fossem realizados conforme o previsto no cronograma. Essa multa foi aplicada alguma vez ao Consórcio Florianópolis Monumento?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Havia pedido de suspensão da execução de serviços de forma...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Eu... eu... eu prefiro... Eu quero continuar. Não, porque o Estado não tinha recurso suficiente pra tocar a obra. Queria que constasse isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Havia algum pedido de suspensão da...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - E vi... e vi...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Suspensão da execução dos serviços de formas não oficiais?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Eu não entendi essa pergunta.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Como era feito esse pedido para... Existia algum pedido para que não se fizesse as medições, não se executasse?...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Claro, claro. Não, não, no Portal de Transparência, inclusive. Tá aqui, vocês vão ter depois. Não é só... o Estado não tem dotação orçamentária para tocar essa obra, o Estado está pedindo a Lei Rouanet, o Estado está tentando dinheiro com o BNDES. Isso aí eu acho que a imprensa divulgou e nós temos aqui tudo... aqui mandado pelos presidentes, dizendo: "Vão, mas diminuam o ritmo, porque o Estado não tem condições." E com mais um detalhe - é que eu vim bem preparado pra falar de obra, sabe, Deputado: nós, quando fomos fazer a obra, nós tínhamos problema na obra, mas sei que isso o senhor não quer escutar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Não, não, eu estou lhe ouvindo.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - O senhor está prestando atenção aí. (Refere-se ao fato de o senhor Relator estar olhando para o laptop.)

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Estou lhe ouvindo. Por favor.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Então tá bom.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Se não eu teria pedido para o senhor parar a pergunta.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Não, não, tá certo. Tá bom.

É que a... é que a... É que nós também, o Estado também não conseguiu desapropriar as residências que estavam penduradas nos pés da ponte. Inclusive quando nós fomos fazer um negócio, caiu um parafuso dentro da cozinha do cara, que a casa dele era ao redor da... E agora tão desapro... agora, agora tão terminando.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Eu vou pedir...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Então nós tínhamos dificuldades para tocar. Como existiu culpa do Estado, o Estado não tinha como aplicar multa. Pelo contrário, eu tinha que cobrar tempo do meu pessoal lá sem poder produzir.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O Estado pediu expressamente para o senhor suspender a obra ou só alegava...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Expressamente...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Ou só alegava... Ou só...

O senhor me escute até o final.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Tá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Ou só alegava que estava adotando essas outras iniciativas de captação?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Não, o Estado dizia pra mim pra mim tocar a obra mais devagar, porque eles não tinham como tocar nesse ritmo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E por que o senhor não pediu, então, frente a tudo o que o senhor relatou, o reequilíbrio do contrato, já que era culpa do Estado?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Eu pedi.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor tem o pedido formal?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Tenho aqui. Tenho o pedi... Pedí seguro, pedi, inclusive, o aditivo da tempo... Tenho. Foi aonde tá o meu questionamento todo. [Transcrição: Grazielle da Silva]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O item 2 da cláusula sexta do contrato previa a aplicação de multas e sanções em decorrência da inexecução total ou parcial do contrato: advertência, verbal ou escrita; multa de 2% sobre o valor não executado do contrato por inexecução parcial e 5% no caso de inexecução total; e multa de 0,1% do valor do contrato, a critério do Deinfra, quando os serviços não forem executados perfeitamente de acordo com as especificações técnicas aplicáveis ao caso, e quando a administração ou a fiscalização for erroneamente informada. Algumas dessas três medidas alguma vez foram aplicadas ao consórcio?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Não, porque faltou dinheiro, porque o Estado pediu para eu ir devagar, e não tinha condições de aplicar multa. Eu já respondi essa pergunta e tô repetindo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Na verdade eu ampliei, né?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Tá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Antes eu perguntei sobre multa, agora eu perguntei sobre advertência e sobre os outros critérios. Então não foi a mesma pergunta.

O senhor considera que essa benevolência do Estado, então, foi em razão da compreensão ao senhor, que o senhor alega que o Estado não tinha dinheiro. Foi isso?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Primeiro não houve benevolência nenhuma. Quando um Estado te deixa sem receber até trezentos dias, tu dila... dilapidando teu patrimônio pessoal e da empresa, que benevolência existe? E estou cobrando isso na Justiça. Então não existe benevolência nenhuma.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor se utilizava de algum contato pessoal, com agentes públicos ou privados, com vista a não receber sanções do Deinfra?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Nunca.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Senhor Paulo, será projetado o cronograma de desembolso constante no Edital nº 44/07, Anexo 10, que previa pagamentos da ordem de 4% nos primeiros 10 meses, seguindo com 2% do valor orçado até o final da obra, prevista para 42 meses. A média mensal de desembolso prevista pelo edital era de aproximadamente R\$ 3 milhões ao mês.

Na próxima tela, na figura superior, acrescentou-se os valores a serem desembolsados, segundo o cronograma financeiro proposto pelo consórcio, representado pelas barras em vermelho - temos aqui também a imagem na televisão, caso o senhor queira ver.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Tá maior ali. Tá, obrigado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Observam-se dois picos de variação: R\$ 3 milhões no 9º mês (colocação de equipamentos no topo dos pilones) e quase R\$ 21 milhões no 22º mês (serviços de desmontagem e montagem das barras de olhal). Portanto, verifica-se que o senhor apresentou uma proposta para realizar o serviço em 30 meses, enquanto o edital previa 42 meses. O senhor acreditava que iria acabar a obra em 30 meses?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Com as condições, não eu, o nosso consórcio fez um estudo que acabaria. Acontece que o projeto mudou, o senhor sabe, paramos um ano pra alteração de projetos. Então já deram novecentos dias a mais de prazo, e quando nós terminamos, nós saímos do contrato da obra que faltava ainda quatro ou cinco meses de contrato, que romperam o contrato com a gente, â... que... é... entrou outra empresa, ela está há cinco anos tocando, então... O senhor vai ter bastante tempo de perguntar isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O contrato foi firmado no prazo de 42 meses para a execução da obra...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - E nós executaríamos se fosse aquele projeto. Os projetos mudaram, alteraram todos, estavam errados. Quando o projeto não é aquele, que... que se detecta um grande problema, tivemos que se mudado o método construtivo, aí que entraram essas empresas que tão até hoje, que o método construtivo que estão fazendo é o nosso, até hoje é o mesmo método, o que tão fazendo lá... Trocaram algumas pessoas? A maioria das pessoas são as que trabalhavam pra gente, o senhor pode constatar, tá? E com a mesma empresa que tá fa... que o projeto... que a mesma empresa que faz o projeto tão levando mais cinco anos. Não estou tô questionando nada.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Mas se houve essa mudança...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - (Ininteligível), ter tempo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Se houve essa mudança do projeto, o senhor não deveria ter rescindido o contrato?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Sim, claro que deveria, mas é... é... eu queria saber quem me pagava toda a mobilização de empresas que vieram, por exemplo, tipo Fundesp, tipo balsas, que nós tínhamos mais de 30 milhões para pagar em indenização. Aí a gente não tinha como fazer. Então você tinha que... é melhor terminar aquela parte feita, já com alguns pareceres e engenheiros mandando fazer e toda, do que você parar uma obra onde você vai perder um monte. E mais, você tem que ter um detalhe, se você parasse naquele momento, muitas, muitas coisas iam cair, iam deteriorar, então você tinha que fazer.

Então nós estamos falando de uma obra, Deputado, que é um pouco diferente. É diferente de eu parar um prédio, uma casa... é um pouco diferente. Não tinha... Quando eu entrei dentro do mar, eu não tinha como parar. E até porque se eu mandasse essa empresa que tava fazendo as fundações, que tinham duas só ou três no Brasil, que elas já tavam já cansadas de ficar aqui, elas não voltariam mais, e as

estacas feitas seriam perdidas. Então nós tínhamos que chegar até calçá-las. Foi onde nós fomos. [Transcrição: Henrique Vargas Ribeiro]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - (O Relator conversa com o seu assessor Victor Rorato.)

Senhor Paulo, o gráfico inferior, na figura (aponta para a imagem projetada), é a mesma matéria, apenas organizando de forma acumulada.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - A proposta do consórcio alcançava 154 milhões, enquanto o orçamento do Deinfra somava 169 milhões, ou seja, o senhor executaria a obra além de mais rápido, mais barato também?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Mais rápido eu não sei, eu executaria no tempo que o Deinfra pediu, tá? A única coisa que nós... no nosso orçamento custou isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Eu vou pedir para o senhor esclarecer, então, porque o Deinfra...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Tá, eu posso esclarecer.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - ...pediu 42 meses, o senhor propôs 30. De que prazo nós estamos falando aqui?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Ó... a... essa... essa proposta nossa feita com mudança de cabos, onde você... era... era mais simples, bem mais simples, onde nós tínhamos, o que o edital permitia, essa empresa, que é a Freyssinet, que só trabalha com isso e tem pontes no mundo inteiro fazendo isso, ela nos deu tempo e faria nesse tempo, mas quando...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Senhor Paulo, eu vou ser...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Deixa só eu... eu queria terminar, Deputado, se não eu não consigo... e talvez...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - É que na realidade o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Deputado Bruno, ele está com a palavra.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - É que quando mudou o projeto, alterou tudo, certo, mudou o projeto... A minha proposta foi pra fazer dentro daquele projeto.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Justo. Mas é por isso eu estou lhe pedindo informações adicionais...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Tá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - ...porque o contrato foi assinado com 42 meses. O que o senhor assinou com o Deinfra teve 42 meses, o senhor propôs fazer em 30. Eu só queria entender o motivo dessa diferença. O senhor assinar um contrato com 42 meses e na hora de apresentar o cronograma de execução, o senhor propôs 30 meses. Nós queríamos entender o porquê dessa alteração.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Tinham duas modali... maneiras de fazer a ponte, duas propostas que se podia apresentar. Você tinha duas propostas que eram permitidas no edital, e a nossa proposta que era... que foi feita assim, o nosso pessoal disse que faria aquilo nesse tempo. Tanto é que a Freyssinet saiu, por quê? Porque ela não pôde colocar os cabos provisórios, onde você ia içar tudo e trocar. Era uma coisa assim. Então, houve esse atraso e aí nós saímos da nossa proposta que nós fizemos, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Se o senhor apresenta um cronograma de execução de obra menor do que o assinado, do que o Deinfra solicitou, o senhor acredita que o cronograma do Deinfra solicitado no edital foi mal calculado?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Eu diria que... que... que o Deinfra tinha dois... tinha duas... duas... duas... duas vertentes, né? Ele podia fazer de um jeito ou de outro, e dentro do nosso... da nossa proposta seria mais rápido, se desse pra fazer aquele projeto apresentado, que não deu.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O consórcio apresentou proposta alternativa para o cabo na ponte?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Não, nós fizemos a proposta... nós apresentamos, sim, cabo, até cabo que... dessa Freyssinet colocamos, tá, tá... tem aqui no nosso, no nosso... na nossa proposta. (Aponta para o documento.)

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Isso foi no edital ou no pós contrato?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Foi no edital.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - No edital o senhor já apresentou uma proposta alternativa?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Não... não... a proposta... nós apresentamos a maneira que nós iríamos fazer, que o nosso consórcio ia fazer, a maneira que a gente achava melhor e mais rápida.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Senhor Paulo, para a pergunta, considero necessário discorrer um pouco sobre os estágios da despesa pública - o senhor conhece bem, mas quem nos assiste talvez não tenha o mesmo conhecimento que o senhor.

Primeiro, o órgão público deve realizar o empenho, que reserva parte do orçamento para o pagamento da empresa contratada. Ou seja, o órgão público faz esse empenho e separa ali o recurso. Na sequência, deve ocorrer a liquidação da despesa, que pode ser na nota fiscal, quando da entrega de um produto - entrega um produto, nota fiscal, então é liquidada ali -, ou, no caso de obra, na medição do serviço. A liquidação, então, acontece na medição do serviço.

Em obras é comum o fiscal do serviço atestar a liquidação na medição e autorizar a emissão da nota - seria a fase seguinte -, que servirá de base para a realização do pagamento no prazo de trinta dias. O pagamento é o último estágio da despesa pública.

No próximo gráfico apresento os valores medidos pelo Consórcio Florianópolis Monumento, mês a mês. O senhor poderia explicar por que houve tanta variação nas medições?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Houve várias variações porque com... em cima do estudo feito nós começamos a estudar outra... outro... outra maneira de fazer.

Eu só queria colocar pra vocês que nós não alteramos o produto final, nós alteramos a maneira de fazer, a maneira de executar. Então, você tinha... tinha várias... várias... várias nuances. Nós tivemos que contratar essa empresa que tá aí até hoje. Então existia realmente umas paradas pra você fazer novos projetos, então você não teve um orçamento homogêneo.

A gente pensa, né, eu, que os projetos todos de qualquer obra devem ser bem feitos, porque... Eu fui executar e quando eu encontrei lá não pude executar o projeto que estava lá. Certo? Mas depois que me colocaram isso, eu já estava lá dentro, já tinha mobilizado, já tinha gasto um monte de dinheiro, tá, e aí fomos, fomos nos adaptando ao que vinha e fizemos um bom projeto que tá sendo executado.

Então, essas nuances de dinheiro eram porque... Agora tu vê, pro senhor ver, a empresa tem interesse em faturar bastante até que se o Estado pague, nós queríamos fazer, porque nós tínhamos uma... nós tínhamos uma... uma... uma... um cronograma pessoal de obra e o nosso, o nosso lucro, a nossa vantagem está se nós fizermos a obra naquele tempo; se a obra se arrastar muito tempo, nós perdemos dinheiro, porque as pessoas ficam lá ganhando a mesma coisa, os engenheiros, os empregados e você... Então, tem um custo maior.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Quanto à emissão das notas fiscais, identificou-se 58 notas relativas aos serviços realizados, não incluindo reajustes, que são faturados em separado, como o senhor bem sabe. Verificou-se que 16% das notas foram emitidas antes da emissão do empenho, como na Medição 4, o que afronta os estágios da despesa que eu falei com o senhor, pois deveria vir o empenho primeiro para no último estágio vir a nota fiscal. Entretanto, temos que 16% das notas foram emitidas antes mesmo do empenho. O Deinfra que indicava o momento que a sua empresa deveria emitir a nota fiscal ou a sua empresa tinha autonomia para isso?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Não. O Deinfra, o fiscal media e mandava a gente fazer e a gente fazia a nota e entregava. Depois que... que... que o Deinfra dissesse que fosse pagar, a gente fazia a nota oficial e o reajuste.

Aí também tem um caso que nós estamos lá hoje também cobrando do Deinfra â... alguns... algum dinheiro, bastante, porque as notas nunca foram pagas dentro do prazo, tá? Então nós estamos cobrando correção monetária, que eles não pagaram também, porque eles tinham prazo pra pagar e nunca pagavam no prazo que eles tinham pra pagar. Isso vale, Deputado, que agora, pro futuro, que quando se contrata uma obra, as pessoas saibam como vão pagar e o dinheiro tem que tá em caixa ou paga no dia e não mandar fazer e depois não ter dinheiro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Então por que 16% das notas eram emitidas antes do...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Porque você vai no... o... o... o engenheiro dizia: vocês mediram... Todo final de mês nós tínhamos que fazer a medição junto com o engenheiro e mandava pro Deinfra. E aí o que eles faziam eu não sei. Nós queríamos ser pago na hora, nós no sabíamos... nós queríamos receber. Nós ti... o atraso nos prejudicava.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Mas eu me refiro, na verdade...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Ã...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - ...não é antes da medição. Aqui na tela (*aponta para a imagem projetada*) nós mostramos uma nota fiscal que foi emitida - um exemplo apenas dos 16% - antes mesmo do empenho existir. E por isso eu estou lhe perguntando.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Sim. E quando ela foi recebida? O senhor sabe?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Não, a pergunta não foi essa.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - E quando recebeu? Quando emitiu não importa!

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O que eu lhe perguntei é...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - O Estado tá errado, só isso que eu posso dizer pro senhor. O Estado tem que ter o empenho e o dinheiro. Eu não sou obrigado a ver empenho. Eu tenho que fazer e entregar e o Estado tem que me pagar e tem que tá empenhada a obra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Sim, mas é que aqui houve uma alteração da ordem lógica de emissão de despesas, né?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Aí o Estado...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - É o que eu estou lhe perguntado.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Sim. O Estado tem que explicar isso, por que ele não tinha empenho nem dinheiro pra pagar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Tínhamos a esperança que o senhor pudesse nos ajudar.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Não, não, mas aí é coisa de Estado... Eu nunca...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - A próxima tela... A nota fiscal é o senhor que emite.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Eu emito, mas eu não tenho a obrigação de saber de empenho. Eu faço o serviço e emito a nota, o Estado tem que pagar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Na próxima tela podemos observar um exemplo da forma de cálculo do prazo médio de pagamento. O senhor falou muito sobre atrasos aqui, falou muito que recebeu em trezentos dias...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Na verdade nunca houve um atraso de trezentos dias.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Não, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Na próxima tela...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Desculpe, Deputado...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Essa tela aqui...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Houve atraso...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Eu estou com a palavra, Presidente.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - O senhor consta (*ininteligível*) e não é.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Deputado Bruno, senhor Paulo, por gentileza. O Deputado Bruno vai continuar com a palavra e o senhor vai ter direito a duas respostas...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Tá bom. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Ao prazo e ao que ele vai perguntar. [*Transcrição: Camila Letícia de Moraes*]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Perfeito.

Essa tela (*aponta para a imagem projetada*) foi construída com todos os dados constantes no contrato, todo o processo, toda a execução do contrato, tudo está aqui.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Aqui nós temos... a projeção não está pegando a última parte [da tabela], aqui do canto inferior direito. Tem como ajustar ali? (*A assessoria da CPI tenta ajustar a imagem.*)

É importante, para que os Deputados possam ver justamente a parte dos dias entre a nota fiscal e o pagamento. (*Pausa.*)

Vamos lá. É uma pena, porque se perde um pouco de...

(*O Deputado João Amin oferece uma cópia impressa para que o depoente possa olhar.*)

Não tem problema, eu vou ler...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Deputado Bruno...

Deputado João Amin, vossa excelência tem a planilha na mão? Vossa excelência pode emprestar para o senhor Paulo Almeida, diretamente para ele?

(*O Deputado João Amin manifesta-se fora do microfone: "Mas o questionamento do Bruno é para colocar para todos verem. Mas eu posso entregar."*)

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Isso, isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Sim, mas já que tecnicamente não é possível, que o senhor Paulo olhe direto no relatório.

(*O Deputado João Amin entrega a planilha ao senhor Paulo Ney Almeida.*)

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Vamos lá.

(*O advogado Carlos Alberto de Araújo Gomes também olha o documento.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Não. Não, não. O senhor Paulo... Não.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Eu não entendo isso aqui.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Eu vou ler e o senhor pode acompanhar por aí, talvez.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Isso aqui eu não sei o que é.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Tudo bem. Se os Deputados têm em mãos, já ajuda bastante.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Tá,

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Bom, nós podemos observar... Todos os dados que nós tiramos aqui - não é uma questão de opinião -, nós retiramos do processo. Tudo o que está oficialmente, está ali.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Tá,

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Esses dados foram tirados justamente de cada página do processo todo de execução. Tudo que tem... que o Deinfra tem.

Pode-se observar, por exemplo, o primeiro pagamento referente à medição de fevereiro de 2009, em que a sua empresa demorou 36 dias para emitir a nota fiscal. O prazo, novamente, para liquidar, é necessária a nota fiscal. Então o prazo que realmente importa é a partir da emissão da nota fiscal, isso que tem que ficar claro para quem nos ouve. A partir da nota fiscal, esse é o prazo que realmente importa, porque a sua empresa pode emitir a nota, né? Nessa ocasião, o prazo de pagamento entre a medição e o pagamento foi de 81 dias.

No quadro, no canto inferior direito, esse que infelizmente não está aparecendo ali (*aponta para a planilha projetada*), nós temos um prazo médio entre o final de todas as medições e os respectivos pagamentos. O prazo médio de pagamento entre a medição e o pagamento é de 67 dias, entre medição e pagamento, sendo que o maior prazo, entre a medição e o pagamento, foi de 284 dias - 284 dias foi o maior prazo - e 10 dias o pagamento mais célere, entre a medição e o pagamento.

Entre a expedição da nota fiscal e o pagamento - novamente ressalto que esse aqui é o prazo que realmente é o mais importante -, em média transcorreram 17 dias, porque a partir da hora que a empresa emite a nota fiscal, então está apta a receber o pagamento, sendo 57 dias o maior prazo durante todos os pagamentos e 3 dias o menor. Os números, comparando com as outras obras que existem no Estado, não são tão ruins.

Senhor Paulo, para quem trabalha nesse setor sabe muito bem que esse prazo de pagamento de 17 dias em média não é um prazo ruim. Ainda assim o senhor considera que o Estado de Santa Catarina não era um bom pagador?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Não. Eu vou colocar por quê. Porque você, você, você fazia a tua medição, mandava para o órgão e o órgão só deixava tu tirar a nota quando ele tinha dinheiro. Então nós temos várias feitas assim. Então tu mandava a tua medição e ficava. Então você ficava um tempão: agora pode tirar, agora o dinheiro tá aqui. Então a coisa não era bem como você tá falando, tá?

Você não... Ah, vamo medir e tirar a nota. E outra coisa, não sou eu que meço. Nós vamos na obra medir junto com os engenheiros do Estado e junto com a consultoria. Isso demora algum tempo, todos têm que aprovar a medição. Aí você leva pro órgão... E o órgão pedia: só tragam a nota aqui quando nós tivermos o recurso. Aí... vocês não

tirem a nota antes, só mandem a medição, porque a nota... pra não ficar pagando aqueles impostos e coisa. Então, realmente houve vários atrasos.

O senhor falou duzentos e poucos dias aí, né, 280, né? [Transcrição: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé / Revisão: taquígrafa Sibelli D'Agostini]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Isso, como eu falei...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Então...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - ...nunca houve um atraso de trezentos dias, né?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - ...a gente até... a gente ficou com... Mas não era só isso, Deputado, esse, esse tempo a gente até supria. Acontece que quando a gente começou a fazer a parte pesada que, que são as estacas, que, né, o Estado nos pagava duzentos mil por cada estaca, que é o que tava no, no, no quantitativo do Estado. E foi dito pelo próprio presidente do órgão, em jornais, pode pegar, que cada estaca custava mais de um milhão. Então nós tava orçando, são dezesseis, com mais de oitocentos mil cada estaca. Isso aí foi nos... sabe? E sendo que sempre iriam nos pagar, iriam nos pagar.

Aí fui atrás da lei, dessa... desses recursos, Lei Rouanet e coisa. Quando chegou o dinheiro do BNDES, que agora vamo pagar, nós tínhamos o aditivo feito, pronto, assinado, aí eles falaram: não, não pode ser pago, me disseram, porque o BNDES só aceita pagar obras que a gente mandou no cronograma, daqui pra frente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Uhum.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Obras passadas, não. Ficamos nós, de novo, sem receber. Foi aí que tá o grande problema nosso, que nós começamos a não conseguir mais cumprir o cronograma da obra no final. Por isso que o Estado rescindiu com a gente e... e nós, nós, nós sempre pedindo, em várias reuniões, diversas reuniões. Só pro senhor ter uma ideia, com todo o secretariado e com o Governador à época, nós fizemos seis reuniões no Palácio, com todo mundo, e ele: paguem, paguem. E não pagaram.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Isso aí tá... tem lá, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Certo.

O senhor alega que havia atraso para a permissão da emissão da nota fiscal...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - E... e... e...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Tudo bem. Mas se nós...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - E que nós não tínhamos, também, outra coisa.

Quando o senhor pega, assim, o senhor tem um cronograma de obra, o senhor tem que seguir, o senhor tem as pessoas contratadas, o senhor tem uma equipe, que o senhor faz em função do seu faturamento, e quando essas coisas não estão acontecendo, você começa a ter ociosidade. Quando você recebe, você gasta, porque demora, você faz muito pouco. ã... Bem, eu não vou falar do... do... como, como era feito os mergulhos e coisa, o senhor disse que tem coisa a pedir mais na frente, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Senhor Paulo, o senhor alega, então, que pediam para segurar a nota, para não emitir a nota.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Só emitia a medição...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Certo.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - ...tirava a nota, quando eles diziam: agora o seu... o dinheiro tá aí.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Mas eu...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - ã...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Agora eu estou com a palavra.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Tá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Entretanto, se nós desconsiderarmos... Eu vou voltar à questão da nota, mas se nós só desconsiderarmos a nota, o prazo entre a medição, esquece a nota agora, entre a medição e o efetivo pagamento, o prazo médio, era de 67 dias. O senhor não considera esse um prazo razoável e possível para executar uma obra?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Olha, eu considero, se... Não, porque o Estado tem que pagar em trinta, para começar, né? Se faz, tem que pagar. Isso é o que dizia... diz o edital e diz o contrato, então eu já não considero. Você tem que ver que você tem que fazer o serviço

e tem até trinta pra receber. Tá. Então eu acho que é ruim, tá? Até porque as pessoas...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - (*Ininteligível*) algo incomum também, né?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - ...o nosso... não, é, o nosso, é...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor conhece bem obra pública.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Mas não deve ser, porque os funcionários não esperam sessenta dias pra receber, eles querem receber no dia certo e você tem que pagar.

Então eu não considero isso uma coisa correta. Eu acho errado, sabe, não posso achar isso certo. E mais, o senhor colocou uma coisa que eu queria que o senhor repetisse, que marcasse, que nós ficamos 287 dias sem receber. Quem é que guenta, doutor? E mais, sendo que nós recebíamos uma parte só, porque todas a... a parte a mais que mandavam fazer - bote a estaca - não nos pagaram. Até hoje nós estamos questionando na Justiça uma ação muito grande pra receber isso. Não fomos pagos.

Então eu... eu vejo assim... Tá. Nós tínhamos muita dificuldade e... e não tô culpando ninguém, nem quero, mas foi muito difícil, porque se essa obra tivesse um trâmite normal... Ninguém quer deixar uma obra, ninguém vai deixar ser rescindido uma obra. E nós começamos a ter rescisão de obra com esse contrato, esse contrato abalou muito a saúde financeira da nossa empresa.

Quando o senhor pediu se eu tinha... se eu tinha obras civis, eu tinha muitas, eu tenho diversas obras aqui, demais. Na época eu fazia mais cinco prédios ainda, eu posso mostrar...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Presidente, eu só...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - ...eu dei um prédio inteiro, inteiro, pra pagar a ponte, inteirinho, do começo ao fim, pagar Fundesp, porque não veio dinheiro do Estado, e... e se viesse vinha uma... uma quantia que pagava 20% do que eu gastava, e eles sabiam, tanto é que todos os órgãos do Estado, todos, nós temos um... um... Deixa eu só colocar pro senhor entender onde tá a nossa... a nossa... um pouquinho de revolta até nisso. É que a gente...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Sim, até porque ao que parece não é pertinente com a pergunta que eu lhe fiz, mas se...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - (*Ininteligível*.) Mas se o senhor...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Mas se...

O SR. PRESIDENE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Deputado Bruno, se a fala do senhor Paulo é com o intuito de completar a resposta...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Sim, sim, é por isso que eu estou...

O SR. PRESIDENE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - ...ele continua... ele continua com a palavra. [Transcrição: Rafael de Souza Milke]

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Tá.

Então nós... nós... nós... nós tínhamos que fazer essa parte muito difícil da obra, que foi... nós fizemos, vou colocar assim pro senhor e isso que é importante no... Quando foi alterado esses projetos todos, que apresentamos um novo, uma nova solução, aceita e mandaram fazer, ã, foi aditivado oito milhões nisso, foi o único aditivo feito. É... a gente tava trabalhando, acontece que as estacas e essa parte elas deram muito maiores, as balsas, os... o canteiro marítimo foi três vezes maior, e isso não estavam nos pagando. Mas o engenheiro da obra, da época, que era um... não sei, não lembro o nome dele, é o... Tá, não importa, mas tá aí, o senhor vai ver, os, os, os, a fiscalizadora, que é a Prosul/Concremat assinaram, disseram que precisava fazer. Aí vai pro órgão, passa por gerência, tá tudo aqui, Gerência Financeira, Gerência de Contrato, são quatro ou cinco gerências, todo mundo diz que tem que fazer. Aí vai pra Diretoria Jurídica, diretoria não sei o quê, todo mundo mandou fazer, e nós ficamos esperando receber e não recebemos até hoje.

Então isso aí, eu entendo uma coisa, ã, eu não vou dizer que eu fui enganado pelo Estado nesse (*ininteligível*), mas eu fui induzido a fazer e não tinha como parar e me garantiam que iam pagar, e não pagaram.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Senhor Paulo, pelo que...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - E eu tenho aqui os documentos pra mostrar pra vocês que eu não recebi...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Sim, nós também, nós também, nós também temos.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Não, então o senhor deve ter sabido disso, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E... não, nós temos todos os prazos aqui, senhor Paulo. Como eu falei, a média entre a medição e o pagamento é de 67 dias...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Não, não...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - ... algo que não é nada incomum em obra pública, isso aí é bem recorrente. A média entre emissão da nota fiscal e o pagamento é de apenas 17 dias...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Eu só podia...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Então... mas o senhor alega... Agora sou eu. Mas o senhor alega que, entretanto, que pediam para o senhor segurar apro... apro... aprovar a nota.

Eu gostaria de saber quem demorava para aprovar a emissão da nota? Quem era... Tem a comprovação desses pedidos que pediam para o senhor segurar a emissão da nota fiscal?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - É, bem... não era pra mim, mas vamos lá, pediam. É que... é... quando você fazia uma medição, né, que a medição ia pro órgão, eles... eles pedem pra tirar nota fiscal porque você tem vários impostos pra pagar. Então até que eles arrumavam esse recurso, que era Fonte 100, zero, zero, eu não entendo muito disso, a gente ficava esperando até que o dinheiro fosse disponibilizado, aí tira a nota.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Quem pedia para o senhor, quem era a autoridade, quem era a pessoa?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - O órgão, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O órgão se manifesta através de pessoas. Quem era a autoridade? Quem era a pessoa?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Não, é... A no... a... a... a nossa financeira (*ininteligível*), os engenheiros, o técnico da obra como parte financeira do Estado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor lembra quem era a pessoa que solicitava isso?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Eu não sei, eu não sei...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Pode dizer quem é?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Eu não sei, eu não lembro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Não sabe? Não lembra?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Não sei... Só dizia assim, ó: não tira a nota ainda que não tem recurso, espera. E eu fi... (*ininteligível*).

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Na verdade, a prática em obra pública de pedir para segurar a emissão da nota fiscal é algo que todos que trabalham com obra pública sabem que é recorrente. E os prazos aqui também estabelecidos, não há, não há nenhum prazo aqui entre medição e pagamento, tirando a exceção de um prazo de 284 dias, que demorou para receber aquela nota em específico, não há nenhum prazo aqui que seja exorbitante ou fora do comum de obra pública.

Por isso eu lhe pergunto...

(*O senhor advogado Mathaus Agacci manifesta-se fora do microfone pedindo a palavra por uma questão de ordem.*)

Por isso eu lhe pergunto se... por isso, novamente, eu lhe pergunto se isso era uma prática recorrente e se podia nos detalhar. O senhor disse que não. Então eu queria pedir se o senhor poderia juntar aos autos essas comprovações do pedido de atraso de emissão de nota.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Deputado Bruno, há uma questão de ordem requerida.

O SR. MATHAUS AGACCI - Senhor Presidente, eu gostaria de pedir ao Deputado, se vossa excelência deferir, que essas apreciações pessoais a respeito de que é uma prática recorrente, de que não é um grande atraso, que não fossem mais colocadas, porque podem, um, quebrar a imparcialidades e não são pertinentes ao objeto de uma inquirição de testemunha. Essas apreciações devem ser vindas de quem está sendo interrogado e não do interrogante, sob pena de quebra do...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Presidente...

O SR. MATHAUS AGACCI - ...princípio da imparcialidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Deputado Bruno, eu estou com a palavra.

Quero aqui dizer ao senhor advogado que entendo que o Deputado Bruno está correto na sua argumentação. Ele pode argumentar antes de fazer a pergunta. Está mantida a fala do Deputado Bruno na forma como ele colocou. Com a palavra vossa excelência.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Obrigado, Presidente.

Até mesmo porque é necessário contextualizar, porque o senhor Paulo alega que houve muitos atrasos e eu preciso contextualizar para isso, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Deputado Bruno, vamos prosseguir com a pergunta, por gentileza.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Senhor Paulo, apenas na vigésima medição, quase dois anos após o início do contrato, as notas fiscais relativas à restauração da Ponte Hercílio Luz começaram a ser fornecidas pelo Consórcio Florianópolis Monumento e não pela Construtora Espaço Aberto - apenas na vigésima medição. Apesar de estar recebendo na conta corrente do consórcio, por que tanta demora em começar a apresentar notas fiscais do Consórcio Florianópolis Monumento? [*Transcrição: Ana Clara Mota*]

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Não sei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor também poderia nos... Aqui, conforme a nota fiscal (*aponta para a imagem projetada*), a nota liquidação Deinfra de 3%... é... mostra que o senhor aplicou uma base de cálculo de 3% sobre mão de obra.

O senhor poderia explicar o motivo da alteração da base de cálculo do imposto sobre serviços que deixou de ser calculado sobre o total da nota fiscal, passando a incidir apenas sobre a mão de obra, dessa forma passando a representar 1,3% do total faturado, ao invés de 3%? Ou seja, o senhor, ao invés de aplicar 3% sobre a nota de serviço, o senhor mudou a base de cálculo e começou a aplicar apenas sobre mão de obra, reduzindo então a alíquota total do serviço para 1,3%. Por que houve essa alteração da...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - (*Ininteligível.*)

(*O senhor advogado Carlos Alberto de Araújo Gomes manifesta-se fora do microfone: "Questão de ordem, senhor Presidente."*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - O Deputado Bruno está com a palavra, ao terminar eu vou conceder a questão de ordem.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - A pergunta é esta: por que houve essa alteração de base de cálculo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Antes do senhor Paulo, a questão de ordem do advogado.

O SR. CARLOS ALBERTO DE ARAÚJO GOMES - Excelência, é uma questão... (*Está falando afastado do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Por gentileza...

O SR. CARLOS ALBERTO DE ARAÚJO GOMES - Uma questão eminentemente jurídica. A base de cálculo ela foi alterada por uma decisão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - O senhor não pode responder pelo depoente...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Isso é uma resposta, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - O senhor pediu uma questão de ordem. Qual é a questão de ordem de vossa excelência?

O SR. CARLOS ALBERTO DE ARAÚJO GOMES - A questão de ordem é que essa pergunta é eminentemente jurídica e totalmente fora de contexto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Está indeferida a questão de ordem do advogado, tendo em vista que a pergunta é pertinente e é dentro do contexto que esta CPI trabalha. Então o Deputado Bruno está com a razão.

O senhor Paulo pode responder da forma como ele desejar ou não responder, conforme atendendo orientação.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Eu, eu, eu respondo. É porque ã, a gente, a gente tem feito isso e ganhamos, inclusive, várias ações assim. Isso aí se o senhor quiser podemos lhe mostrar, que o serviço é uma parte do, do, do todo, você tem que tirar material e serviço. Então o 3%, depende da Prefeitura é 4%, é sobre o serviço e não sobre o total da nota. Isso aí nós já... estamos com vários processos que ganhamos e estão nos devolvendo. E nós apresentamos isso lá e eles viram que é assim, certo? E aí, se o senhor quiser, isso aí tem jurisprudência.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Pois então, mas o BDI apresentado na proposta comercial do consórcio previa 3% de imposto sobre tudo...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Não, sobre o *(ininteligível)*.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Está aqui, está aqui *(aponta para a imagem projetada)* o BDI está aqui. O senhor pode ver, né, isso estava na planilha. Previa 3% de imposto sobre tudo. Por isso a minha pergunta: o que aconteceu com a diferença de 1,65%?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Olha, no mínimo nós ganhamos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Senhor Paulo, só nesse item a diferença da alíquota, entre o que foi apresentado no BDI e o que o senhor efetivamente apresentou a partir de um certo momento nas notas, representa uma diferença de R\$ 700 mil. Esse dinheiro não pertence ao Estado?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Não. Pertence a gente. Esse dinheiro... a lei manda pagar a gente. Aí, se pertencer ao Estado, o Estado vai entrar com uma ação e vai cobrar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O Estado estava pagando 3% sobre tudo, nunca houve nenhuma reclamação ou contestação do Deinfra por parte disso, já que o senhor estava emitindo notas com uma alíquota muito menor do que o Estado estava efetivamente pagando?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Não, é que... é que... é serviço, Deputado. Nós entendemos que o serviço é só serviço, e materiais não entram no serviço. É isso. Aí, se o Estado se entender algum tipo lesado, ele vai nos cobrar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Então na sua opinião o Estado deveria ter previsto uma alíquota menor aqui no BDI?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - É que tem... esse... esse 3% é... é... é... depende o... o órgão, né, um é três, outro é quatro, outro é dois, e sempre nós pagamos sobre serviço. É o que eu tenho a dizer.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Na verdade...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Agora, Deputado, eu vou dizer uma coisa, eu sei que isso aí... vamo cumprimentar um pouquinho, né? O senhor tem toda razão, vamo ver isso aí tudo, né, mas eu espero que essa sua... que o senhor... gostei, lhe agradeço, o senhor vai até o fim da CPI, o senhor vai até o fim da obra, né, o senhor vai ver que quantidade pequeninha de dinheiro perto do que tá acontecendo agora. Isso vocês vão fazer, né? Eu vou vim ver, assistir.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Todos os contratos importam, senhor Paulo.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Eu vou assistir até o fim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Deputado e senhor Paulo, agora vossa excelência fugiu da, da, fugiu do...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - É que eu... Não, mas, mas, eu, eu quero ler aqui uma coisa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Não, vossa excelência agora fugiu. O Deputado Bruno com a palavra...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Tá, eu.. depois eu vou fazer... *(ininteligível)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - ...e com a pergunta. Direto com a pergunta, Deputado Bruno, por gentileza. *[Transcrição: taquígrafa Maria Aparecida Orsi]*

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - A próxima tela compara o valor medido pelo consórcio, barras pretas de forma acumulada, com o previsto no edital e a proposta comercial do consórcio ao qual o senhor era o responsável. Os dados demonstram que a obra foi executada muito aquém do previsto. A média mensal do faturamento do consórcio foi de R\$ 759 mil, quando deveria ser de algo em torno de R\$ 3 milhões.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Hum...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor esperava concluir a restauração e a reabilitação da Ponte Hercílio Luz com esse ritmo?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Já respondi, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Já respondeu, Deputado Bruno.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Os relatórios do consórcio supervisor do contrato apontam que um dos principais motivos para os demasiados atrasos da executora é a falta de metodologia executiva, ou seja, falta de qualquer sequenciamento

das atividades. Verificando os cronogramas apresentados pelo consórcio e comparando-os às medições, pode-se verificar que, de fato, o caminho crítico não foi seguido. Por que não seguir o cronograma proposto pelo senhor mesmo? Como nós podemos ver aqui um exemplo na tela *(aponta para a imagem projetada)*.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Porque nós, como sempre, nós somos contratados pra fazer um serviço em cima de um dinheiro pago, em cima de um orçamento, e nós não tínhamos esses recursos. Então nós tínhamos que trabalhar conforme o Estado dizia. Á... Eu não tô aqui, mas teve época aí que a consultoria ganhou mais que a gente - não sei se o senhor vai constatar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Senhor Paulo, o Consórcio Florianópolis Monumento empregava em média quantos trabalhadores no período de execução do contrato?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Olha, eu por acaso tava olhando ontem, teve uma época aí que tinha uns sessenta direto, assim, né, setenta, depende.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O próximo gráfico apresenta a quantidade de trabalhadores informados ao Ministério do Trabalho e Emprego - está na tela caso o senhor queira ver *(aponta para a imagem projetada)*.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - A média de trabalhadores do consórcio... As barras pretas representam a quantidade de trabalhadores do consórcio Roca-TEC, responsável pela Etapa 1, que é uma etapa mais simples, que foi aquela da recuperação dos viadutos de acesso, e ela informou a média de 46 trabalhadores. As barras vermelhas são do Consórcio Florianópolis Monumento, Etapa 2, uma etapa mais complexa, que informou uma média de 26 trabalhadores por mês. Destaco que recebemos apenas três quartos das informações dos trabalhadores, a exemplo da lacuna existente entre a 13ª medição e a 24ª medição. As barras azuis representam os trabalhadores da Teixeira Duarte, média de 260 trabalhadores por mês, com picos de mais de 400.

O senhor acreditava que iria conseguir cumprir o cronograma de execução da segunda etapa com essa média de apenas 26 trabalhadores por mês?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Aí, aí, são duas coisas. Primeiro, nós estamos, nós estávamos contratando projetos e esses projetos as pessoas estão fora, aí nós fazíamos na obra. Segundo que, ã, o que nós faturávamos, o que nós tínhamos à disposição pra faturar, que nós tínhamos autonomia pra faturar e o que faturamos hoje, que bom, hem? Essa obra tá boa, muito boa, olha essa obra aí... tá boa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Qual motivo o senhor acredita para a Roca-TEC ter mais trabalhadores na primeira etapa do que na segunda?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Ah, é fácil responder. A Roca-TEC, que é uma empresa boa, né, trabalhou muito tempo, a Roca-TEC tinha administração, ela ganhava por pessoa que ela colocava lá, ela ganhava um x por cento de valor de pessoas empregadas, então... E outra coisa, a obra começou quando nós entramos no contrato, o resto foi pintura, foi troca só nos viadutos, tanto é que não foi feito nada. Então, desculpe o senhor aí, o senhor pode constatar, tinha olha, se era... tudo o que tivesse lá, tinha um percentual de administração em cima, carros, pessoas. E pra... não, olha, como dizia um engenheiro mecânico, bem conhecido no Estado, que antes eles só tavam fazendo maquiagem, né, obra nós estamos fazendo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Senhor Paulo, se o cronograma fosse executado nos termos do contrato, possivelmente a obra terminaria até maio de 2012. No período de junho 2012 a agosto de 2014, o Estado gastou quase R\$ 9 milhões com o custo adicional de empresa de supervisão. Quem deveria arcar com essa despesa, se a empresa não alocou pessoal na obra? *[Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite]*

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - É... eu acho que o Estado tinha que pagar mesmo, porque o Estado não propiciou ã... recursos suficientes pra obra andar e... e a consultoria ela tinha o pessoal todo alocado a obra e ela tinha que pagar esse pessoal. Então ela tá certa em cobrar. E, e, e o Estado tem que pagar, como eu acho que o Estado tem que pagar muito pra gente quando ele faz: não tenho o recurso suficiente pra nós tocar a obra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O Consórcio Florianópolis Monumento, no período de execução do contrato, de dezembro de 2008 a junho de 2014, portanto 2.037 dias, faturou pouco mais de R\$ 52 milhões...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Portanto, uma média de faturamento de R\$ 25.611,00 por dia, como apresentado nessa tela (*aponta para a imagem projetada*). Nesse ritmo, a obra ficaria concluída em 6.381 dias, ou seja, 17 anos. A projeção para a conclusão da obra seria maio de 2026, ou seja, nesse ritmo o senhor ainda estaria executando o contrato.

O senhor acredita que existia algum problema no cronograma apresentado pelo senhor?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Não. Eu já... eu vou... eu vou retificar a minha resposta ao senhor.

O senhor mesmo falou que, né, eu fiquei até surpreso, qual é... quanto pessoal tem lá e qual é o faturamento da empresa que tá fazendo hoje com o dinheiro do BNDES que chegou. Nós não tínhamos recurso e com todo o recurso e com toda a qualidade, estamos há cinco anos na obra e dizem que vão terminar final do ano. Então...

Eu acho que é uma obra difícil, é uma obra que precisa muita qualificação técnica e esse novo consórcio que pegou por dispensa de licitação, e o senhor sabe o que reza uma dispensa, tá há cinco anos fazendo. E... e... eu... e o contrato deles eu não conheço, mas parece que não tem.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O edital previa que o vencedor deveria recolher a importância de 5% do valor contratual a título de garantia contratual (item 10.1)...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Foi feito.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Não fiz a pergunta ainda.

Que poderia ser feita: em dinheiro ou títulos da dívida pública; seguro garantia; ou carta de fiança bancária.

O senhor saberia informar qual modalidade contratual foi apresentada? E quando foi apresentada?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Títulos da dívida pública ã... atestados pelo... inclusive pela Procuradoria-Geral do Estado e aceito pelo órgão e por todo mundo. E agora, numa licitação recente, de novo nós fizemos e os pareceres que vieram da Procuradoria atual é que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Senhor Paulo, a licitação recente, a empresa que está trabalhando não é objeto desta CPI.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Não, não, tá, desculpa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Então o senhor se limite, por gentileza, a responder dentro da CPI.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Tá, tá. É, é, eu digo que tá... podia ser feito e foi.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Em 08/05/2013 o consórcio solicitou a devolução da caução de R\$ 8.170.918,00 do Contrato 264/2008. A troca da caução de garantia do contrato de fato ocorreu?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Em se... É que quando vencido o prazo da, da obra e não por culpa nossa, nós apresentamos ao órgão um novo seguro pra fazer com o nosso BDI e não recebemos resposta. Foi o... o... foi o que eu tenho aqui e, e nós queríamos que o Estado... mas mesmo assim nós fizemos um seguro e se eu não me engano, não tô bem por dentro, foi, foi... estava assegurado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Senhor Paulo, na verdade eu lhe perguntei em relação à garantia do contrato, essa caução, o senhor pediu de volta a devolução da caução de oito milhões cento e setenta...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Não, não, não pedi a... não pedi a devolução. Eu pedi pro Estado, como a obra tinha atrasado por culpa deles, que o Estado pagasse esse seguro a maior, porque o seguro é por um tempo, o seguro, a caução, como o senhor queira. Então eu não pedi devolução nenhuma.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - É que na verdade são duas coisas diferentes.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Eu nunca pedi devolução.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Aqui nós temos um pedido realizado (*aponta para a imagem projetada*) justamente pelo senhor para a devolução dessa caução. E é em relação a isso que estou perguntando agora...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Não, eu.. eu...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Se houve essa devolução...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - ...ou se houve essa substituição?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Não houve devolução nenhuma.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Não houve essa devolução?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Não, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Senhor Paulo, as próximas telas apresentam a apólice de seguro garantia no valor de R\$ 8 milhões, firmado em abril de 2012. Entretanto, quando consultado o *site* da empresa Pottencial Seguradora S/A e a Susep, o seguro aparece como não encontrado. De fato ele existiu?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Ele existiu, só nós não pagamos porque o Estado não nos pagou. Estamos inclusive em litígio com essa seguradora que ela quer nos cobrar. [*Transcrição: Grazielle da Silva*]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Ele foi apresentado ao Deinfra em algum momento?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Foi, foi apresentado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O edital ainda previa que a empresa contratada deveria apresentar o seguro de risco de engenharia, que é diferente do...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - São dois tipos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - ...da garantia do contrato, né, o senhor bem sabe, para assinar o contrato. O senhor apresentou esse documento antes de assinar o contrato?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Claro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Em 19/08/13, o consórcio solicitou a formalização de termo aditivo para custear as despesas da renovação do seguro garantia e do seguro de riscos de engenharia, mas isso era responsabilidade do Estado ou da construtora?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Bem, vamos colocar uma coisa aqui: se, se, se a culpa fosse nossa pelo atraso, eu, eu teria que fazer um novo seguro, se a culpa for do Estado ou isso for recorrente ao Estado, porque o Estado pediu (*ininteligível*) pagar e não tinha dinheiro, como vocês sabem, eles têm que fazer. Não é culpa minha que atrasou. Tanto é que você sabe, que eu acho que tá correto, a consultoria fez aditivo cobrando mais, porque ela ficou mais tempo na obra porque faltaram recursos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - A obra ficou sem seguro algum momento, tanto de garantia contratual quanto de risco de engenharia?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Eu acho que não, eu vejo que não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Aquele seguro que o senhor falou que não...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Não, o seguro foi depois, depois, mas nós fizemos o seguro, nós colocamos e depois nós entramos em litígio porque eles tiraram o seguro, mas no fim, mas nós fizemos o seguro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E esse período que retirou o seguro?...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Não, nós já estávamos fora da obra. Foi quando já tinha sido rescindido o contrato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Quando se... Só para esclarecer...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Claro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - ...eu sou obrigado a pedir mais esclarecimentos sobre esse ponto. Mas o seguro, ele não foi pago, ele não é válido.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - São dois, um foi.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Certo, o que não foi pago?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Não, eu não diria que não é valido. Ele é valido, porque nós pedimos pro Estado pagar. Então...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Mas ele chegou a ser emitido, esse seguro?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Foi, foi emitido.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O Estado pagou e foi emitido o seguro?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Não, não pagou. O Estado não pagou.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Mas, então, como é que foi emitido?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Não, a gente fez o seguro e tem um prazo pra pagar, certo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Então no prazo que o senhor tinha para pagar ele foi válido?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - É. E quando esse... E quando a seguradora... ã... cancelou o seguro, nós já estávamos, não estávamos mais na obra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Porque o seguro, se eu não me engano, ele é de 2013, né? Se eu não...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Eu não tô...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E o senhor saiu em 2014.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Eu não... É que são... é que são dois, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Sim, tudo bem. O risco de engenharia... A garantia é 2012, o de...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Só um minutinho, doutor...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - ...e o de risco...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - ...eu vou pedir um aqui, porque data eu não lembro. O senhor lembra alguma coisa disso? (*Dirige-se ao seu advogado Carlos Alberto de Araújo Gomes.*) Está correto? Então tá. Desculpa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Então por isso que eu lhe pergunto, porque o senhor só saiu da obra em meados de 2014.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Tá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Ou seja, então, isso... não houve pagamento, eu me pergunto se em algum momento isso teve...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Eu posso... Só um minuto.

(*O advogado Carlos Alberto de Araújo Gomes manifesta-se fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Pode. Eu vou suspender por dois minutos para os advogados instruírem o cliente. Por gentileza.

(*O senhor Relator, Deputado Bruno Souza, manifesta-se fora do microfone. Inaudível.*)

(*O advogado Carlos Alberto de Araújo Gomes fala no ouvido do depoente.*)

Então está suspensa a reunião por cinco minutos para que possam ir... (*Pausa.*)

Senhores Deputados, estão reiniciados os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Continua com a palavra o Deputado Bruno Souza. [*Transcrição Henrique Vargas Ribeiro*]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Senhor Paulo, alguns meses...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Solicito aos senhores advogados [*que permaneçam na*] mesma posição que solicitei...

(*O advogado Carlos Alberto de Araújo Gomes manifesta-se fora do microfone: "Eu tenho dificuldade em ler."*)

Não, mas o *notebook* não foi colocado nessa posição para vossa excelência ler, foi para poder colocar no telão. Solicito que fiquem na mesma posição que solicitei, por gentileza. Muito obrigado.

O Deputado Bruno com a palavra. [*Transcrição: Camila Letícia de Moraes*]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Senhor Paulo, alguns meses antes do pedido para a troca do seguro garantia, mais precisamente em fevereiro de 2013, a Construtora Espaço Aberto contratou uma operação de crédito bancário com o Badesc no valor de R\$ 9.422.000,00, ou seja, foi contratado um empréstimo com o Badesc. Como garantia desse empréstimo, foi realizada a cessão fiduciária de direitos creditórios do "valor dos serviços efetivamente prestados e medidos em decorrência da execução do Contrato de Empreitada PJ 264/2008, que ainda não tiverem sido pagos". Ou seja, houve um empréstimo com o Badesc e o senhor deu como garantia as partes do contrato com o Estado para a restauração da Ponte Hercílio Luz, que não tinham sido pagas até aquele momento.

O objetivo do empréstimo era para compor a composição de capital de giro e esse montante que sobrava ainda, que ainda tinha a receber, era de R\$ 136 milhões do contrato de restauração. O vencimento da cédula de crédito bancário estava previsto para 15/01/2015. Em janeiro de 2013, alguns dias antes da obtenção do empréstimo, a Medição nº 50 apontava que o senhor tinha realizado apenas 23% do contrato, o equivalente a R\$ 35 milhões dos R\$ 154,8 milhões previstos inicialmente.

Senhor Paulo, como se deu o trâmite administrativo para a obtenção do empréstimo junto ao Badesc?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - É... vou repetir. Como estava... nós estávamos financiando uma grande parte da ponte e nós não tínhamos mais dinheiro, porque nós não recebíamos 80% das obras

que nós estávamos fazendo, conforme nós, nós temos docu... entramos na Justiça, estamos licitan... pleiteando esses direitos, nós fomos ao banco pra ter um recurso e pegamos anuência ou assinatura do órgão que tiraria uma parte do nosso recebimento pra pagar os empréstimos. Á... Como o contrato foi rescindido, nós pagamos uma parte, â... entramos na Justiça pedindo, inclusive, pra baixar alguns tipos de juros que eles colocaram a mais, vencemos, e, e estamos negociando pra terminar de pagar isso, porque nós sempre entendemos que se eu tenho â... mais... comprova... assinado, serviços feitos, documentados, assinados por todo mundo, executados na ponte a preço inicial de R\$ 30 milhões e não recebidos, e o banco, é,, ele aceitou receber da ponte, eu... eles tão buscando os meus bens. Eu acho que tem que ser tirado daí. É essa a nossa discussão toda, jurídica que estamos fazendo, apesar de nós já pagamos bastante e o banco tá... tá... já se... se... se garantiu com... com imóveis, com coisas nossas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Como que o senhor chegou até o Badesc? Tinha algum ou tem algum contato dentro do banco que facilitou a concessão do empréstimo?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Não, eu não conheço ninguém do Badesc. É que... é que uma... muito tempo atrás, quando eu fiz uma concreiteira, disseram que o... que o Badesc é que financiava esse tipo de, de, de serviço, aí eu fui pedir se tinha possibilidade, porque eu não estava recebendo e apresentei o contrato e eles disseram: não, se tiver como nós recebermos, nós fizemos, desde que tenha garantia. Foram no Estado, pesquisaram, olharam, como o senhor falou, e fizeram.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor chegou a atrasar pagamento a fornecedores do Contrato PJ 264/2008?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Sim, claro. Nós estamos â... bastante, porque quando a gente não recebe a gente... tentamos primeiro pagar todos os funcionários, fomos pagando e alguns fornecedores nós estamos discutimos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor considera que entrou em estado de insolvência durante a execução do contrato?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Não...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Como estava a saúde financeira da Construtora Espaço Aberto? [*Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite / Revisão: Bruna Maria Scalco*]

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Não, â... Nós não estamos... Nós não entramos em insolvência, até por isso paramos. Nós... nós ficamos em dificuldade. Eu tive, como eu coloquei no começo, â... nós trabalhamos já há quase quarenta anos aqui, né, eu comecei isso, â... Nós tínhamos um patrimônio muito grande e nós fomos dilapidando esse patrimônio e vendendo. Eu tenho uma relação, se o senhor quiser, de coisas que eu paguei direto pra ponte (*ri*), sem receber, é... casas, apartamentos, prédios, porque nós sempre fomos... Á, â, nós fomos construtores também, até hoje construo prédios. Então nós tiramos o nosso patrimônio pessoal, que foi muito caro, pra pagar isso. Sempre com a... com a... com a promessa de que você vai receber, tá aqui o teu dinheiro, tá tudo assinado, e... não aconteceu.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Senhor Paulo, a sua empresa conseguiu empréstimo com o Badesc apresentando como garantia o saldo de um contrato, o qual não estava sendo cumprido o cronograma físico-financeiro. Em 2012 foram medidos R\$ 4,29 milhões dos R\$ 154 milhões previstos inicialmente, ou seja, apenas 2,8% do contrato, sendo que no último semestre de 2012 foram apenas R\$ 375 mil. Mesmo assim o Badesc aprovou o empréstimo e sem a apresentação de bens para dar em garantia. A sua empresa não tinha bens desembaraçados para dar em garantia?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Nós tínhamos. Mas como eu lhe falei, nós tínhamos dinheiro a receber do Estado, bastante, o Estado não podia pagar, por isso que nós pegamos empréstimo no Badesc.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Na verdade, o senhor tem a receber o que é medido, não é? Aqui eu falei em relação às medições. Naquele ano, em 2012, foram medidos apenas 2,8% do contrato.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - É... é... eu... eu não sei se eu posso me alongar um pouquinho nisso.

Á... nós trabalhamos lá, o senhor falou cinco anos, né, medimos 30%, recebemos 30%, fizemos o 30% da obra, que é o mais difícil, com mergulhadores, com... tá? E fizemos um aditivo inicial e tinha um outro que foi dito, e não fizemos mais nenhum, nem pagaram esse serviço. Então nós sempre trabalhamos com *deficit* de caixa

violento. Dito nos jornais pelo presidente do órgão, por todo mundo, que a empresa tava gastando um milhão cada estaca e estava recebendo 200 mil. Isso são notícias que ele deu.

Então a gente realmente tava trabalhando com vermelho e a gente foi buscar, porque eu... eu não podia parar - eu falei no começo -, se nós parássemos a obra, a gente ia ter umas indenizações muito caras, umas indenizações talvez mais caras do que... porque as empresas... todas essas empresas pra vir elas fazem um contrato muito... muito forte, muito pesado, essas balsas, essa... essa... essas fundações em alto mar, canteiro de obra. Então nós precisamos tocar e, pra tocar, nós fomos fazendo... nós fomos arrumando jeito de tocar. Como o Estado sabia, e isso é notório, isso é público, que nós tínhamos muito serviço feito e que nós iríamos receber na frente, ao menos foi o que me disseram, ia receber no momento que viesse um dinheiro pro Estado, à... ele, ele sabia que o meu cronograma não era só aquele, era muito mais. Por isso eu fui lá no banco e peguei.

E o Estado também, só pro senhor saber, não foi assim que eu não dei, eu sou avalista. Eles tão buscando isso, eu só... eu avalizei a operação. Então não foi que ele deu sem nada. Não foi: ah, toma aqui. Tanto é que nós estamos sofrendo com várias interpelações do banco em bens nossos que eles querem receber. Inclusive ações que nós já ganhamos, coisa e tal. Então tá...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor entregou... deu como garantia um contrato que, quando tomou o empréstimo esse contrato de execução já deveria ter sido entregue, pronto. Entretanto tinha sido realizado 2,8% no ano imediatamente anterior. O senhor não teve dificuldade para aprovação do empréstimo no Badesc? Foi tranquila a aprovação?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Não, demorou bastante. Nós inclusive falamos que se nós não... não entrasse algum recurso, o Estado não nos pagasse, nós não conseguiríamos mais fazer. Então não foi uma coisa fácil de fazer. E o Estado se pe... o Estado, o Badesc, quem quer que seja, ele... ele se... se... se precaveve das... né, pegou as suas precauções do dinheiro que nós tínhamos que pagar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Em qual momento o Deinfra anuiu com o empréstimo? No momento da solicitação ou apenas anuindo quando da assinatura do contrato do empréstimo?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Olha, deixa eu falar pro senhor. Eu... eu... A nossa empresa, apesar de ser uma empresa familiar, nós já tivemos sessenta engenheiros. Eu toquei obra no Brasil inteiro. Eu não quero falar isso, mas nós fomos a maior empresa do Sul do País durante três anos. Então eu toquei muito serviço, todos entregues. Então eu tinha equipes: grande advogados, (*ininteligível*), que me ajudavam. Por exemplo, o Coronel Gomes aqui, o Coronel Araújo Gomes tá comigo há dezesseis, dezanove anos, advogado nosso que tá nos ajudando. E, assim, outros, minha irmã.

Então muitas coisas, o... o... o Deputado, eu não entrava nesse detalhe, eu não sabia. Eu pedia, as coisas vinham. E... e... em muitas obras eu nem ia lá, tá? Como eu toquei diversas obras que eu vou acompanhar, faço direito, mas eu não tenho essa... é, é, é, total controle sobre elas, né? [*Transcrição: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé*]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Então o senhor não sabe o momento em que o Deinfra anuiu o empréstimo. É isso?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Eu sei que anuiu, porque se não anuisse o banco não aceitava. Isso foi anuí... foi anuído.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - A rescisão do Contrato 264/2008 foi publicada em 29/08/2014. Como ficou a situação do empréstimo com o Badesc, tendo em vista que a garantia já não existia mais?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Não. Primeiro que nós entramos, nós até hoje questionamos que nós temo muito dinheiro pra receber, e nós falamos que nós íamos pagar com o dinheiro recebido, e nós temos dinheiro medido pra receber, que a gente não sabe porque que não pagam. Então a gente quer saber. Isso aqui é uma oportunidade da gente... Se eu tiver devendo, como eu falei, eu tenho que pagar, e se eu tiver a receber, espero que a gente receba, né?

Bem, só para terminar... Então o Estado sabia quanto, quanto eu tinha, por isso que aceitou fazer isso. E mais, a gente colocou a nossa, a nossa, os nossos bens pessoais, eu, a minha irmã, é... como ava... somos avalistas da operação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Foi solicitada uma renegociação da dívida logo após o vencimento da

primeira parcela de amortização desse empréstimo, que não foi paga. A Construtora Espaço Aberto pagou alguma parcela da amortização do empréstimo?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Nós pagamos várias parcelas, não sei lhe dizer qual. Pagamos, sim. Pagamos bastante, sim. Até porque...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor lembra se era amortização ou se eram juros?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Hum... não "sembro", não lembro o que foi pago, porque nós devíamos parece... Pegamos nove milhões, oito e pouco e, no fim, tava seis milhões. Então foi pago, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Falando desse procedimento de renegociação junto ao Badesc, em um anexo à proposição de repactuação da operação consta que o objetivo do financiamento era o, abre aspas, "investimento financeiro em capital de giro visando viabilizar os investimentos iniciais necessários na realização da reforma da Ponte Hercílio Luz".

Vale lembrar que no contrato original do empréstimo, o motivo do financiamento era a obtenção de capital de giro, sem especificar em que seria empregado esse recurso - no contrato original do empréstimo só era capital de giro, não tinha nenhuma relação com a Ponte Hercílio Luz. Senhor Paulo Ney, qual foi o objetivo do empréstimo, em que o dinheiro foi usado, ele foi todo para a ponte?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Foi todo e faltou.

A ponte, se vocês fizerem o levantamento, se, se, a ponte hoje tá custando 380 milhões até 2018, e está sendo paga, e eu fiz por 160? Alguma coisa tá errado. E eu tinha mais uns vinte e poucos pra receber, que eu queria, então... O senhor desculpe, então alguém tava bancando essa ponte. E por quê? Por essas alterações surgiram depois que eu fiz a proposta. Então a minha, a... a... toda a minha... a minha... a minha... colocação aqui, que eu até... Quando o... foi pedida a CPI disseram que iam até a minha obra, eu disse: poxa, que chato, eu quero até o fim. E parece que o senhor pediu pra ir até o fim, parabéns.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Mas...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Eu preciso que... que... aqui eu ten...eu tem... se eu puder, eu tenho... eu peguei aqui nu, nu, nu, numa transparência do Estado o meu contrato, o outro contrato, quanto custou, o que fizeram, o... é... sem licitação, emergência.

E outra coisa, o senhor sabe, Deputado, que uma emergência ela pode durar... ã, seis meses, né? Nós tamos há cinco anos fazendo emergência, né, então sem um novo contrato e com uma coisa (*ininteligível*)...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Senhor Paulo, senhor Paulo...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Mas o que que é importante pra mim...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Não, sen... Não, é importante, mas, por gentileza, vou fazer o seguinte, né...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Eu vou deixar esse documento para vossa excelência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Vou, vou, vou solicitar a vossa senhoria que faça, realmente, um arrazoado sobre esta situação...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Posso fazer?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - ...da dispensa e traga para a CPI, que aí pode ser que a Assembleia Legislativa dê continuidade em todos esses processos. Seria muito importante.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Não, e... e... eu tenho aqui o...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Porque o senhor faz algumas menções no sentido de, entre aspas, de denúncia. Seria bom se nós...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Presidente, eu não... eu não estou...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - ...pudéssemos tomar conhecimento de todo... de todo o...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Não, eu não estou denunciando, eu estou lhe entregando aqui, pro senhor, agora na CPI, o documento...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - O.k.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - ...onde tá aqui, transparência do Estado até 2018, quanto nós paramos, quanto falei, o que aconteceu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Importante.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Tá tudo aqui.

(O senhor Paulo Ney Almeida entrega documento ao senhor Presidente.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Dou por recebido... [Transcrição: Rafael de Souza Milke]

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Não é que... eu quero (ininteligível).

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Vou pedir à assessoria que faça a juntada no processo dando vista a todos os senhores Deputados, cópia do documento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Posso prosseguir?

(O senhor Presidente aquiesce.)

Senhor Paulo, o senhor pegou um empréstimo para capital de giro e o senhor disse que usou esses valores na Ponte Hercílio Luz.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Mas como isso, se aproximadamente seis meses após a renegociação, o senhor já não executou mais nenhum serviço no canteiro de obras?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Não, não, o senhor tá enganado. Eu não parei nunca. É... os mergulhadores e as balsas, eu tinha muito dinheiro... Coisa a pagar, então eu... eu... eu queria até... A gente nunca parou de fazer. Se a gente tivesse... não tivesse executado nada, a gente não teria chegado onde nós chegamos. O nosso serviço ele é um serviço mais difícil, você trabalha embaixo do mar com 30 metros ou 60 metros de profundidade, né? Então o nosso serviço é um serviço que foi um serviço muito técnico, muito difícil de fazer. Então...

Eu vou dar um exemplo aqui que a gente contratou os mergulhadores, daí precisamos aumentar pra câmara hiperbárica, um mergulhador mergulhava, ficava quinze minutos embaixo do mar, quando a... o mar da... da pra calçar aqueles ferros de mais de 8, 12 metros pra parafusar e dar o torque manual, e quando ele dava esse torque ele subia e ia pra câmara hiperbárica pra respirar e depois ele só podia voltar mais uma vez quinze minutos. Então a gente trabalhou muito, sim, não paramos nunca.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Na verdade, senhor Paulo, eu não... O que eu perguntei foi diferente disso.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Tá...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O que eu alertei o senhor é que a renegociação ela é executada entre novembro e dezembro de 2013 e a última medição é de 2014. Por isso da pergunta, com a rescisão do contrato em agosto de 2014.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Sim, pagamos um monte de dívidas que nós tínhamos, né, com várias empresas que tinham feito o serviço. Nós estávamos no vermelho, bem no vermelho.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O contrato firmado com o Badesc vedava o desvio de finalidade do empréstimo e trazia como obrigação da Espaço Aberto "apresentar ao BADESC, dentro de 60 (sessenta) dias após a utilização de cada parcela, os documentos comprobatórios da exata aplicação dos recursos por este fornecidos". A Espaço Aberto forneceu tais informações detalhadas ao Badesc?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Eu acho que sim. Sempre foi fornecido. O Badesc recebeu. Tanto é que de nove ficaram seis.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Por que eles não aparecem nos registros do banco?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Não sei. Não sei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor teria como comprovar isso, da parte do senhor?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Na... aí eu teria que pedir pros advogados que estão com a ação trabalhando lá, aí é questão jurídica, não sou eu que faço isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor forneceria... Faria esse pedido e forneceria esse documento pra?...?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Sim. Eu vou...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - ...para a Comissão?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Só um minuto.

(O senhor Paulo Ney Almeida troca informações com o seu advogado Carlos Alberto de Araújo Gomes.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Senhor Paulo... Senhor Paulo... ele está fazendo uma solicitação. Se vossa senhoria se negar, a CPI pode requerer.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Não, mas eu tô dizendo que eu pedi...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Pode requisitar os documentos.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - ...porque eu não sei quais são.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - O.k. Então já foi feito o requerimento...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Então vou entregar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - ...e há o compromisso dos advogados do senhor Paulo de fazer a entrega...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Do documento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - ...do documento.

(O senhor advogado Carlos Alberto de Araújo Gomes manifesta-se fora do microfone pedindo a palavra.)

É questão de ordem ou não? Se é questão de ordem...

O SR. CARLOS ALBERTO DE ARAÚJO GOMES - Questão de ordem. É que o interrogando pediu a minha assessoria neste momento, eu gostaria de prestar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Mas senhor... Não, ele só perguntou...

O SR. CARLOS ALBERTO DE ARAÚJO GOMES - Ele pediu...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Não, já está... Não. Vamos dar prosseguimento.

O senhor Paulo... o Deputado Bruno solicitou e a CPI vai requerer os documentos. Está satisfeita a... a... essa etapa.

O Deputado Bruno continua com a palavra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Senhor Paulo...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Hã?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Ainda tendo como foco das nossas perguntas o empréstimo com o Badesc, em agosto de 2013, quando o senhor já tinha obtido o empréstimo, o senhor funda, em sociedade com a senhora Denise Teresinha Almeida Marcon, a empresa Espaço Aberto Empreendimento Imobiliários (empresa diversa da Construtora Espaço Aberto, que é diferente), atualmente denominada de Lago Almeida Empreendimentos Imobiliários, com capital social de R\$ 1 milhão, sendo o senhor o detentor à época de R\$ 900 mil desse capital, totalmente integralizado.

Tendo em vista que essa empresa foi criada cerca de um mês antes do vencimento da primeira parcela de amortização do empréstimo com o Badesc, e que não foi paga, eu lhe pergunto: a criação da empresa e os valores utilizados para a integralização do capital têm alguma relação com o dinheiro do empréstimo, que deveria servir de capital de giro para a realização dos serviços na Ponte Hercílio Luz?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Não, porque foi integrado com um terreno nosso. Esse R\$ 1 milhão foi integralizado com um terreno, com imóvel nosso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E a fundação das empresas PMD Administradora e PNA Construções e Incorporações, essa última que apresenta hoje capital social total de R\$ 600 milhões, sendo R\$ 100 milhões integralizados, ambas fundadas em 2015, ou seja, poucos meses após a rescisão do contrato do consórcio, possuem alguma relação com o empréstimo do Badesc?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Nenhum. [Transcrição: Ana Clara Mota]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Senhor Paulo Ney, conforme vimos, o senhor fundou, ao menos, três empresas de capitais milionários entre os anos de 2013 e 2015, sendo que nesse período de aproximadamente dois anos o senhor, através da Construtora Espaço Aberto, contraiu ainda um empréstimo de R\$ 9,4 milhões com o Badesc, para financiar capital de giro, e teve o contrato de restauração da Ponte Hercílio Luz rescindido unilateralmente pelo Estado, haja vista a inexecução do contrato. Sendo assim, lhe pergunto: o senhor não tinha dinheiro para tocar a Ponte Hercílio Luz e pagar o empréstimo, mas tinha para abrir essas empresas?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Não, como eu lhe falei, essas empresas foram abertas com cap... com terrenos, e foram abertas com... com imóveis. Então não... não... não existia o capital para colocar. E essas empresas não estão operando, só tem uma. Elas estão paradas. Nós abrimos as empresas porque como o senhor falou, nós temos imóveis e temos terras e nós... quando nós rompemos com o Estado, o Estado rompeu com a gente, a gente tinha que trabalhar e eu, como disse, eu sou construtor, tá?

Então são duas empresas... como a construtora nós precisávamos fazer. Nesse ano, nós, inclusive, patrocinamos a Casa Cor, a

Casa Cor da época, nós apresentamos projetos, onde nós íamos fazer alguns empreendimentos. Então, o... o... uma coisa é... é... é... a ponte, e como a gente tinha rescindido o contrato e não tinha mais condição de trabalhar nisso... e não foram só esse contrato que foram rescindido - eu não sei se eu posso falar -, foi rescindido aquele caminho que vai pro aeroporto, né? O senhor deve saber. Né? Que até hoje ainda continua com problema, né, não fizeram... mas não importa, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Esses R\$ 100 milhões que o senhor integralizou na empresa, foram todos em imóveis?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Foram imóveis e também a... o... a... o... o... acervo técnico das empresas que eu tenho. Não houve um cruzeiro em dinheiro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Senhor Paulo, logo após o recebimento do empréstimo do Badesc, o senhor firmou um contrato particular de cessão de direito com a empresa TDB Produtos e Serviços Ltda., com a anuência do Secretário de Infraestrutura, em 20/03/13, no montante de R\$ 14,5 milhões.

O senhor poderia explicar a que se propunha o serviço prestado pela TDB?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - A TDB, eu... eu tô... mas eu acho que era... era... era... era... parte de metal, ferro, né? Eu acho que é isso. Porque foram várias empresas que (*ininteligível*)... mas era uma fornecedora de...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Sim, é isso, é isso mesmo.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - ...de ferro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - A formalização de termos de cessão de direitos junto ao órgão contratante era usual?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Eu não sei, mas a gente fez, porque como os valores eram... eram... eram elevados e... e a gente aceitou que o Estado pudesse pagar uma parte direta.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor formalizou mais algum termo como esse?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Que eu lembre, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O fornecedor exigiu que a Secretaria de Estado da Infraestrutura se comprometesse com o pagamento do serviço a ser realizado - direto para a empresa fornecedora do serviço. A sua empresa não tinha credibilidade?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Tinha demais. Acontece que o Estado não estava pagando, eles queriam saber se o Estado ia pagar, porque um contato da (*ininteligível*), eles foram no Estado e viram que não tinha dinheiro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Mas aí eles... eles...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Aí se o Estado garantisse que ia pagá-los, eles faziam. Por quê? Eu sou um prestador de serviço, eu já tô na metade da obra, eu já tô cum... cum... cum... bastante...vinte e pouco, trinta milhões em serviços executados, medidos e não pagos. E... e... eu realmente tô com o caixa baixo, e eu disse: olha, eu vou fazer esse contrato com vocês, mas eu quero que vocês vão no Estado, precisam ver se realmente vai ter esse dinheiro aí, porque...

Eu fiquei com muitas coisas pra pagar e não recebi. As balsas todas que o senhor viu, que nós tínhamos várias, a gente teve que pagar com bens e com dinheiro nosso. Nós não recebemos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - A... a...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - A Fundesp, a gente comprova isso, a gente passou oito apartamentos pra eles, porque não recebemos. Isso aí é tudo documentado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Então a empresa preferiu... preferiu o crédito...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Que o Estado

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Que o Estado, que não estava pagando, garantisse...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Garantisse que ele ia ter esse dinheiro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - ...e não o senhor, que era solvente.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Não, que ia ter esse dinheiro. Porque senão não ia mais fazer um... um... um contrato dessa magnitude.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - A cláusula sétima do Contrato 264 previa que a transferência dos serviços a terceiros era passível de rescisão unilateral - do contrato que o senhor participava, né?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Mesmo assim o senhor formalizou um termo de cessão que corresponde a quase 10% do valor originalmente contratado, para subcontratar serviços. Não houve quebra de contrato aí? [*Transcrição: taquígrafa Maria Aparecida Orsj*]

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Não. Vou explicar por quê.

É... a gente tem que... que... a gente tem que analisar e tem que estudar as coisas como elas são. Por exemplo, eu já coloquei no começo que a gente... eu... eu... a gente faz alguns edifícios e eu contrato elevador, porque eu não faço elevador. Essa empresa especializada, e tem duas que fazem isso, ela, aquela que desabou aí, essa coisa aí, a mineira, são empresas especializadas em aço. E essas empresas, se não têm nem competência, nem condições de fazer direto, se contrata, assim como, a... continua a ponte as barras de olhal foram compradas, compreende, de empresas (*ininteligível*) também estão sendo... a... terceirizadas.

Então é... é... a gente tinha as pessoas que tinham que fazer todas as partes de canteiro de obra, colocar, supervisionar, mas serviços que são específicos ou... ou materiais específicos, você tem que comprar, eu não tenho como fazer.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Mas, então, por que a cláusula sétima, que fala sobre...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - ã?...?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - ...rescisão, ela diz: "O presente instrumento poderá ser rescindido unilateralmente pelo DEINFRA, quando for de interesse do mesmo, [...]"

Cabe rescisão deste Contrato, por iniciativa do DEINFRA, independente de interpretação judicial, ou extrajudicial, quando:

[...]

b) transferir a terceiros, os serviços constantes do objeto do presente contrato."

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Não, mas aí é que tá, nós não transferimos a terceiros, nós compr... nós compramos esses serviços de terceiros. Então eu não entendo como transferir a terceiros isso. Eu... eu...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Qual a diferença de transferir e comprar?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - A diferença é a seguinte: que se você... é... é... compra o ferro, compra os tubos, eles fazem, o tubo vem pronto, eu tô comprando. Agora, é... Né? Agora, quem colocava o tubo no mar, quem baixava o tubo, quem fazia, éramos nós; quem, né, soldava, quem colocava o concreto dentro, fazia armação de ferro, éramos nós. Nós tínhamos o material deles... desses R\$ 16 milhões, em suma são materiais, né, que eles trouxeram.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - A atual construtora, empresa Teixeira Duarte S.A., recebeu o equivalente a R\$ 1.516.314,00 somente para realizar retrabalho na estrutura de sustentação provisória (na parte construída por sua empresa), devido a erros de geometria, fabricação ou montagem das peças. Como o senhor explica tais erros? Está aqui também o edital deles (*aponta para a imagem projetada*).

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Eu... eu... eu discordo, porque quando nós saímos do contrato rescindido, faltava... a... faltava nós dar... colocar o último bloco e fazer alguns torques, né, e fazer os ajustes. Então eu não... eu não... eu não vejo como erro, e... e... e esse dinheiro que faltava foi muito pouco perto do montante que nós fizemos. Eles terminaram um serviços que nós não havíamos terminado, é diferente. E a sondagem tem que estar sempre presente, a... a... a topografia sempre presente. Você... porque você coloca uma coisa dentro do mar e ela mexe, sabe, mexe, então você vai adequando, você vai cortando. E tanto é que até as gruas que estão lá, fomos nós que contratamos e continuaram com isso. Então... eu não, eu, eu, eu discordo desse tipo de serviço mal executado. Tá bem executado e... e...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor acredita que não deveria ter sido colocado isso no edital do... um novo contrato?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - (*Ininteligível*.)

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Eu estaria... hoje a empresa Teixeira Duarte ela tem R\$ 1,516 milhão para fazer esse retrabalho que foi feito pela empresa do senhor.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Olha, eu não sei se é retrabalho. Nós não... não... não temos conhecimento, né? Se eles vamos ver o que é retrabalho, certo? Isso aí tem que constatar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Senhor Paulo, o consórcio que participou da licitação é composto por sua

empresa e a CSA Group Inc., fez alguma análise do projeto básico, bem como da situação em que se encontrava a estrutura da ponte antes de apresentar proposta de preços no certame? Ou simplesmente deu um desconto no orçamento do Deinfra?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Não, a gente...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Porque o orçamento do Deinfra, como o senhor bem lembra, era de R\$ 168 milhões e o senhor fez uma proposta de R\$ 156 milhões.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Sim. Nós fizemos um estudo bem aprofundado, quando eu digo nós é toda a equipe, como já li no começo pro senhor. Essa equipe fez e tem toda a história como ela ia fazer pra recuperar essa ponte toda. Então foi... foi bastante estudado.

Ã... eu queria dizer uma coisa, até talvez que... sei que não tem muito a ver, mas é mais história - a gente é daqui, minha família é daqui, é... eu não vou entrar num negócio que eu não tenha... que eu não saiba fazer ou que eu não tenha a capacidade que as pessoas, comigo, de fazer. É uma obra muito difícil e nós fizemos a obra bem feita, tínhamos pessoas capazes e estudamos, e eles apresentaram... O nosso plano de trabalho está todo... eu, isso aqui se vocês quiserem ver depois (*mostra documentos*), eu acho que vocês têm, eu deixo com o senhor, não é nada de... eu não tô querendo... ã... né, eu to me defendendo aqui, né, mostrando o que eu fiz.

Então, Bruno, eu acho que foi... foi feito um estudo muito bem feito e nós faríamos, tanto é que quando você falou, vou repetir, quando a gente falou que ganharia algum tempo, é que essa empresa Freyssinet, que teve aqui, deixou todos os engenheiros dela, tem aqui o nome de todos eles (*inaudível*), ela fez uma proposta pra gente e fez um tempo que ela faria tudo isso, só que ela colocou uma coisa: olha, eu não vou poder fazer isso aí, que foi as trocas de cabo, porque vocês... a estrutura não tá boa, porque a rótula estão partidas. Então não deu.

Então aí foi mudado. [*Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite*]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Pois é, sobre isso, senhor Paulo, atrás do senhor tem uma nota, uma parte do edital, 2.2.1. que fala: "Nota importante: As observações descritas abaixo sobre as condições atuais das estruturas metálicas da PHL são meramente indicativas e às proponentes cabe inspecionar as reais condições atuais da PHL. Desta forma, não serão aceitos pelo DEINFRA alegações posteriores de que as empresas desconheciam as condições atuais, portanto, não se justificando qualquer pleito de serviços extracontratuais sejam de quantidades ou de preços, por desconhecimento da atual situação dos elementos estruturais da PHL."

O termo de referência do edital, ao descrever o estado da Ponte Hercílio Luz, previu que cabia às proponentes verificar as reais condições da estrutura, frisando que não aceitaria alegações posteriores de desconhecimento das condições - o que o senhor fez bastante aqui hoje durante o seu depoimento.

Em relação aos aparelhos de apoio das torres principais, esses equipamentos ficam em cima do nível do mar, expostos, possuem acesso via escada ou andaime, e nunca foram trocados, desde a construção da Ponte Hercílio Luz.

Senhor Paulo, por que as reais condições das rótulas, peças importantes para a sustentabilidade da ponte, que o senhor citou aqui diversas vezes, e a correta execução do projeto ao qual o senhor se propôs executar, não foram verificadas antes da apresentação das propostas, como pede o edital?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Não, aí não... não... não é... O edital tinha duas maneiras de se fazer, o edital te dizia... Você não tinha que fazer... a esse nível de detalhe você não ia, não. Você não... não sabia, tanto é que ninguém sabia, foi vi... foi visto muito depois.

Você não tem como... numa obra parada há oitenta anos, querer isso... Até porque pra fazer o que foi feito, nós trouxemos o... veio, como é que é... alpinistas, ficaram... isso aqui constava inclusive no memorial, que se tinha que olhar tudo i... Desculpa, no... no... como é, no... não é o memorial, é o... edital não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Termo de referência?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - É aquilo que se vai lendo, que tá as coisas ali colocadas né, a... a... as quantidades de serviço executadas, né? Então isso não, não podia ser visto antes e foi feita essa, essa, essa olhada e ninguém viu isso, nem outro consórcio, ninguém. Então é uma coisa muito difícil, é uma obra singular.

Então, Bruno, não é tão simples assim de você chegar e "ah, eu vou mudar porque eu quero." Pelo contrário.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Na verdade, senhor Paulo, todos... aqui nesta CPI estamos recebendo pessoas desde a década de oitenta.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E todos que estiveram aqui alegaram conhecimento sobre a situação das rótulas, e o senhor se propôs a fazer a recuperação em que a parte principal, uma parte muito importante para a restauração do projeto que o senhor se propôs a fazer, era justamente essa rótula. E o senhor se propôs a recuperá-la, além disso para mais cem anos. Não seria um pouco estranho uma recuperação que fosse durar 180 anos e que fosse precisar dessas rótulas e não haver uma verificação? Sendo que todos que passaram aqui, a gente teve engenheiros de diversas empresas, todos alegaram que as rótulas estavam congeladas, os problemas... todos alegaram isso aqui.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Depois. Todo mundo alegou depois. Depois que nós constatamos e colocamos, todo mundo sabe. Hoje é... tanto é que quando a ponte estourou e quando os cabos estouraram, as barras de olhais estouraram, todo mundo dizia que elas estavam estragadas, estavam muito corroídas. Não era isso, era outro... era outro problema, porque a rótulas elas... você podia olhar, mas elas estavam fixas embaixo. Então não foi, não foi uma coisa assim... e nós... essa, essa constatação nós gastamos um dinheiro muito grande e todo mundo que fala hoje, fala agora: se soubesse que era assim, o projeto não teria ser feito... ter sido feito assim. Quem fez o projeto, que entregou o projeto pro Estado e que mandou nós fazer, teria que ter visto que essa solução não poderia ser feito. Por quê? Porque se as rótulas tinham esse problema e todo mundo sabia, por que que ia trocar por cabo que não pode, não permitia? Então ninguém sabia, me desculpa.

Isso aí, agora, eu chamo de... de... de... eu chamo de... de engenheiro de obra pronta, né, aí fica muito fácil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Eu gostaria que o senhor falasse bem próximo ao microfone, baixasse... [*Transcrição: Grazielle da Silva*]

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Então não... então não tinha, tanto é que o projeto foi feito, ganho... o projeto foi ganho, aí veio um projeto nacional com muito, muitas pessoas fazendo, especialista do DNIT, não levantaram esse problema e não... não estava no edital esse problema. Tinha outros problema. Nós tínhamos maneira de executar, então, maneira de executar, nós fizemos isso de uma maneira, podia ser essa ou a outra. A nossa maneira, que nós fizemos dentro do projeto recebido, era perfeita e foi o que nós trabalhamos.

Agora, você sabe também melhor que eu que numa reforma, e ainda mais nessa ponte, você chega a 50%, porque você não sabe tudo o que acontece. Por isso que até hoje tão surgindo vários aditivos na obra. Então imagina, nós saímos há cinco anos e tão fazendo por quê? Porque precisam. Então, não... não... não tinha como se... como terminar. E se... se por acaso as empresas que tavam lá sabiam, por que elas não avisaram antes e ficavam fazendo coisas, maquiagem na ponte? Não, não, vamos arrumar aqui que o estragado tá aqui. Por que foram lá e remendaram...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Posso cortar? Eu, na verdade, preciso...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Senhor... Deputado Bruno, só um pouquinho. Eu não vou autorizar cortar o depoente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Porque fugiu da pergunta, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Não, mas... se ele entender que a fala dele é complemento de resposta, não há problema. Mas eu quero...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - É, eu penso isso, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - É que acabou fugindo bastante, né?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - É, eu penso isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Senhores, senhores, eu vou, às 13h30min, eu vou encerrar a reunião. Às 13h30min eu encerro a reunião.

O senhor tem mais quantas perguntas, Deputado Bruno?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Tenho mais quatro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Se for de forma rápida... Senão, a gente corta pela metade para poder acelerar o passo. Por gentileza, eu peço isso a vossa excelência.

Vossa excelência com a palavra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Senhor Paulo, o orçamento previa alguns itens tais como - os que estão na tela agora (*aponta para a imagem projetada*). São itens para estudos e

detalhamento dos projetos executivos da obra. O senhor disse que foi só executar, mas o orçamento previa também projeto. Quem são essas empresas que iriam executar esses estudos?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Quais, Deputado?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor tinha um orçamento à disposição...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Não, é... é... Todas essas empresas que estavam aqui. A Freyssinet, a Bridge, a gente não quer falar, Deputado, porque parece assim... Mas a própria CSE ela fez o canal do Panamá. Então são empresas que têm qualificação pra fazer isso. E fizeram várias pontes, a ponte de Nova Iorque, a outra ponte o Khaled...

Então nós estávamos tranquilamente aptos a fazer isso, então esses estudos todos têm sido feitos. Agora...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O se...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Agora, você sabe que nós fomos executar um serviço, nós não fomos... nós fomos... Tanto é que o senhor acabou de me dizer agora que depois as empresas tinham que fazer um projeto. Então depois nós fomos olhar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Senhor Paulo, a empresa RMG, instada por esta Comissão, apresentou diversos documentos e informou que foi contratada para fazer tais projetos que estão indicados ali (*aponta para a imagem projetada*).

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E ainda alega que não foi paga em parte deste valor. E ela se manifesta que ela foi contratada por um valor, por um custo total de R\$ 3.782.183,60.

Senhor Paulo, considerando que o consórcio recebeu mais de R\$ 21 milhões para realizar tais serviços de projetos, o que houve com os R\$ 17,4 milhões restantes que recebeu para esse serviço de projeto e detalhamento?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Não, não foi só a RMG que fez (*ininteligível*), foram várias pesso... várias empresas que fizeram projeto. Agora, a RMG, se nós estamos discutindo com ela, ela não cumpriu, que não era só fazer projeto, tinha que acompanhar, ela saiu antes. Tanto é que ela está ganhando agora e acompanhando. Ela continua...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Quais foram as empresas que...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Tem que ver, eu não sei. Agora o...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor lembra de algum nome?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Eu lembro de alpinistas, eu lembro de vários, vários, vários projetistas. E também... e outra coisa, nós tínhamos o canteiro de obra, nós tínhamos várias coisas dentro disso, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - R\$ 17,4 milhões foram para essas empresas, para essas outras empresas?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Não foram todos. Alguma coisa eu ganhei, evidente, né, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor pode fornecer essas notas fiscais e o pagamento para essas empresas que constam o que o senhor está citando, além da RMG?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Sim, quando a RMG estava fazendo o projeto nós estávamos fazendo outro serviço também. Eu posso, sim. Nós fazemos o serviço (*ininteligível*)...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Nós estamos falando só de projetos aqui.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Mas aí entra o que o senhor pediu, porque... onde é que foi o dinheiro. Eu vou lhe mostrar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Sim (*ininteligível*), estou falando só de projetos, essa era uma rubrica para projetos, então...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Mas você...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Foi (*ininteligível*) que nós encontramos uma nota fiscal de projeto.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Sim, sim. É...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Por isso estou lhe pedindo...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - ...para o senhor identificar para nós qual outra empresa de projetos foi contratada...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - ...já que a rubrica de R\$ 21 milhões era para projetos e não para outros, para execução ou qualquer outro item. Por isso eu lhe pergunto: esses R\$ 17,4 milhões o senhor poderia nos enviar essas notas comprovando essa...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Vou enviar. O senhor tá pedindo, eu tenho que enviar. Eu vou ver o que é, tá? Eu vou ver o que é. Eu vou ver. Vou ver o que consta isso, o que são. Vou ver... [*Transcrição: Henrique Vargas Ribeiro*]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Senhor Paulo, o senhor recebeu ou ofereceu alguma vantagem ou promessa de vantagem de qualquer natureza de agentes públicos ou privados em qualquer aspecto, atividade ou fato relacionado ao procedimento licitatório ou execução do contrato de reabilitação e restauração da Ponte Hercílio Luz?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Por fim, o senhor teria algo a acrescentar que possa auxiliar nos trabalhos?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA - ã, Deputado, nessa parte eu acho que a coisa já... o senhor pediu bastante, tá bom. Eu não tenho mais nada a falar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Senhores Deputados... Deputado Jessé Lopes, vossa excelência... (*Acena negativamente.*)

Deputado João Amin. (*Acena negativamente.*)

Senhores Deputados, não havendo mais qualquer tipo de manifestação dos senhores Deputados, antes de encerrar a presente reunião eu agradeço a presença do depoente, senhor Paulo, e de seus advogados. E solicito à assessoria que encaminhe as pessoas até o ambiente externo.

(*O senhor Paulo Ney Almeida e seus advogados deixam o recinto.*)

Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada a presente reunião. Muito obrigado e uma boa-tarde para todos. (*Ata sem revisão dos oradores.*) [*Transcrição: Camila Letícia de Moraes / Leitura final: taquígrafa Siomara G. Videira*]

DEPUTADO ESTADUAL MARCOS VIEIRA PRESIDENTE DA CPI

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES

ATA DA 19ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO CONSTITUÍDA PELO ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 0030-DL, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019, PARA INVESTIGAR ILICITUDES PRATICADAS NAS OBRAS DA PONTE HERCÍLIO LUZ EM PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS OCORRIDOS DESDE A SUA INTERDIÇÃO ATÉ A ATUALIDADE, REALIZADA NO DIA 21 DE AGOSTO DE 2019, ÀS 17H, NA SALA DE REUNIÕES DAS COMISSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) - Boa tarde a todos e a todas, Deputados, senhoras e senhores que nos acompanham pela TV da Assembleia Legislativa, pela Rádio Digital e também os presentes aqui neste recinto.

Havendo quórum regimental, vamos dar início a mais uma reunião da CPI constituída pelo Ato da Presidência nº 30.

Inicialmente nós não colocaremos a ata da última reunião em discussão e em votação pelo fato de ela ainda não ter sido finalizada, mas nós temos no expediente a sinopse da correspondência e outros documentos recebidos: Ofício nº 788/2019, da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade, encaminhando os documentos solicitados através do Ofício 112/2019 da CPI; também temos dois requerimentos do Deputado Bruno, o primeiro requer "a submissão da relação de documentos anexa ao Colegiado, requerendo, em ato contínuo, o deferimento de sua solicitação aos respectivos destinatários."

Coloco em discussão.

Deputado Bruno quer se manifestar? (*Pausa.*)

Não havendo quem o queira discutir, colocamos em votação.

Os Deputados que concordam, permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Também temos outro requerimento do Deputado Bruno que requer a lavratura parcial da ata da reunião anterior - ainda não a temos - e o encaminhamento ao Delegado Rodrigo Raiser Schneider, referente à quebra de sigilo bancário e fiscal da testemunha Paulo Ney Almeida.

Coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem o queira discutir, coloco em votação.

Os Deputados que concordam, permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Eu pergunto se o senhor Jorge Barros [*testemunha*] se encontra?

(O senhor Jorge Luiz Guimarães de Barros Filho gesticula da plateia.)

Por favor, senhor Jorge. Peço para o senhor Jorge se acomodar (indica a cadeira ao seu lado) e fazer uso do microfone ajustando a distância que for mais confortável.

O senhor sabe por que foi convidado a se fazer presente aqui, hoje, nesta reunião?

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO - Sei, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) - O senhor assume o compromisso de dizer a verdade, somente a verdade, no âmbito interno desta Comissão acerca dos fatos e do que lhe for perguntado?

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO - Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) - O senhor também não é obrigado a responder a pergunta que lhe for feita.

Para que a taquigrafia possa fazer o seu registro, eu peço que o senhor fale o seu nome completo.

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO - Jorge Luiz Guimarães de Barros Filho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) - A sua profissão e idade.

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO - Empresário, 66 anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) - O local de nascimento e o seu endereço.

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO - Paranaguá. Hoje o meu endereço é Curitiba, na Rua Maurício Nunes Garcia, 134.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) - O senhor está acompanhado de advogado?

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) - Então eu passo a palavra ao Relator da CPI, o Deputado Bruno Souza, para que possa fazer as suas perguntas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Boa tarde, senhor Jorge.

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO - Boa tarde, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Muito obrigado por atender o nosso convite para podermos lhe ouvir hoje, nesta tarde.

Eu quero começar pedindo para o senhor... o senhor poderia descrever um pouco da sua atuação e o seu ramo profissional também?

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO - O.k.

É... em 2013, através do seu Moacir Menezes, que aqui está presente, eu fiquei sabendo da licitação da Ponte Hercílio Luz, aonde o Consórcio Espaço Aberto tinha ganho, mas ao mesmo tempo ele tinha um problema muito grande, que ele não conseguia o seguro de risco de engenharia, que é obrigatório. É... nesse ínterim eu fui ao Deinfra - na época era Deinfra - conversar com o presidente, que era o seu Romualdo França. Exatamente.

E a partir disso fui à Espaço Aberto, conheci o seu Paulo, tratamos do seguro, levamos alguns meses, né, aí o seu Romualdo saiu do Deinfra, entrou o seu Paulo Meller, que inclusive em conversa com o seu Paulo Meller, eu disse: olha, seu Paulo. dificilmente nós vamos conseguir o seguro, e mesmo assim vai ser mais difícil ainda receber. Não, não se preocupe, não se preocupe, tá saindo... tá saindo um aditivo exatamente pra pagar o seguro - eu tenho o aditivo aqui. [Transcrição: Felipe Pereira Bueno]

Bom, foi, lutamos. No ramo de seguro o problema não é a seguradora, o problema são as resseguradoras, né? E nós tentamos em quase todas e conseguimos através da Mapfre, né? Foi feito o seguro, foi feito e emitida a apólice, só que a apólice ela só tem validade com o pagamento do boleto que a acompanha. Se não pagar o boleto... mesmo assim, essa apólice ela entrou no processo. Como, não sei. Como, eu não sei, não sei explicar de que forma entrou no processo, né? E por todo tempo a gente vinha tentando cobrar do seu Paulo: olha, não tem validade. Conversando com a irmã dele, conversando com a Luciana, a secretária dele.

A última vez que eu estive com ele no escritório dele estava presente a Luciana, a irmã e ele, foi quando eu entreguei uma cópia da... da garantia, e aí não me atendeu mais. Isso foi o que aconteceu. Eu tenho aqui vários e-mails trocados entre Espaço Aberto, a empresa

que eu represento, que eu passo à mão do Presidente a autorização para estar aqui, que é a Sicura Corretora de Seguros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) - O Deputado-Relator quer ver?

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO - Só pra me identificar, né, a corretora oficializada pela Mapfre é a Sicura.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) - O senhor pode disponibilizar esse material aqui?

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO - Sim, perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) - Só para ficar registrado e à disposição da CPI.

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO - Eu acho que a apólice vocês já têm.

(O senhor depoente, Jorge Luiz Guimarães de Barros Filho, entrega o documento ao Presidente da CPI, Deputado Estadual João Amin, que repassa ao Relator da CPI, Deputado Estadual Bruno Souza.)

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Senhor Jorge...

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO - Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor pode... eu vejo que o senhor traz também uma vasta documentação. Nós já podemos, adiantadamente, solicitar essa documentação para o senhor, o senhor pode nos disponibilizar cópia dos documentos que o senhor traz?

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO - Eu trouxe exatamente pra isso, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Muito obrigado.

Senhor Jorge, o senhor, por favor, pode nos dizer se antes de 2013 o senhor já havia feito seguros?

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO - Já.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor já trabalha com seguros antes de 2013 então?

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO - Já. Muito pouco, mas já tinha feito seguro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E o senhor também alegou aqui nesta CPI, acabou de alegar, que esteve numa reunião e em algumas ocasiões alertou também o senhor Paulo que...

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO - Perfeito.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - ...que o seguro que o senhor tinha feito não era válido. É isso?

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO - Não. Não, não, eu não falei isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor... Ou não estava... sem o pagamento do boleto, era isso?

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO - O seguro, hoje... Antigamente você recebia uma apólice, era um papel bonito, colorido. Hoje não, hoje você recebe no seu computador, você imprime, na barra da apólice vem o boleto bancário. Entendeu, Deputado? Se o senhor pagar conforme está ali, pode ser em dez parcelas, conforme o combinado. Com o seu Paulo, da Espaço Aberto, era a vista e não foi pago, não foi efetuado o pagamento. Então, ela não tem valor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E o seu Paulo tinha ciência da não validade disso?

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO - Com certeza, com certeza. Como o seu Paulo Meller também tinha conhecimento, porque eu fui falar com o seu Paulo Meller, como o senhor Agostini também tinha conhecimento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Perfeito.

O senhor... Quais outras seguradoras... que seguradoras representou... Nesse caso específico, qual era a seguradora que o senhor representou.

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO - A Mapfre.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - A Mapfre mesmo.

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO - Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E quantas apólices de seguro foram emitidas?

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO - Uma.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Uma só?

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO - Só essa que tá na sua mão aí, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E a apólice foi emitida somente em nome da Construtora Espaço Aberto ou do Consórcio Florianópolis Monumento?

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO - Do Consórcio.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Do consórcio. E em que valores?

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO - O prêmio era cento e cinquenta... 157 milhões, o pagamento era um milhão setecentos e pouco.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor pode especificar qual é o valor a pagar pela empresa e o valor total segurado? O senhor tem essas informações?

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO - Tem na apólice, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Sim, mas só para ficar registrado na...

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO - Faz a gentileza... *(O depoente pega o documento.)*

O valor total para pagamento da apólice, R\$ 1.714.755,42. O valor segurado... Isso aqui tá diferente... É... *(O depoente consulta o documento por um momento.)* Tá em outra... em outro documento, Deputado. *[Transcrição: taquígrafo Eduardo Delvalhas dos Santos]*

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor sabe dizer se o valor coberto...

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO - Eram cento e setenta e *(ininteligível)*...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - ...correspondia ao valor total da obra ou era uma parte apenas da...

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO - É uma parte, é risco de engenharia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Risco de engenharia.

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO - Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E o senhor sabe por que foi utilizado esse valor como referência?

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO - Porque tá no contrato. No contrato de licitação consta o valor, aí você tem que fazer o seguro referente a esse valor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Esse... O.k.

O histórico empresarial das empresas que buscam contratar seguros costuma ser considerado para a precificação do valor a ser pago pela apólice? É analisado o histórico da empresa antes, quando essas buscam contratar essas apólices?

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO - É, a seguradora faz esse...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E o preço do seguro tem alguma relação com o histórico da empresa?

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO - É, conforme a liquidez da empresa, é... há mudança na taxa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - No caso específico da Espaço Aberto, foi considerado?

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO - Eu não tenho acesso...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O histórico?

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO - ...a essa análise, Deputado. Só posso lhe dizer o seguinte: naquela data nada constava contra a Espaço Aberto, mesmo porque senão a seguradora não emitiria a apólice.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E o senhor sabe se havia seguro de risco de engenharia antes de 2013, ano em que o senhor fez o seguro?

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO - Não, senhor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Não sabe ou não tinha?

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO - Não sei. Eu tenho que falar o que eu sei, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor se encontrou pessoalmente com representante da Construtora Espaço Aberto?

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO - Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Pode especificar em quais ocasiões? Se houve mais alguma além...

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO - Sim, em várias...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - ...da que o senhor falou no começo, aqui.

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO - ...em várias ocasiões aqui. Como eu tenho aqui nos *e-mails*, que eu vou ceder, em várias ocasiões. Eu tive com a secretaria do doutor Paulo, tive com o engenheiro chefe da obra, tive com... a mais, a irmã do doutor Paulo, e com o próprio doutor Paulo.

Então nós pedíamos a documentação, "olha, falta isso e tal" pra... sempre pra secretária.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - No começo o senhor indicou que havia dificuldade para encontrar... o senhor indicou que eles tinham dificuldade para encontrar seguro para a ponte. O senhor sabe por que havia essa dificuldade?

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO - O risco.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O ri...

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO - O senhor veja só, quantas vezes essa ponte já foi licitada e não foi concluída? Em vários governos, né? Isso tudo conta na hora da seguradora fazer a análise. E, realmente, uma ponte dessa, ela, ela tem um risco enorme. Ai cê... O Deputado pode me perguntar: mas por que que a Mapfre fez?

A Mapfre fez pelo seguinte: no consórcio tem, tinha uma empresa americana. Essa empresa americana ela tem mais de cem anos, ela é especializada nesse tipo de... de ponte. Inclusive a empresa que fez essa ponte ela existe até hoje.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Os senhores chegaram a consultar os documentos do consórcio?

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO - Sim, a seguradora, sim. *[Transcrição: Rafael de Souza Milke]*

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Os senhores tinham noção de que... Que o senhor me fala que quem fazia parte do consórcio era uma empresa americana, na verdade quem participou do consórcio...

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO - Foi... Só a... Desculpe.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Não foi uma empresa americana, na verdade.

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO - Sim, mas depois ela entrou e nós usamos a... o acervo de engenharia dessa empresa pra conseguir a apólice. Foi dessa forma que nós conseguimos a apólice, não pela Construtora Espaço Aberto.

(O senhor Relator, Deputado Estadual Bruno Souza, troca informações com a sua assessoria.)

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor teve acesso a esse acervo?

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO - Não, senhor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor não...

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO - Foi mandado diretamente pra São Paulo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Diretamente para São Paulo?

(O senhor depoente gesticula afirmativamente com a cabeça.)

Senhor Jorge, sob quais condições foi realizado o contrato para segurar a obra? As condições foram cumpridas pela empresa?

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO - Pra... pra... emitir a apólice?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Isso.

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO - O senhor me pergunta?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Exato.

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO - Sim, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E quais foram as condições para realizar essa...

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO - As condições normais de mercado, Deputado. Cadastro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Houve algum pagamento por parte da Construtora Espaço Aberto à seguradora?

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO - Nada. Zero.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O que não foi pago? O valor total da apólice não...

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO - Nada, nada, não foi pago nada...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Nada, nada?

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO - Nada, nada. E a obra continuou...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Aí...

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO - ...sem seguro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E o senhor também confirmou aqui que foi... O contrato era em um pagamento único. É isso?

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO - Tá aqui na apólice.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor sabe se essa apólice foi apresentada pela Construtora ao Deinfra?

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO - Deputado, eu não posso afirmar isso, mas a CPI pode pedir o contrato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Senhor Jorge, quem é que mandou o acervo da Construtora Espaço Aberto para São Paulo?

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO - Não sei lhe dizer, posso ver e lhe responder numa segunda...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Mas não era o senhor que fazia essa intermediação?

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO - Não, tinha várias pessoas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Não era apenas o senhor?...

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO - Não, não, não, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - A apólice, ela perdeu a validade em algum momento?

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO - Sim, nunca existiu.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor pode, para fins de registro, nos confirmar quando que ela perdeu a validade?

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO - Deputado, ela foi emitida no dia 19/03/2014. Vencimento 19/03/2014. Não foi paga, não tem validade. Então, por isso que eu digo, Deputado, poderia haver no contrato junto ao Deinfra se não tá anexado isso lá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E novamente para que fique registrado, o Deinfra foi notificado de que a apólice apresentada não possuía mais validade? Ou seja, que as obras de reabilitação e restauração da Ponte Hercílio Luz não estavam mais seguradas?

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO - Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O Deinfra não foi notificado?

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO - Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Da não validade da apólice?

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO - Não. Foi notificado verbalmente, não documentalmente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Verbalmente?

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO - Verbalmente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E o senhor foi... Esse aviso foi feito pelo senhor?

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO - Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Sim? A quem?

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO - Paulo Meller.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E isso foi logo após o não pagamento da parcela única?

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO - O doutor Paulo Meller, ele pediu que nós... é... tentássemos de toda forma cumprir com o compromisso e ele se comprometeu, mesmo porque o contrato já estava parado, né, por falta, sei lá... Não era só

da, do seguro. Eu disse: doutor Paulo, nós não... eu vou trabalhar em vão, não vou receber. E não vai ser feito o uso. Não, não, nós vamos fazer um aditivo e nós vamos lhe pagar. À seguradora, não a mim, né? Foi feito o aditivo contratual, mas não foi comparecido.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E após o não pagamento, o Deinfra chegou a acionar a seguradora para levantamento do eventual valor segurado ou para obtenção de algum tipo de informação?

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO - Olha, eu não tenho acesso direto à seguradora na área administrativa. Mas eu acredito que não. E mesmo porque, Deputado, é... esse... esse campo de... de seguradora é um campo muito fechado, né, e ficou muito mal pra Mapfre, muito mal junto à resseguradoras, que são as mais, né, importantes.

Então a Mapfre diz... quis... Olha, vamos zerar, para por aqui, deixa... [Transcrição: Ana Clara Mota]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E quem poderia nos fornecer essas informações?

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO - Quais, Deputado?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Que eu lhe perguntei, se o Deinfra chegou a entrar em contato com a seguradora para obter alguma informação.

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO - Olha, eu... eu... eu acredito que não, mas eu posso pedir um documento à Mapfre, caso o senhor... vê se ela me fornece, mas eu acredito que não, mas posso pedir.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Senhor Jorge, nós vamos agora lhe mostrar alguns documentos e gostaríamos de saber se o senhor reconhece algum deles e pode nos esclarecer algumas dúvidas. Tudo bem?

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO - O.k.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - (Utiliza imagens projetadas para ilustrar os seus questionamentos.)

O primeiro é um e-mail, datado de 19/08/2013, remetido pelo senhor Moacyr para a pessoa de nome "Luciane", da Construtora Espaço Aberto.

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO - ã-hã. A Luciane é a secretária do...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O documento está em sua mãos, né?

A cotação de seguro que está descrita no e-mail foi a que resultou na apólice contratada pela Espaço Aberto?

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO - Não, não. É... o que que acontecia quando eu disse pra... pro Deputado a dificuldade em conseguir o seguro. É... viagem São Paulo, Rio, só pra Florianópolis foram mais de vinte viagens. Isso tudo tem um custo fora, é uma coisa extra, né? Mas isso aqui era deduzido o valor do prêmio, que é um milhão setecentos e pouco, né, e logicamente que a gente faria um encontro de contas. Eu já conhecia esse documento, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) - Eu só peço para à TV focar mais tempo no documento, se for possível.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Senhor Jorge, o próximo documento é uma carta de nomeação firmada pela Construtora Espaço Aberto, datada de 10/03/2014, onde a JLT do Brasil Corretagem de Seguros é nomeada como única e exclusiva corretora de seguros para os seguros de restauração e reabilitação da Ponte Hercílio Luz - o senhor tem aí o documento em suas mãos, né?

Essa carta de nomeação ou essa corretora possuem alguma ligação ou envolvimento com a apólice de seguro contratada...

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO - Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - ...por seu intermédio?

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO - Não. Zero. E como o senhor deve saber, Deputado, pode ser uma corretora que ela trabalhe com várias seguradoras, mas pode ser que a Mapfre fosse uma delas. Então você também pode ser nomeado pra mais uma seguradora.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O último documento é uma apólice de seguro garantia (*mostra documento à testemunha*). Essa não é a apólice contratada por seu intermédio, certo?

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO - Não. Essa daqui ele já tinha... deixa eu ver a data aqui... (*analisa o documento*). Essa é de 2012.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor sabe informar se o seguro contratado com a sua intermediação foi o

que substituiu o seguro referente a esse apólice que o senhor acabou de ler?

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO - Estou lendo ainda... (risos).

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) - Uma bonita data (r).

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - (Ri.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) - 07 de junho.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Deve ser aniversário (ri).

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO - O senhor tem o número do contrato aí da Espaço Aberto com o Deinfra?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - 264, de 2008.

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO - Hum, hum. E a Pottencial não renovou o seguro com ele, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - É,

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO - Correto?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Sim, na verdade a gente está perguntando se o senhor sabe e tem informações...

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO - Não, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - A seguradora teve prejuízo com essa negociação?

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO - Muito. Não é a questão do prejuízo financeiro, é a questão do mercado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Pode explicar?

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO - Não, não dá pra mensurar, Deputado, mas... é como eu lhe falei, fica ruim no mercado. Tanto é que (ininteligível) pediu, olha, para, para tudo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Por fim, o senhor pode afirmar que o seguro contratado por seu intermédio não teve qualquer validade legal pelo fato do seu não pagamento?

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO - Sim, confirmo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Senhor Jorge, o senhor tem mais alguma informação para compartilhar com esta Comissão Parlamentar de Inquérito?

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO - Tenho. Eu vou deixar aqui pro senhor o aditivo, que foi permitido... prometido pelo Paulo... senhor Paulo Meller, e foi cumprido, só que a outra parte não cumpriu. Eu vou deixar aqui pros senhores analisarem. Eu tenho mais alguns outros documentos, mas numa próxima oportunidade eu me comunico com a... com a Comissão. [Transcrição: taquígrafa Maria Aparecida Orsi]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Senhor Presidente, da minha parte eu estou satisfeito. Muito obrigado.

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) - Muito obrigado ao Deputado-Relator Bruno Souza.

Pergunto se o Deputado Jessé... o Deputado Sargento Lima...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA - Boa noite, senhor.

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO - Boa noite.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA - O senhor falou ali que "fica ruim". Eu gostaria que o senhor explicasse esse "fica ruim". A própria seguradora falou assim, não queremos mais, fica ruim diante do mercado. Gostaria que o senhor explicasse, porque está sendo assistido e o cidadão lá em casa também quer entender isso.

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO - É simples, Deputado. É Deputado?...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) - Sargento Lima.

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO - Sargento Lima. Deputado, se o senhor tem... é... Seguradora é, é, é um ramo muito restrito e quando o senhor mexe com resseguradora é pior ainda. É... O que que a seguradora Mapfre disse: pare com tudo, vamo... perdi essa... Pra quê? Pra não... o mercado não ficar fomentando, né, o acontecido aqui em Florianópolis. Foi nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) - Obrigado, Sargento Lima.

Deputada Marlene, Deputado Jerry, Deputado Fernando. (Todos declinam usar da palavra.)

Eu tenho apenas uma pergunta, seu Jorge.

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO - Pois não?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) - O senhor foi o único corretor dessa apólice de seguro de risco de engenharia ou algum outro profissional intermediou essa negociação?

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO - Não, teve mais profissional. Teve, teve Dalton e teve o senhor Manoel Sicura, que é um dos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) - Manoel?

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO - Sicura, que é da Sicura Corretora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) - Perfeito, seria isso.

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) - Então, não havendo mais quem queira discutir, dou por encerrada esta reunião da CPI. (Ata sem revisão dos oradores.) [Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite / Leitura Final: taquígrafa Siomara G. Videira]

DEPUTADO ESTADUAL MARCOS VIEIRA
PRESIDENTE DA CPI

EXTRATOS

EXTRATO Nº 153/2019

REFERENTE: Dispensa de Licitação CL nº 020/2019-00, celebrado em 26/08/2019.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC).

CONTRATADA: Daniel Bedin

CPF: 044.207.829-35

OBJETO: Locação de imóvel situado no município de São Miguel do Oeste/SC, que servirá para instalar o 2º escritório de apoio à atividade parlamentar do Deputado MAURÍCIO ESKUDLARK.

VIGÊNCIA: 15/07/2019 à 31/01/2023

VALOR GLOBAL: R\$ 11.160,00

VALOR MENSAL: R\$ 930,00

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, X, da Lei nº 8.666/93; Lei nº 8.245/91; Resolução da ALESC nº 007/2015, alterada pelas Resoluções 001/2016 e 004/2019; Autorização Administrativa através do processo LIC nº 0051/2019 e Atos da Mesa 128/2015, 131/2016 e 101/2017.

ITEM ORÇAMENTÁRIO: As despesas pertinentes ao objeto do presente contrato correrão à conta da AÇÃO 001144 (Manutenção Serviços Administrativos Gerais). Elemento 0100 - 3.3.90.36.00 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física). Subelemento 3.3.90.36.15 (locação de imóveis), todos do Orçamento da ALESC.

Florianópolis/SC, 6 de Setembro de 2019

Neroci da Silva Raupp- Diretor- Geral

Pedro Antônio Cherem Filho- Diretor Administrativo

Lonarte Sperling Veloso- Coordenador de Licitações e Contratos

EXTRATO Nº 154/2019

REFERENTE: Contrato CL nº 037/2019-00, celebrado em 26/08/2019.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC).

CONTRATADA: Daniel Bedin

CPF: 044.207.829-35

OBJETO: Locação de imóvel situado no município de São Miguel do Oeste/SC, que servirá para instalar o 2º escritório de apoio à atividade parlamentar do Deputado MAURÍCIO ESKUDLARK.

VIGÊNCIA: 15/07/2019 à 31/01/2032

VALOR GLOBAL: R\$ 11.160,00

VALOR MENSAL: R\$ 930,00

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, X, da Lei nº 8.666/93; Lei nº 8.245/91; Resolução 007/2015, alterada pelas Resoluções 001/2016 e 004/2019; Dispensa de Licitação nº 020/2019; Autorização Administrativa através do Processo nº 051/2019 e; Atos da Mesa 128/2015.131/3016 e 101/2017.

Florianópolis/SC, 6 de Setembro de 2019

Neroci da Silva Raupp- Diretor- Geral

Pedro Antônio Cherem Filho- Diretor Geral

Daniel Bedin- Locador
